



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
LICENCIATURA EM TEATRO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM TEATRO

MACEIÓ
2019
(2021)¹

¹ PPC atualizado em razão do processo n.º 200815025, de Renovação de Reconhecimento do Curso de Teatro: código Mec n.º 786472 e código da avaliação n.º 103695.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM TEATRO**

Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Teatro, elaborado com o objetivo de reformar seu conceito pedagógico e suas metodologias de aprendizagem, adequando-o à legislação vigente e às novas diretrizes internas da UFAL.

Reitor

Prof. Dr. Josealdo Tonholo

Vice-Reitora

Prof.^a Dr.^a Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Amauri da Silva Barros

**Coordenadoria de Cursos de
Graduação – CCG**

Prof.^a Dr.^a Eliane Barbosa

**Responsável pela Revisão do
Projeto Pedagógico**

Jean Luiz Davino dos Santos –
Técnico em Assuntos
Educacionais/PROGRAD

Diretora do Instituto

Prof.^a Dr.^a Sandra Nunes Leite

**Comissão de Elaboração do
Projeto:**

Docentes:

Prof.^a Dr.^a Ana Flavia de Andrade
Ferraz

Prof. Dr. Ednaldo Cândido Moreira
Gomes

Prof. Me. Francisco Rogers Cavalcanti
Ayres

Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos
Santos

Prof.^a Dr.^a Lara Barbosa Couto

Prof. Dr. Marcelo Gianini

Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho

Prof. Me. Ronaldo de Andrade Silva

Prof.^a Dr.^a Telma Cesar Cavalcanti

Prof. Me. Washington Monteiro da
Anunciação

Técnico-administrativo

Celso Antonio de Melo Araújo

Representantes discentes

Ednar Jordan Mendes

Alexsandre da Silva



SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	06
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	08
2.1. Contextualização regional da instituição	09
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO	10
3.1. Histórico do curso	10
3.2. Contexto local do curso	12
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
4.1. Ensino	19
4.2. Pesquisa	21
4.3. Extensão	21
4.3.1. Programa de Extensão e Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	28
4.4. Acessibilidade	32
4.5. Núcleo de acessibilidade – NAC	33
4.6. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	34
4.6. Inclusão	34
4.7. Responsabilidade social	35
5. OBJETIVOS DO CURSO	36
6. PERFIL DO EGRESSO	38
7. CAMPO DE ATUAÇÃO	40
8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	41
9. METODOLOGIA	47
10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	50



10.1. Estrutura curricular	50
11. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	56
11.1. Matriz Curricular	56
11.2. Flexibilização curricular	60
11.3. Interdisciplinaridade	62
11.4. Relação teoria-prática	63
11.5. Transversalidade	64
12. CONTEÚDOS CURRICULARES	66
12.1. Educação Ambiental	66
12.2. Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	66
12.3. Educação em Direitos Humanos	66
13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	68
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	69
14.1. Quadro das especificações das atividades complementares	70
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	75
16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC	76
17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL	77
17.1. Procedimentos de avaliação no processo de ensino e aprendizagem	77
17.2. Procedimentos de avaliação do curso	79
17.3. Procedimentos de avaliação do projeto pedagógico	80
18. COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO	82
19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	84
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DO CURSO	86



20.1. Políticas de apoio aos docentes e técnicos	86
20.2. Políticas de apoio aos discentes	87
21. CONDIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO DO CURSO	90
21.1. Recursos humanos	90
21.2. Infraestrutura e recursos materiais	90
21.3. Laboratórios didáticos	90
22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS (ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR)	93
23. REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	169



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Denominação: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília — Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188 – 7

Dependência: Administrativa Federal

INSTITUIÇÃO MANTIDA

Denominação: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: nordeste

CNPJ: 24.464.109/0001 – 48

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, SN, Tabuleiro do Martins, Maceió — AL

CEP 57072 – 900. Fone: (82) 3214 – 1100 (Central) — Coordenação (82) 3214 – 1442

Portal eletrônico: <https://UFAL.br>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Licenciatura em Teatro

Modalidade: Licenciatura — presencial

Título oferecido: Licenciado/a em Teatro

Nome da mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: A. C. Simões

Município-sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região:

Unidade Acadêmica: Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes — ICHCA



Endereço de funcionamento do curso: Av. Lourival Melo Mota, SN — Tabuleiro dos Martins Maceió — AL. CEP: 57072 – 900.

Portal Eletrônico do curso:

<https://ichca.UFAL.br/graduacao/teatro>

ATOS LEGAIS

Portaria de Autorização: Resolução n.º 56/97 de 15.08.97– CEPE/UFAL

Portaria de Reconhecimento: Portaria Ministerial n.º 3.276/2004

Número de vagas autorizadas: 40

Turno de funcionamento: Vespertino

Carga horária do curso: 3.556 horas

Tempo de integralização do curso

Tempo mínimo: 04 (quatro) anos / Tempo máximo: 06 (seis) anos

Vespertino: Mínimo 08 (oito) períodos / Máximo 12 (doze) períodos

Coordenador(a) do curso:

Prof.^a Dr.^a Lara Barbosa Couto

Regime de Trabalho: 40 horas (D.E.)

Formação Acadêmica: Bacharelado em Artes Cênicas

Titulação: Doutora em Artes Cênicas



2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Campus: A.C. Simões

Unidade acadêmica: Instituto de Ciências Sociais

CNPJ: 24.464.109/0001 – 48

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro dos Martins — Maceió — AL, CEP: 57072 – 900.

Cidade/UF: Maceió/ AL

Telefone da coordenação: (82) 3214 – 1616

Site: Teatro — Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (UFAL.br)

E-mail: coordenacao.teal@ichca.UFAL.br

Site da universidade: <https://UFAL.br/> ou [Universidade Federal de Alagoas \(UFAL.br\)](https://www.ufal.br/)

Telefone da reitoria: (82) 3214 – 1051

Telefone da PROGRAD: (82) 3214 – 1084

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

A Universidade Federal de Alagoas — UFAL — é pessoa jurídica de direito público, com sede na avenida Lourival de Melo Mota, SN, *campus* A. C. Simões, no município de Maceió, Estado de Alagoas.

A UFAL foi criada pela lei federal n.º 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

A UFAL é uma instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão. Está vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e é mantida pela União, com autonomia assegurada tanto pela Constituição brasileira quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A UFAL é *multicampi*. As diversas unidades ofertam, juntas, mais de 100 cursos de graduação.

Em 2006, a universidade iniciou um processo de interiorização e expandiu sua atuação para o Agreste, com um *campus* em Arapiraca e com outras unidades educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, a universidade chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e em Santana do Ipanema.

Além dos cursos presenciais, há graduações ofertadas na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil — UAB. A pós-graduação contribui com mais de 30 programas de mestrado e mais de 10



programas de doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. E a extensão é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva através de processo seletivo: ENEM/SISU/MEC (Sistema de Seleção Unificada).



2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão) e 13 microrregiões. Segundo o Censo de 2010 do IBGE, o Estado apresentava população residente de 3.120.922 habitantes, 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL considera as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado nas suas (meso e micro) regiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do ensino médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do *campus* no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu/MEC.

O PIB *per capita* estadual era de R\$ 12.335,00, em 2014, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 66.35%. Os restantes 33.65% estão distribuídos em atividades agrárias — policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata. Além disso, há o turismo ecológico e marítimo.

A cidade de Maceió (capital) cumpre uma função central na economia alagoana. A cidade concentra 32% da população do Estado de Alagoas e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (Fonte: IBGE, 2014).

Segundo o *coeficiente de Gini* (indicador que mede o grau de desigualdade social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição de renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detêm 12% da renda do Estado, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 14% da renda estadual. Parte substancial dessa disparidade de renda se deve ao déficit educacional verificado no Estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios — IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam nenhuma instrução, e mais de 30% não possuía nem sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental).



A Secretaria de Educação do Estado de Alagoas projeta minimizar as disparidades ora identificadas, e propõe como metas:

- Ampliar a rede Estadual de Ensino;
- Adequar qualitativa e quantitativamente o quadro de pessoal;
- Ampliar a jornada dos alunos nas Escolas;
- Fomentar a ampliação da oferta do Ensino fundamental;
- Ampliar a oferta do Ensino Médio e Educação Profissional;
- Garantir o cumprimento da Política Estadual da Educação;
- Fortalecer o Regime de Colaboração.

Tendo em vista que a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas estabeleceu essas e outras diretrizes, se torna relevante destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que “o Teatro instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em *performance*. Nessa experiência, o corpo é lócus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e ação física” (p.196). Assim sendo, o fazer teatral ao possibilitar “a intensa troca de experiências entre os alunos” aprimora “a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção” (p.196).

Essas atividades didáticas estão relacionadas com as demandas regionais educacionais, e com a necessidade de se formar professores do componente curricular Arte — Teatro.



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

3.1. HISTÓRICO DO CURSO

Ao longo da história do Brasil existiram diversas iniciativas de utilização do teatro no processo educativo e na formação educacional de pessoas voltadas para a arte teatral. A Companhia de Jesus desenvolveu nos seus colégios uma sólida estrutura de uso escolar religioso do teatro, comparável àquela praticada na Europa. Nesse momento, os mistérios religiosos tinham como objetivo a formação de consciência numa perspectiva cristã.

Em meados do século XIX, João Caetano (ator e dramaturgo brasileiro) criou uma escola de teatro com vistas a diluir o poder absoluto das companhias jesuítas entre nós. Buscando superar a condição marginal, discriminada e subalterna da classe teatral do seu tempo, o projeto continha itens curriculares como “Da Reta Pronúncia”, “Da Declamação e Esgrima” e “Da História”.

Em 1857, é criado o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, que não foi propriamente uma escola de teatro, mas sim uma agremiação de incentivo à dramaturgia. Chamava atenção dos alunos para “boa prosódia e nítida compreensão dos papéis desempenhados”. Pensava-se, na época, aperfeiçoar o fazer artístico e as formas de apreciação da arte teatral através de debates em sessões culturais.

A instituição da escola de teatro é recente. Antes, os atores eram instruídos no seio da classe teatral e as suas funções eram bastante estáveis, com representações de papéis do mesmo tipo ao longo de toda a vida. No teatro moderno, torna-se bem mais complexo o trabalho do ator e de todos os envolvidos com a arte teatral. O ator, por exemplo, não pode mais se fixar num estilo ou em convenções rígidas. Ele deve dominar técnicas para trabalhar com variadas categorias de texto e com gestos e entonações diferenciados, exigindo um período de formação que justifica a existência de escolas. No século XX, instituições de ensino de teatro são criadas em várias cidades brasileiras.

A Escola Dramática Municipal, atual Martins Pena, e o Curso Prático de Teatro, criado em 1937, incorporado dois anos depois pelo Serviço Nacional de Teatro, constituem ambos um marco de ensino formal de teatro no Rio de Janeiro.



Em 1939, o Serviço Nacional de Teatro criou o Curso Prático de Teatro, depois transformado em Conservatório Nacional de Teatro como parte integrante da Universidade do Brasil, em 1945, incluindo os cursos de Ator, de Dança e de Canto.

Em 1958, a regulamentação do Conservatório Nacional de Teatro passa a exigir o nível ginásial para admissão, passando a formar, por cursos de três anos, atores, cenógrafos e bailarinos. Os alunos da área de formação de atores, cursando mais um ano, podiam habilitar-se como diretores de teatro. Com a criação da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara — FEFIEG, em 1969, o Conservatório Nacional de Teatro é desvinculado do Serviço Nacional de Teatro e incorporado a FEFIEG, com o nome de Escola de Teatro.

Em São Paulo, Alfredo Mesquita cria a Escola de Arte Dramática, atualmente vinculada a Universidade de São Paulo — USP, formando atores ao nível médio de ensino. O Departamento de Teatro da USP foi criado pelo Prof. Alfredo Mesquita em 1968, na Escola de Comunicações e Artes. O atual Departamento de Artes Cênicas promove a formação de críticos, dramaturgos, diretores, atores e professores de teatro.

Na Bahia, em 1955, o Reitor Edgar Santos cria na Universidade Federal da Bahia — UFBA — a Escola de Teatro, visando propiciar a formação de diretores, atores e professores de teatro.

Em 1957, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi implantado o Curso de Arte Dramática — CAD. Inicialmente ligado à Faculdade de Filosofia, o CAD era liderado por Ruggero Jacobbi, diretor teatral italiano especialmente convidado como professor do curso. No ano de 1967, o Curso de Arte Dramática tornou-se Centro de Arte Dramática, assumindo a formação, ao nível superior, de Diretores de Teatro e Professores de Arte Dramática e, ao nível médio, de Atores de Teatro. Devido à Reforma Universitária, no ano de 1970, o Centro de Arte Dramática desligou-se da Faculdade de Filosofia e passou a integrar o Instituto de Artes, constituindo então o Departamento de Arte Dramática — DAD.

Vários outros cursos de teatro em nível superior foram criados em todo o país e, com a Lei n.º 5.692/1971, dá-se a criação dos Cursos de Licenciatura em Educação Artística, alguns deles oferecendo Habilitação em Artes Cênicas, destacando-se as seguintes Instituições de Ensino Superior — IES: UNICAMP, USP,



UFPE, UFPB, UFRN, UDESC, UFSC, UFMA, UFAL, UFES, UFSM, UFU, UFRJ, UnB e FBT.

Em 1996, com a implantação da nova LDB e com a criação da disciplina Arte na Educação Básica, os PCN-Arte acabam com a antiga formação polivalente em Educação Artística e apontam para a necessária formação especializada em cada uma das quatro linguagens artísticas indicadas, entre elas, a linguagem teatral. Dessa forma, criam-se por todo o território nacional cursos de Licenciatura em Teatro, com o intuito de suprir essa demanda por professores especializados. Nesse contexto, se dá a criação do atual curso de Licenciatura em Teatro da UFAL.

Anterior à criação do Curso de Licenciatura em Teatro, em 1998, a UFAL já oferecia cursos de formação na linguagem teatral desde 1981, quando realizou o primeiro concurso vestibular para o Curso de Artes Cênicas: Interpretação Teatral. Em 1983, foram contratados professores para as disciplinas de Artes Cênicas: Teatro. Na década de oitenta, três turmas concluíram o curso. Em 1988, esse curso foi suspenso sendo substituído pela implantação do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator.

Em 1990, o Colegiado de Artes Cênicas, assessorado pela Prof.^a Dr.^a Bárbara Heliodora da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, elaborou o Projeto Pedagógico do Curso de Formação do Ator. Esse documento foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — CEPE — em 21.09.1993, pela resolução n.º 73/1993. O curso começou a funcionar no segundo semestre de 1990.

Em 1998, o curso de Artes Cênicas Licenciatura em Teatro foi implantado no vestibular com a assessoria do Prof. Dr. Armindo Bião da UFBA.

Atualmente, o Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL se constitui como o único curso de graduação em teatro voltado à formação de professores para a Educação Básica no Estado de Alagoas.

A forma de ingresso, realizada através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do SISU (Sistema de Seleção Unificada) do MEC, atende não só a estudantes do Estado de Alagoas, mas também a alunos e alunas vindos de Estados vizinhos.



3.2. CONTEXTO LOCAL DO CURSO

O Estado de Alagoas possui 102 municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares — POF 2002/2003, a incidência da pobreza alcança níveis de 59,54% desse contingente populacional. Não obstante, segundo fontes do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP, coletados pelo Censo Educacional — 2012, cerca de 589.647 alunos são matriculados no Ensino Fundamental, distribuídos 131.801 no Ensino Médio e 86.166 alunos no Ensino Pré-Escolar, distribuídos em Escolas Públicas Federais, Estaduais, Municipais e em Escolas Privadas.

Esse índice utiliza como critérios de avaliação a renda, a longevidade e a educação para medir o desenvolvimento humano em 177 países, podendo ser aplicado também a núcleos sociais menores, no caso da sua aplicação em cidades. O índice varia de 0 a 1, sendo considerados de baixo desenvolvimento os países que atingem menos de 0,499 pontos, de maior desenvolvimento os que possuem nota de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento os países que atingem pontuação superior a 0,800. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — IDH cresceu de 0,371 em 1991, para 0,631 em 2010, possibilitando a percepção de uma visível modificação no quadro educacional.

Segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2013 – 2017, com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. Dados coletados no Censo de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, indicam que o Estado de Alagoas apresentava população residente de 3.120.922 de habitantes, 73,64% em meio urbano.

A UFAL desenvolve atividades presenciais através dos seus *campi* e Unidades Educacionais em 06 dos 10 municípios mais populosos do Estado: Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo e Delmiro Gouveia. O PIB *per capita* estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o



mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% eram distribuídos em atividades agrárias e industriais.

Em 1980, na gestão do reitor Prof. João Ferreira Azevedo, a UFAL inicia a missão de formar arte-educadores. No ano de 1982, é criado o Curso de Licenciatura em Música, sendo implantados, posteriormente, as Licenciaturas em Teatro, em 1998, e em Dança, em 2007. É somente na Gestão da então Reitora Professora Delza Leite Gitai Gomes que os Cursos de Artes passam a ser sediados no Espaço Cultural Salomão de Barros Lima, na Cidade de Maceió.

A função da Universidade, através do curso de graduação em licenciatura, é prover a formação de recursos humanos aptos para o exercício da docência na Educação Básica do Brasil e, no caso do ensino de teatro, para atuar também na formação e fomento do mercado de trabalho artístico no âmbito das artes cênicas.

O curso de Licenciatura em Teatro visa formar e profissionalizar jovens e adultos com uma educação de qualidade, habilitando-os para atuar em processos educativos e pedagógicos nos espaços de ensino formal e não formal.

A Licenciatura em Teatro possibilita que sejam atendidas as crescentes demandas de formação de professores em artes para a educação básica do Estado de Alagoas e do país, bem como o contínuo e consequente desenvolvimento artístico de profissionais voltados à pesquisa das formas dramáticas presentes na cultura de tradição popular alagoana em diálogo com a produção mundial. O diálogo artístico e cultural entre o local e o universal também se encontra presente nos Referenciais Curriculares para a Educação Básica de Alagoas para o ensino da Arte, ao apresentar como operador contextual para o Ensino Fundamental II, a localização geográfica dessas expressões.

A cultura, o lazer e a educação são três pilares fundamentais na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Porém, nem todo jovem tem acesso às mais relevantes produções artístico-culturais da humanidade. Pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros, constatou esse problema na prática e, de acordo com seus dados, em Alagoas, cerca de 80 cidades não possuem nem sequer museu, teatro ou centro cultural.

Segundo a pesquisa, que abrange os 102 municípios alagoanos, 95 cidades possuem bibliotecas públicas e 87 têm ginásios poliesportivos. No entanto, quando



se trata de unidades de ensino superior (30), centros culturais (26), museus (25), livrarias (23), teatros (16), arquivos públicos ou centros de documentação (14) e cinemas (8), os números são bem mais modestos.

Se se constata deficiência em estruturas físicas destinadas à cultura e à educação em Alagoas, por outro lado, segundo dados da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió (FMAC), o Estado é o que possui a maior diversificação em folguedos do Brasil. São treze folguedos natalinos, dois folguedos de festas religiosas, oito folguedos carnavalescos, sendo quatro com estrutura simples, três danças e dois torés, totalizando vinte e nove folguedos e danças genuinamente alagoanos espalhados pelos 102 municípios do Estado.

Os dados e números apresentados mostram o incipiente diálogo entre a cultura oficial e a cultura de tradição popular. É nesta lacuna que o curso de Licenciatura em Teatro pretende atuar como mediador, através da formação de professores e artistas teatrais comprometidos com o desenvolvimento desse diálogo. A formação desses mediadores se fará através de ações que se articulem com o tripé ensino-pesquisa-extensão da universidade. Ações de pesquisa pedagógica e artística que referendem e divulguem essas manifestações nos âmbitos acadêmicos do país. Ações de ensino em que a formação na linguagem artística dos futuros professores de teatro da Educação Básica e do ensino não formal aconteça por meio do diálogo entre a cultura de tradição popular e o patrimônio cultural da humanidade. Ações de extensão em que as práticas e saberes acadêmicos deste patrimônio imaterial da humanidade sejam difundidos democraticamente pelo Estado.

O diálogo entre a cultura acadêmica e a cultura de tradição popular de Alagoas fará com que a UFAL realize uma ação direta na difusão de questões relativas aos direitos humanos. Reconhecer e fomentar as formas e as práticas culturais de populações discriminadas econômica e politicamente significa atuar de maneira incisiva no reconhecimento do outro e de seus direitos elementares de existência. O diálogo fomentará ainda o reconhecimento e a difusão por parte da universidade de culturas, saberes e práticas originários das três etnias formadoras do povo alagoano, a ameríndia, a europeia e a africana. A opção pela contextualização geográfica e cultural em tradições populares provocará também



consequências reais no fomento de ações sustentáveis no manejo de recursos naturais e do meio ambiente.

Observe-se que a demanda pela formação de profissionais especializados na linguagem teatral em Alagoas pode ser constatada não somente no que se refere à formação de professores para a Educação Básica, mas também na grande procura pelo curso de Artes Dramáticas da Escola Técnica de Artes da UFAL (ETA), instituição que desenvolve suas atividades pedagógicas em parceria com o curso de Licenciatura em Teatro. As parcerias se dão na área do Ensino, por intercâmbio de professores entre os dois cursos, da Pesquisa por meio do Minter, realizado nos anos de 2012 – 2014, junto à Universidade Federal da Bahia, que possibilitou a graduação em nível de mestrado também de professores da Licenciatura, e das atividades e projetos de Extensão realizados conjuntamente. Em 2021, está em vigência o Programa de Doutorado Interinstitucional – DINTER, programa no qual professores da graduação e da ETA estão em processo de aprendizagem e pesquisa de suas práticas.

Tem sido intermitente o trânsito de formandos entre estes dois cursos, seja no sentido de uma graduação em Licenciatura, seja na procura por uma capacitação profissional específica na área da interpretação teatral.

Nessa perspectiva de formação, e levando ainda em consideração a inexistência de outros cursos de Graduação em Teatro no Estado de Alagoas, podemos constatar que existe um grande interesse de jovens e adultos com pretensões de obter um diploma de curso superior em Licenciatura em Teatro na UFAL.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases — 9.394/96 (LDB) — explicita a realização da ação do Estado no campo educacional estabelecendo que "o ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, para promover o desenvolvimento cultural dos alunos". Com a aprovação da LDB em 1996, o ensino de Arte passou a ser obrigatório na Educação Básica (cf. art. 26, § 2º) e, ao ser incluído na estrutura curricular como área, a Arte deixou de ser considerada apenas como uma atividade complementar à própria educação.

Nesse mesmo caminho, o Ministério da Educação lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referências para os profissionais de educação que pretendem utilizar a Arte na



elaboração de seus projetos pedagógicos, na reflexão da prática educativa cotidiana, na análise de materiais pedagógicos e na própria discussão sobre educação. Tendo em vista que as escolas públicas e particulares do Estado de Alagoas em geral quase não possuem professores com formação específica na área de Artes, um curso de Licenciatura em Teatro poderá minimizar essa deficiência no Estado.

É com intuito de suprir as lacunas presentes na atual formação educacional e artístico-cultural de professores e artistas teatrais, inclusive com seu olhar e prática voltados à cultura popular, que acreditamos justificar-se a oferta do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL.



4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O funcionamento do curso de Licenciatura em Teatro é baseado em alguns princípios filosóficos, técnicos e metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da UFAL registradas no Projeto Pedagógico Institucional — PPI, a saber: a articulação entre a teoria e a prática; a interdisciplinaridade; a flexibilidade curricular e a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O planejamento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão dirigidas à formação do educador, deverá estar voltado para o desenvolvimento de uma proposta de aprendizagem integradora, que deverá partir da observação, da vivência e da interação da realidade com o teatro.

Assim, espera-se estimular a produção de novos conhecimentos que abarcarão gradativamente outras dimensões estéticas e socioculturais. Dessa forma, enfrentaremos os desafios de uma aprendizagem em permanente processo de construção, pelo qual se pode acompanhar as transformações sociais e culturais de nosso tempo. Essas ações serão realizadas com a participação dos docentes e dos discentes como fomentadores de ações artístico-pedagógicas.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) buscou, no processo de construção deste PPC, refletir algumas questões conceituais sobre a arte do teatro e sobre a licenciatura na linguagem teatral. Essa reflexão levou o corpo docente tanto a repensar a função do curso para a educação alagoana quanto redimensionar a inserção da Licenciatura em Teatro nas artes e na cultura local.

O movimento de busca do teatro realizado em Alagoas levou-nos às manifestações espetaculares e dramáticas da cultura de tradição popular, presente na maioria dos municípios do Estado de Alagoas. Diante de um contexto em que tais manifestações artísticas têm dificuldades em ser reconhecidas como legítimas expressões teatrais, depreciadas que são por uma visão eurocêntrica do teatro e não merecedoras de estudos aprofundados nas pesquisas acadêmicas realizadas na universidade brasileira, propomos aqui um curso que, ao se voltar para a formação do professor de teatro alagoano, forme também um mediador entre esses dois modos de produção cultural, o popular e o acadêmico/erudito.

Tal movimento em direção à cultura popular de tradição encontra-se também na pesquisa e na produção de diversos coletivos teatrais em atividade no Estado de



Alagoas. Existem experiências significativas lideradas por grupos locais, seja de Teatro de Rua, seja em palcos convencionais, em diálogo com a cultural popular de tradição e que não possuem respaldo em estudos acadêmicos sistematizados.

Importante salientar que não se pretende fazer distinções de valor entre esses modos de produção teatral, nem mesmo privilegiar um em detrimento do outro, visto que ambos comungam dos mesmos elementos que formam a linguagem teatral. O que se quer é criar canais de diálogo em que as formas e poéticas vindas da tradição popular, que têm nos seus mestres os máximos representantes artísticos, tenham corpo e voz na universidade e sejam reconhecidas e valorizadas como obras de arte e os seus produtores como artistas. Por outro lado, também se deseja que a produção acadêmica e erudita possa ser democratizada sem se transformar em uma “monocultura colonizadora” do imaginário popular ou numa cultura que se restrinja, nas suas formas de produção e fruição, às elites econômicas. Ressalte-se, ainda, nesse contexto, a importância de estudos críticos na universidade da produção artística inserida na indústria cultural para a formação do professor de teatro em Alagoas.

Optamos politicamente por, no momento, ainda que vistos como necessários, não criar ou selecionar conceitos para Cultura Popular de Tradição, Indústria Cultural e Cultura Acadêmico/Erudita, pois, se o que se quer é estabelecer diálogos, atritos e fricções entre a universidade e a comunidade, tal conceituação pode vir a ser uma restrição inicial a estes objetivos de interação e mediação. Por ora, é suficiente delimitarmos os territórios das manifestações artísticas populares, territórios fluidos e passíveis de criação de novas fronteiras; delimitação construída mais por negativas que assertivas.

O território a que nos referimos como Cultura Popular de Tradição de Alagoas sociologicamente refere-se àquelas manifestações artísticas vindas de camadas da população desfavorecidas economicamente e que habitam o território do Estado de Alagoas. Tais manifestações não se limitam a uma pressuposta origem alagoana ou se restringem ao que se possa chamar “identidade alagoana”, mas fazem parte do imaginário de uma comunidade estabelecida geograficamente neste território.

Os mestres populares, ainda que alfabetizados, dificilmente se expressam através de uma cultura letrada; transmitem os seus ensinamentos de forma oral e reproduzem as formas e modos como eles próprios formaram-se, ressaltando-se



ainda que muitos sejam autodidatas. A sua arte é sua forma de expressão e produção de conhecimento. Essa expressão não tem o caráter de ineditismo ou de novidade, muitas vezes presente na arte erudita. Os materiais poéticos já estão formalizados pela tradição, por gerações, o que não significa que não dialoguem com o mundo, nos seus movimentos e transformações, gerando sempre novas formas de expressão e comunicação. Tal formulação nos afasta da conceituação folclórica que porventura essas manifestações carreguem através do olhar estrangeiro a elas (estrangeiro aqui no sentido de estranho). Esse olhar pressupõe que a manifestação artística esteja congelada no tempo e no espaço, e que as suas formas e poéticas não são atualizadas, deixando de dialogar com o mundo. Nada mais distante do que pensamos. A cultura de tradição popular é, pois, uma cultura em constante transformação.

Outro sentido do qual procuramos afastar-nos é ver nessas manifestações um caráter depreciativo através do rótulo “artesanato”. O teatro é, essencialmente, uma arte construída através do domínio técnico, portanto, por meio da artesanaria de seus criadores. O rótulo de artesanato para as manifestações cênicas de tradição popular pode, na nossa opinião, se aproximar mais de uma cultura extrativista, como a dos grupos para-folclóricos, que muitas vezes se utilizam das formas expressivas populares para a produção de espetáculos inseridos em contextos mercadológicos, ainda que nos seus discursos predominem os objetivos de preservação. Aliás, “preservação” é outro conceito, ao lado de “resgate”, com os quais não pretendemos utilizar na formação de nossos professores mediadores, ainda que vislumbremos a necessidade de trabalharmos com eles e que, provavelmente, as nossas ações provoquem movimentos preservacionistas e de resgate de manifestações por desventura desaparecidas.

O diálogo com a cultura de tradição popular se fará por atividades de extensão, das disciplinas de ensino — em especial nos componentes curriculares Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas 1, 2 e 3, e dos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente, o que faz com que a produção do conhecimento em geral fortaleça o fundamento da Universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, é importante destacar que as diversas políticas institucionais desenvolvidas no âmbito do curso de Licenciatura em Teatro visam promover a



valorização da diversidade de gêneros, de etnias ou de culturas. Isso se manifesta, a médio prazo, nas temáticas desenvolvidas nos trabalhos de conclusão de curso (TCC's) e noutras atividades expressivas.

Nessa perspectiva, este projeto visa estimular as formas de realização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, que serão abordados mais amiúde na seção dedicada à estrutura curricular.

4.1. ENSINO

Na graduação, o ensino adota políticas baseadas em três grandes eixos, que passam pela inovação e pela qualificação, pela internacionalização e pela gestão acadêmica. Essas políticas visam à contínua melhoria da oferta de cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de uma formação adequada ao perfil de egresso desejado.

No eixo inovação e qualificação, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, a UFAL recomenda uma permanente revisão do Projeto Pedagógico do Curso — PPC, para ele estar sempre adequado às tendências e desafios da sociedade contemporânea: incluindo, para uma formação completa do profissional, temas que tragam as questões dos direitos humanos, da acessibilidade, das questões étnico-raciais e dos afrodescendentes, entre outras.

No âmbito do Curso, algumas ações foram implementadas para se adequarem às recomendações do PDI, tais como:

- Uma primeira revisão do PPC, no ano de 2015, definiu direcionamentos para o desenvolvimento das disciplinas de Projetos Integradores como canais de diálogo privilegiado com as manifestações cênicas da cultura de tradição popular brasileira;
- Criação da disciplina eletiva Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiência, que discute as questões relacionadas à escola inclusiva e à educação inclusiva;
- Oferta de monitoria com ou sem bolsa, anualmente, para incentivo à prática docente.
- Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência — PIBID.



- Criação, desde o ano de 2014, de uma semana acadêmica do curso denominada *Pluralidades Cênicas*, cujo objetivo é apresentar a produção artística e acadêmica dos docentes e alunos.

- No eixo internacionalização, o curso de Licenciatura em Teatro atua em três linhas complementares: [1] o fomento da participação dos alunos na seleção de editais de bolsas para Intercâmbio Internacional, com o intuito de ampliar as fronteiras do conhecimento do teatro e de outras culturas, num diálogo com suas especificidades e similaridades; [2] o estímulo ao corpo docente para participação em eventos acadêmicos internacionais; e [3] a realização de eventos acadêmicos, como o 1.º Filé Teatral — Colóquio Internacional de Artes Cênicas e Cultura Popular da UFAL 2015; *Pluralidades Cênicas* (2019); *Pesquisas em Cena*, e *Roda de Conferências* (2019); que receberam artistas e pesquisadores da Itália, Portugal e Canadá, bem como a parceria com o grupo *Clowns de Quinta* na realização do festival *Cadê Meu Nariz?*, que trouxe artistas francesas. Em 2021, o curso realizou o I *Em Cena* (Encontro Nacional de Artes da Cena da UFAL), evento bienal que contou com a participação de artistas e pesquisadores de universidades de dentro e fora do país.

No eixo gestão acadêmica do ensino de graduação, a Coordenação do Curso conta com um Colegiado e um Núcleo Docente Estruturante — NDE, para planejar a oferta das disciplinas, as ações pedagógicas a cada semestre, dentre outras demandas específicas.

No que diz respeito aos itens relacionados às avaliações, como atuação dos docentes, aproveitamento dos discentes, processos de ensino-aprendizagem e indicadores de evasão e retenção, o NDE tem a responsabilidade de acompanhar, diagnosticar e buscar soluções para as demandas pedagógicas do Curso.

O curso de Licenciatura em Teatro instituiu dois fóruns que congregam todo o corpo docente, discente e técnico do curso e se realizam semestralmente. O primeiro denomina-se Espaço Aberto, realizado como parte da programação da semana acadêmica, e está voltado para a reflexão crítica do semestre que se encerra. Tais reflexões estabelecem-se a partir da prospecção de problemas e virtudes vividos no semestre recém-findado, pela discussão de possíveis soluções dos problemas e pela insistência em se construir o curso dos sonhos de cada um de



seus participantes. O segundo é realizado no início de cada semestre na forma de plenária, onde os temas de discussão levantados no Espaço Aberto do semestre anterior são recolocados e rediscutidos tendo como objetivo a proposição de ações concretas e compromissos de atuação para o funcionamento do curso. Essas proposições são votadas igualmente pelos participantes da plenária e os compromissos assumidos serão da responsabilidade de todo o corpo social do curso.

4.2. PESQUISA

A Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Teatro, as atividades de pesquisa estão contempladas no tripé ensino-pesquisa-extensão, sobretudo a partir da atuação de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq, a saber:

- 1) Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas, liderado pelo Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho;
- 2) Brincantuar, artífices cênicos: Atores e Brincantes; Tradições cênicas brasileiras; Pedagogia das Máscaras, Comicidade; Circo e as suas vertentes; Palhaçaria; Commedia dell'Arte; Cenas entre tradições, liderado pelo Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos.

Além disso, o curso conta com uma Coordenação de Pesquisa, a cargo de um professor/a com gestão de dois anos cujo objetivo é fomentar a pesquisa no curso e a participação de discentes e docentes nos projetos de iniciação científica, em congressos e outros eventos regionais, nacionais e internacionais.



4.3. EXTENSÃO

A LDB 9.394/96 traz entre os seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos.

Cumprir destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem, e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho, tendo, em 2019, realizado 1012 ações subdivididas em cursos (310); eventos (260); produtos (12); programas (17); projetos (413).²

Segundo a resolução n.º 04/2018 — CONSUNI/UFAL de 19 de fevereiro de 2018, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da UFAL, as atividades de extensão passam a ser obrigatórias para o corpo discente, que deverá creditar o equivalente a 10% da carga horária total do curso em Programas de Extensão, através das suas respectivas atividades extensionistas.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) do curso de Licenciatura em Teatro contemplam, intrinsecamente, as ações de ensino e pesquisa. Os estudantes participarão dessas atividades através de projetos inseridos nos programas institucionalizados de extensão do curso e da Unidade Acadêmica, pela vivência junto às comunidades, de forma coletiva, nos semestres letivos do curso, a partir do terceiro período. Os estudantes podem participar de outras atividades curriculares vinculadas às comunidades em qualquer período do curso, tais como: Pesquisa,

² Conforme Relatório Anual de Atividades (Relatório de Gestão 2019). Disponível em: <https://UFAL.br/UFAL/extensao/documentos/relatorios/gestao/relatorio-anual-de-atividades-2019.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2021.



Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. Todas as ações de extensão deverão estar registradas junto à coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão — PROEX.

O Módulo Extensão do SIGAA é a ferramenta oficial para atender as demandas da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e tem o objetivo de gerenciar as Ações de Extensão existentes na Instituição. Em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária, as ações de extensão são tipificadas como: Programa, Projeto, Curso, Evento, e Produtos acadêmicos/Prestação de serviços.

AÇÕES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO NOS ÚLTIMOS ANOS

ÁREA TEMÁTICA: CULTURA – LINHA TEMÁTICA: ARTES CÊNICAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CORPO CÊNICO da UFAL / Pró-Reitoria de Extensão – Equipamento Cultural	Corpo Cênico estável da UFAL voltado à formação artística, pedagógica e técnica continuada de seus integrantes; à produção, pesquisa e difusão das artes da cena (teatro, dança, circo, arte da performance, entre outras); integrado aos programas de extensão dos cursos de Licenciatura em Teatro e Dança da UFAL; com projetos artístico-pedagógicos renovados anualmente e coordenados por docentes lotados nesses cursos. Seu principal objetivo é a formação artística e pedagógica das licenciaturas em Teatro e em Dança da UFAL, articulando-as às ações de extensão e pesquisa.	Programa
Centro de Documentação e Memória Artístico Cultural da UFAL – Prof. Ismar Malta Gatto	Trata-se de um Centro de Pesquisa criado em 2016 por Ivanildo Piccoli, responsável pela custódia, conservação, processamento técnico e divulgação de todo o conjunto documental, constituído de textos, fotografias, vídeos, fitas (VHS, K-7, super 8), e publicações acumuladas pelas doações particulares dos registros dos cursos de Artes desde sua criação, além de acervo bibliográfico específico, incorporado ao longo de anos.	Projeto Desativado. Duração: 2016-2018.
Pluralidades Cênicas	Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, tem como objetivo compartilhar com a comunidade interna e externa do curso de Licenciatura em Teatro os resultados de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A programação inclui apresentação de mostras de	Evento



	disciplina, de trabalhos acadêmicos, apresentação de resultados oriundos de projetos de extensão, oficinas e apresentações artísticas de produtos construídos autonomamente por alunos, professores e egressos do curso.	
Poesia Itinerante	O projeto Poesia Itinerante, contemplado pelo edital PROINART, visa trabalhar o lúdico da sociedade alagoana através da poesia. Atores recitando poesias de diversas formas, em um espetáculo com várias linguagens artísticas (teatro, música, dança e circo), nos espaços alternativos da cidade de Maceió; praças, ruas, auditórios, teatros, escolas e outros, com o intuito de alcançar o maior número de público em geral.	Projeto
Conversa de Coxia	O Projeto Conversa de Coxia, contemplado pelo edital PROINARTE, surge do interesse em promover um diálogo entre os discentes e docentes do curso de Teatro da Universidade com profissionais atuantes no campo das artes cênicas no Estado. A atividade, que tem como proposta a periodicidade bimensal, será desenvolvida a partir da escolha e pesquisa biográfica sobre o (a) artista. As pesquisas subsidiarão perguntas e intervenções desenvolvidas pelos discentes em um debate com o(a) artista escolhido. A Conversa de Coxia será aberta à comunidade acadêmica e público em geral.	Projeto
Ciclo Teatro e Cinema: as tragédias de Pasolini	O primeiro Ciclo Teatro e Cinema: as tragédias de Pasolini é uma atividade de extensão promovida pelo Cineclube Elinaldo Barros, uma ação do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Expressões Dramáticas – NEPED/CNPq. A proposta do Cineclube é criar um espaço de exibição de filmes que dialogue com os estudos interartes, promovendo reflexões que surjam dos encontros, aproximações e distanciamentos entre o teatro e o cinema.	Evento
Tragédias e cenas na escola pública: pedagogia e encenação	Projeto contemplado pelo ProCCAExt 2016. Oficina de iniciação teatral realizada na cidade de Paripueira que resultou na montagem e apresentações da peça teatral “Édipo Rei”, de Sófocles.	Projeto
Criação Cênica em Processo Colaborativo	Projeto do Corpo Cênico (2016/2017). Produção e difusão de espetáculo teatral a partir de processo de criação colaborativo que resultou no espetáculo “Medeia material”.	Projeto
Oficinas Livres de Iniciação	Projeto contemplado pelo ProCCAExt 2018/2019. Oficinas de iniciação teatral desenvolvidas no	Projeto



Teatral	<i>campus</i> A. C. Simões e na cidade de Barra de Santo Antonio.	
Formação de Oficineiros em Teatro	Curso integrante do projeto Oficinas Livres de Iniciação Teatral (ProCCAExt 2018/2019). Capacitação dos bolsistas e interessados da comunidade em ações socioculturais através da linguagem teatral.	Curso
Performances Político-Poéticas	Projeto do Corpo Cênico (2018/2019). Produção e difusão de espetáculos teatrais a partir do estudo das peças didáticas de Bertolt Brecht. Foram realizadas duas montagens: “O Amor à Pátria” e “Igreja Dialética Brechtiana: o Acordo”.	Projeto
I Fórum Popular da UFAL – Eixo Cultura	Projeto integrante do I Fórum Popular da UFAL, realizado em 2019. Produção, curadoria e execução de encontro da academia com artistas, produtores culturais e comunidades alagoanas, com o objetivo de criação de documento que norteie as Ações Curriculares de Extensão (ACE) da UFAL.	Projeto
Projeto Cenas Clownssicas. – Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2013, criação de um espetáculo com cenas clássicas de palhaços e clowns.	Projeto
PROJETO CENAS CLOWNSSICAS – Grupo Clowns de Quinta	Projeto contemplado pelo edital PROINART 2014 para sua continuidade de apresentações. Pesquisa e criação de um espetáculo com cenas clássicas de palhaços e clowns brasileiros.	Projeto
PROJETO SOLAR: Laboratório de Meditação, uma vivência de OSHO	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. Esse projeto propõe investigar o método das Meditações Ativas do mestre indiano OSHO como uma alternativa para preparação do Ator, visando colocá-lo num estado de descoberta criativa diante da ação cênica.	Projeto
Ciarlatani – com Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. Com esse projeto, pretendeu-se estudar os artistas que deram origens aos comediantes e palhaços com a criação de exercícios cênicos, que foi apresentada em espaços diversos sendo uma montagem partindo das técnicas cômicas dos Ciarlatani e dos charlatões registradas por especialistas como Roberto Tessari (Italia).	Projeto
Commedia dell'Arte com Grupo Nós & Quiproquós	Projeto ganhador da Bolsa Vivência de Artes 2014 da UFAL. Desenvolvimento de estudos teóricos e práticos do gênero teatral Commedia dell'Arte para complementar a formação do ator pedagogo através da investigação da linguagem e Pedagogia das Máscaras. Desenvolvendo	Projeto



	assim as técnicas de improvisação e criação de personagens “tipos” do imaginário popular.	
Ser Palhaço – com Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. O Projeto proporcionou documentar histórias de Palhaços de lona que não se encontram nos principais circuitos culturais, ou seja, Palhaços de pequenos circos no Estado de Alagoas. O documentário abordou alguns temas, tais como: A relação de Ator e Palhaço; A profissão “Palhaço”; Ser Palhaço; por fim, analisamos a criação da personagem Palhaço bem como sua forma de interpretar e encenar.	Projeto
PROJETO CLARICENA Uma vivência teatral com obras de Clarice Lispector	Contemplado pelo Programa Vivência de Arte 2015. Estudo prático e teórico das peças de Clarice Lispector. Teve como resultantes os espetáculos – “Claricena”; “Granja dos corações amargurados” e “Adeus Clarice”.	Projeto
Ciarlatani in Giro – com Grupo Clowns de Quinta	Contemplado pelo edital PROINART 2015/2016. Projeto ganhador do Edital Proinart 2014. Com este projeto, desenvolveu-se a finalização da montagem e uma circulação do mesmo em espaços abertos.	Projeto
11.645 MOTIVOS!!	PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS ZUMBI E MANINHA XUKURU-KARIRI – 2016. O projeto 11.645 MOTIVOS teve a intenção de produzir cursos para professores e estudantes do ensino médio em que foram compartilhadas práticas e dinâmicas voltadas para a cultura ameríndia e para a cultura negra brasileira, além de sessões de contos provenientes dessas culturas.	Projeto
Aula-espetáculo sobre o Coco alagoano	Contemplado pelo Edital Proinart, teve por objetivo a criação e apresentação de uma aula espetáculo sobre o Coco Alagoano visando a divulgação dessa dança de tradição popular local. O projeto contemplou 08 escolas públicas, como também 02 apresentações para alunos, funcionários e visitantes do Espaço Cultural Universitário.	Projeto
Tai Chi	Aulas regulares de Tai Chi Chuan ofertadas a estudantes, docentes, técnicos da UFAL e a comunidade em geral. Além de ser uma prática corporal para promoção da saúde, o Tai Chi apresenta grande potencial para o aproveitamento técnico do artista cênico	Projeto
A Criação nos Espaços em Branco	Evento que contou com a participação de Anderson Vieira e com a coordenação de Ivanildo Piccoli. Trata-se de um processo de montagem, dramaturgia e direção de caráter extensionista.	Evento



Evento Cadê Meu Nariz – I Encontro de Palhaços de Maceió em novembro de	Organizado por Clowns de Quinta e coordenado por Ivanildo Piccoli e assistência de Marcelo Gianini. Evento com uma semana de atividades integrais, com oficinas, palestras, cabaré, com profissionais das artes Circenses Nacionais. Mario Fernando Bolognesi (UNESP), Cida Almeida (Clã Artes Cômicas – SP) Nara Menezes (Mulheres palhaços do Recife – PE) Andréa Macera (Barracão Teatro e Teatro da Mafalda SP)	Evento
I Filé Teatral Colóquio Internacional de Artes Cênicas e Cultura Popular da UFAL 2015	Evento acadêmico Internacional. Conferencista: 470 anos de Commedia dell'Arte e a Cultura Popular Brasileira. Tema: A Máscara da Commedia dell'Arte – 100 anos de Amleto Sartori.	Evento
Coletivo Cultura, Sim Sinhô "Chegada dos bois"	Ação de extensão: Coletivo Cultural, Sim Sinhô "Chegadas de Bois", é uma idealização do coletivo Cultura, Sim Sinhô, que propõe um diálogo da cultura popular com a comunidade acadêmica e o público em geral. O evento trata da visita de grupos de bumba meu boi, ressaltando a importância da manifestação cultural. Evento com a presença de vários Bois de Alagoas em relação com os alunos e com os frequentadores do Espaço Cultural da UFAL. Após essa data ocorreu a exposição de três bois, por um mês, no Espaço Cultural da UFAL.	Evento
Coro Cênico da UFAL	PROGRAMA CÍRCULOS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS - ProCCAExt 2018. O projeto visa criar um grupo de Coro Cênico da UFAL formado por alunos dos cursos de Artes e membros da comunidade em geral. Possibilitando o acesso à linguagem pouco difundida do Coro Cênico e a difusão nos <i>campi</i> da universidade e na comunidade em geral.	Projeto
I Roda de Conferências de Artes Cênicas na UFAL	A I Roda de Conferências de Artes Cênicas na UFAL é uma iniciativa em parceria do equipamento Cultural Corpo Cênico da UFAL (Proex) e do Grupo de pesquisa no CNPQ Brincantuar: artífices cênicos pelo equipamento cultural e pelas linhas de pesquisa grupo Brincantuar do CNPQ.	Evento
A Brecha do Circo: grupo de pesquisa e prática em artes circenses	Este Projeto "A Brecha do circo" pretende unir os estudos teóricos, pedagógicos, imagéticos e práticos de seus integrantes pesquisadores no treino das Artes Circenses, em destaque: acrobacias, malabares, equilibristas, Palhaçaria, criação de números e espetáculos para	Projeto



	apresentações voltadas às diversas classes sociais, e a todos os níveis de estudantes de Alagoas.	
Cine Axé	Ano: 2008 – Projeto que objetiva levar o cinema para espaços de formação com narrativas afro e ameríndias, em sintonia com a Lei n.º 11.645/2008, trazendo temas para o debate, tais como a africanidade, a pluralidade cultural, a diversidade sexual, a mulher, as juventudes negras, a acessibilidade, a pessoa idosa, a saúde, o meio ambiente, o emprego, a ocupação e a renda. Exibição de filmes e Roda de Conversas – projeto que acontece na sua terceira edição, em parceria com a Casa de Iemanjá. Na segunda e terceira edições, esse projeto foi contemplado com o edital Maninha Xukuru Karir e Zumbi do Neab.	Projeto
Tintas	Ano: 2016 – Projeto focado na Lei n.º 11.645/2008. Desenvolvimento de figurinos cênicos a partir da obra do pintor alagoano Mestre José Zumba; reflexão sobre etnia e resistência.	Projeto
Seminário Lata – Laboratório De Teatro De Animação	É um evento que está na sua quinta edição e pretende refletir a vivência pedagógica da linguagem do Teatro de Animação e a vida humana na escola, na família e na sociedade. Na primeira edição tivemos a participação da Prof. ^a Dr. ^a Ana Maria Amaral (Usp); na segunda edição a participação do prof. Dr. Tácito Borralho e na terceira edição o evento aconteceu na Escola Estadual José Camerino. Na quarta e na quinta edição, o evento ocorreu no Laboratório de Teatro de Animação — LATA com as respectivas temáticas: “Teatro, ISTs, HIV e AIDS” e “Teatro de Animação, economia criativa e enfrentamento emocional”.	Evento
MIAMA – Museu Itinerante Ana Maria Amaral De Teatro De Animação	Projeto de um Museu Itinerante de Teatro de Animação (MIAMA) para ampliar o acesso da comunidade à cultura dos Objetos Bonecais: Bonecos, Sombras, Máscaras, Objetos, Brincantes, Figurinos e Ruídos, todos fazendo circular pelas escolas, praças e espaços de convivências e periferias das cidades o Objeto Bonecal, a Educação e a Sociedade nos diferentes cantos das cidades. Esse projeto é coordenado pelo Prof. Dr. José Acioli da Silva Filho.	Projeto



Diante do exposto, é apresentado a seguir o programa de extensão vigente no Curso de Licenciatura em Teatro, ao qual estão vinculadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) obrigatórias.



4.3.1. PROGRAMA DE EXTENSÃO E AS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Programa de Extensão Corpo Cênico

Ementa:

O Corpo Cênico da Universidade Federal de Alagoas é um programa com ações e projetos desenvolvidos pelas Artes Cênicas da Universidade, permeando as áreas do teatro, da dança, do circo e do universo da performance.

O programa é voltado à formação artística, pedagógica e técnica continuada dos seus integrantes e à pesquisa, produção e difusão anual das artes da cena (teatro, dança, circo, arte da performance, folguedos dramáticos populares, entre outras). Integrado às ações de extensão das licenciaturas em Dança e em Teatro, o Corpo Cênico será composto prioritariamente por docentes, técnicos e estudantes dessas duas graduações, permitida a participação voluntária dos demais estudantes da UFAL e de membros da comunidade alagoana. O programa de extensão procura estimular o desenvolvimento de projetos que possibilitem a experiência artística na criação e difusão de obras cênicas, privilegiando os seus aspectos pedagógicos e formativos.

O Corpo Cênico terá como incumbência a produção anual de obras dramáticas e coreográficas clássicas, como também os experimentos cênicos ligados à tradição ou à pesquisa de novas linguagens das artes da cena.

Os projetos apresentados anualmente pelo programa devem estar em sintonia com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da Licenciatura em Teatro e da Licenciatura em Dança, e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL.

Objetivos:

- Contribuir para a formação, nos âmbitos artístico e pedagógico dos estudantes de Teatro e Dança da UFAL, articulada aos PPC e às ações de extensão dessas licenciaturas;
- Estimular a produção de obras cênicas.



- Incentivar a difusão das artes cênicas na comunidade universitária e no Estado de Alagoas.
- Garantir a educação continuada de professores e artistas cênicos no Estado de Alagoas.
- Colaborar para a oferta de atividades acadêmicas: cursos, seminários, palestras, entre outros eventos artísticos e ações à comunidade alagoana.
- Instituir uma programação artístico-cultural permanente na universidade, garantindo à comunidade acadêmica e demais segmentos de público o direito à fruição de produções cênicas, visando contribuir com as Diretrizes e Bases da Educação Superior e o Plano Nacional de Cultura.
- Difundir obras cênicas nos mais diversos lugares do Estado de Alagoas, visando a formação de público para as artes cênicas.

Metodologia:

O Programa de Extensão Corpo Cênico será composto pela comunidade acadêmica da UFAL, nos seus três segmentos, e por membros da comunidade, a saber: I — Discentes em atividade curricular de extensão; II — discentes voluntários da UFAL; III — docentes (ativos e/ou inativos); IV— técnico-administrativos da UFAL (ativos e/ou inativos); V — membros voluntários da comunidade.

Será obrigatória a matrícula nas seis Atividades Curriculares de Extensão (ACE) ofertadas entre o terceiro e o oitavo períodos do curso, sendo: Produção e Difusão das Artes Cênicas 1 e 2 (Projeto); Produção de Eventos Acadêmicos 1 e 2 (Evento); Oficinas Livres de Teatro (Projeto). Cada ACE será coordenada por um ou mais docentes responsáveis.



Detalhamento das ACE:

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 e 2 (Projeto)

Carga Horária:

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

3.º e 4.º períodos.

Objetivos:

Pesquisa, produção e difusão das artes cênicas, por projetos de montagem cênica.

Metodologia:

A atividade proposta compreende uma ação artístico-pedagógica que será organizada em um ou mais projetos, coordenados pelos docentes do curso de Licenciatura em Teatro, distribuídos em dois semestres letivos, com carga horária de 60h cada. No início de cada semestre letivo haverá um período de planejamento das atividades na comunidade, bem como o acompanhamento dos docentes responsáveis durante todo o período de execução da extensão.

Avaliação:

- Relatório dos graduandos referentes a cada etapa executada.
- Apresentação das atividades, pelos discentes, a serem realizadas na comunidade externa.
- Relato de vivência dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, dentre outros interessados.



PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 e 2 (Evento)

Carga Horária:

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

5.º e 6.º períodos.

Objetivos:

Propor atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento.

Metodologia:

As semanas acadêmicas acontecem semestralmente no âmbito curso de Licenciatura em Teatro como eventos de extensão que se caracterizam como uma semana em que são expostas as pesquisas e os produtos artísticos/pedagógicos dos alunos e professores do curso. Outras atividades acadêmicas de extensão também são realizadas, vinculadas aos grupos de pesquisa dos docentes do curso. A atividade proposta será organizada junto aos discentes, aos docentes e aos técnicos participantes, distribuída em 60 horas semestrais (120 horas no total). Envolve três etapas: pré-produção, produção e pós-produção do evento, acompanhada pelos docentes responsáveis.

Avaliação:

- Participação dos discentes nas reuniões prévias ao evento e nas atividades durante o evento.
- Relatório dos discentes referentes a cada etapa executada e/ou relato de vivências dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, funcionários da Universidade Federal de Alagoas e comunidade externa, em geral.



OFICINAS LIVRES DE TEATRO (Projeto)

Carga Horária:

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

7.º e 8.º períodos.

Objetivos:

Realizar oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Metodologia:

A atividade proposta compreende ações pedagógicas que serão organizadas em projetos voltados para a comunidade, ministrados pelos discentes, sob coordenação e supervisão dos docentes do curso de Licenciatura em Teatro, distribuídos em dois semestres letivos, com carga horária de 60h cada.

No início de cada semestre letivo, haverá um período de planejamento das atividades na comunidade, bem como o acompanhamento dos docentes responsáveis durante todo o período de execução da extensão.

Avaliação:

- Apresentação pública das atividades, pelos discentes, a serem realizadas na comunidade externa.
- Relatório dos graduandos referentes a cada etapa executada e/ou relato de vivência dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, dentre outros interessados.



4.4. ACESSIBILIDADE

A UFAL possui um núcleo de estudos que busca promover a acessibilidade e o atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, quais sejam: a acessibilidade pedagógica, a metodológica, a de informação e a de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e a metodológica seguem o art. 59 da Lei n.º 9.394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I — currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Nesse sentido, a Nota Técnica n.º 24/2013 (MEC/SECADI/DPEE), de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPCs “[...] contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual e cognitiva, sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, assim, não apenas facilitar o acesso, mas também estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico, para permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

O Núcleo de Atendimento Educacional — NAE — oferece o necessário apoio pedagógico para atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, para promover a integração de todos e todas ao ambiente acadêmico.

Desde sua implementação, no ano de 1998, o Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, sediado no Espaço Cultural, recebe alunos com algum tipo de



deficiência física, sendo que o prédio onde o curso funciona possui rampas de acesso para as salas de aula, para a coordenação, além de possuir elevador para dar acesso ao primeiro andar. Demandas de alunos com deficiência auditiva e cognitiva vêm sendo enfrentadas com o apoio do Núcleo de Acessibilidade da UFAL, para atendimento legal aos discentes.

4.5. NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE — NAC

O NAC atua para oferecer Atendimento Educacional Especializado — AEE — aos estudantes que fazem parte do público-alvo, tais como: pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades.

Esse atendimento tanto pode ser feito por acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Nesse processo, é possível fazer adaptação de materiais didáticos e capacitação para o uso de tecnologias assistivas, tais como, por exemplo, os recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional a pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho — PROGEP, o NAC promove cursos para o corpo de técnico e docentes da universidade. Também atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada — GEEAMA e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade — NEEDI.

O Atendimento Educacional Especializado — AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela. Atendendo, prioritariamente, os estudantes de graduação, podendo ser atendidos estudantes da pós-graduação.



No Curso de Licenciatura em Teatro as adequações das tecnologias assistivas serão feitas mediante capacitação do corpo docente e técnico, para que a execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão aconteçam em sua plenitude, consoante o art. 59 da Lei n.º 9.394/96.

4.6. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS — LIBRAS

Conforme o Art. 3.º, do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras; e o Art. 18º da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no curso de Licenciatura em Teatro, LIBRAS se constitui como uma disciplina obrigatória ofertada no segundo período, dando um suporte básico para a comunicação aos discentes em suas práticas de Estágio Supervisionado em escolas e/ou Instituições que atendam a pessoas surdas, bem como os educandos para a importância da utilização desta linguagem em espetáculos teatrais.

4.7. INCLUSÃO

Desde 1999, a UFAL preocupa-se com a inclusão. Por isso aprovou em 2003 a resolução33 — CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto n.º 824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a resolução n.º 54/2012 — CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Em 2015, foram reservadas 40% das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *bruto per capita* e 50% foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários-mínimos *bruto per capita*.

Nos dois grupos que surgem, após aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas (por curso e turno) para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, o que, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, corresponde a 67,22% da população. No



ano 2016, a UFAL destinou 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas.

Seguindo o compromisso social da Universidade Federal de Alagoas, o curso de Licenciatura em Teatro recebe a cada nova turma oriunda do ENEM, alunos cotistas advindos de toda parte de Alagoas e de outros Estados brasileiros.

Reforce-se que o número de quarenta (40) vagas anuais tem como parâmetro outras licenciaturas em Teatro dos Institutos Federais de Ensino Superior do Brasil, sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica.

4.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações pedagógicas do curso estão comprometidas com a necessária responsabilidade social exigida de uma instituição superior de ensino, de pesquisa e de extensão em nosso país.

Ao repensarmos a Licenciatura em Teatro de uma perspectiva ampliada, voltamos nossos esforços para a formação do professor de teatro no contexto cultural e econômico do Estado, levando em conta a produção artística local fortemente ancorada na Cultura de Tradição Popular. Todas as ações do curso visam fortalecer as comunidades marginalizadas, o que se dá pelas ações de inclusão social de amplas camadas da população alagoana e a consequente melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.



5. OBJETIVOS DO CURSO

Geral:

- Formar professores de teatro para atuarem tanto na educação básica – escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, com ética, responsabilidade e compromisso – quanto em Instituições de ensino de teatro instituídas e emergentes.

Específicos:

- Formar profissionais capazes de responder de forma autônoma, segura e inovadora às solicitações profissionais pertinentes às atribuições de um graduado em Licenciatura em Teatro, preocupando-se com os aspectos artísticos, educacionais, culturais, sociais e éticos de sua área em geral.
- Formar professores aptos a coordenar o processo educacional no exercício da construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre as linguagens cênicas, tanto no âmbito da educação formal quanto nos cursos profissionalizantes de formação de atores e, ainda, para a atuação no ensino não formal, por meio de oficinas pedagógicas, cursos livres e ações culturais.
- Formar docentes e pesquisadores teatrais capacitados para realizar mediações entre os conhecimentos da cultura da tradição popular alagoana e os conhecimentos da chamada cultura acadêmica, dando voz e reconhecimento aos saberes dos mestres dessa tradição nos meios universitários e, outrossim, difundindo os saberes acadêmicos em comunidades de vulnerabilidade social, valorizando, assim, a diversidade cultural brasileira.
- Formar cidadãos que atuem de forma autônoma na sociedade, respeitando e difundindo os direitos humanos, a cultura e a diversidade étnica do povo brasileiro, a preocupação com os recursos naturais do país e a promoção de ações sustentáveis no meio ambiente.
- Viabilizar a pesquisa científica em Pedagogia do Teatro e da Cultura de Tradição Popular alagoana visando a criação, a compreensão e a difusão da cultura e do ensino das artes cênicas.



- Habilitar profissionais aptos a atuar de forma articulada na educação básica, em escolas do ensino fundamental e médio e nas Instituições de ensino específicas de Teatro.
- Possibilitar a formação do profissional competente no sentido da capacitação artística, da científica e da política, envolvendo o domínio dos conteúdos das metodologias, das técnicas, das habilidades específicas, mediante uma intervenção crítica e participativa na própria realidade.
- Habilitar o profissional a interagir com a sua comunidade local com vistas a transformar a qualidade de vida na perspectiva dos princípios que regem a universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Oferecer uma possibilidade de atualização curricular permanente, aumentando o número de atividades interdisciplinares e transdisciplinares que possibilitem maior integração entre os diversos assuntos tratados durante o semestre letivo.



6. PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Teatro pela UFAL é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao ensino da arte teatral, com enfoque na relação com a cultura popular brasileira e em especial a alagoana. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer conhecimentos sobre os fundamentos da arte teatral; a valorização e a preservação da cultura popular; sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição dos conhecimentos artísticos em saberes escolares.

Trata-se de um profissional capaz de desenvolver nos alunos a sensibilidade, a imaginação, a criatividade, a valorização e a transmissão da cultura popular brasileira, bem como a capacidade de expressão e conceituação cênica, estabelecendo um diálogo contínuo entre processos artísticos e pedagógicos. Apropria-se de estratégias pedagógicas, adaptando-as à prática contínua de ensino teatral em suas diversas instâncias e funções.

Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado ministra cursos na educação não formal, elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza pesquisas em Ensino da Arte Teatral e da cultura brasileira, através da investigação e da reflexão crítica acerca dos processos estéticos e pedagógicos do fazer artístico; coordena e supervisiona equipes de trabalho.

Em suas atividades, prima pelo desenvolvimento do educando ao considerar os princípios da interdisciplinaridade, da diversidade cultural, da inclusão social e da formação continuada incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. Ao lidar de forma ética e socialmente comprometida com as questões sociais contemporâneas, age na comunidade, favorecendo a transformação da sociedade brasileira pela experiência artística e educativa.

A atividade profissional do professor de teatro é de natureza pública. É uma prática compartilhada de autonomia e de responsabilidade, que sempre envolverá uma dimensão coletiva e pessoal.



O curso de Licenciatura em Teatro da UFAL visa formar um profissional que saiba articular os conhecimentos, as práticas, as formas estéticas e os sistemas pedagógicos provenientes da tradição da cultura popular de Alagoas com a cultura teatral universal.

É essencial que o licenciado [1] domine os conhecimentos que lhe possibilitem desenvolver uma educação em teatro que integre a tradição, a contemporaneidade e a diversidade cultural; [2] saiba fazer dialogar com os conhecimentos e as experiências dos educandos com os saberes da tradição da cultura popular e com o conhecimento advindo de outras culturas; [3] consiga contribuir para desenvolver e ampliar o universo desse conhecimento.



7. CAMPO DE ATUAÇÃO

O licenciado em Teatro trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

Além disso, esse profissional atua em espaços de educação não formal, como escolas, cursos livres e academias de arte; em empresas que demandem sua formação específica, em instituições que desenvolvem pesquisas artísticas e educacionais, como as do Sistema S (SESC, SESI, SENAC, etc.), entre outros. Também pode atuar em instituições públicas culturais, como departamentos, secretarias e fundações culturais; em organizações não governamentais voltadas à educação e à cultura; em organizações artísticas e culturais que demandem a presença de pedagogos com formação teatral e nas artes cênicas, como grupos de teatro, circenses e de cultura popular; e ainda de forma autônoma, em empresa própria ou consultoria.



8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O curso de Licenciatura em Teatro da UFAL investirá na formação de um profissional que consiga detectar, propor e vencer desafios, interagindo no cenário da educação básica alagoana e em processos de educação não formais, na perspectiva de mudanças e inovações, com enfoque especial para a formação num contexto de cultura popular brasileira.

Nesse sentido, a graduação assimila as Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Teatro (resolução n.º 4, de 8 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior), possibilitando uma formação profissional que revele competências e habilidades para:

I. Conhecimento da linguagem teatral, suas especificidades e seus desdobramentos, inclusive conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica dos diferentes elementos da linguagem teatral;

II. Conhecimento da história do teatro, da dramaturgia e da literatura dramática;

III. Domínio de códigos e convenções próprias da linguagem cênica na concepção da encenação e da criação do espetáculo teatral;

IV. Domínio técnico e expressivo do corpo visando a interpretação teatral;

V. Domínio técnico construtivo na composição dos elementos visuais da cena teatral;

VI. Conhecimento de princípios gerais de educação e dos processos pedagógicos referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para o teatro e suas diversas manifestações;

VII. Capacidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sob as linguagens cênica e teatral, no exercício do ensino de teatro, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino;

VIII. Capacidade de autoaprendizado contínuo, exercitando procedimentos de investigação, análise e crítica dos diversos elementos e processos estéticos da arte teatral.

Agregam-se a estas competências e habilidades outras decorrentes do contexto educacional e cultural alagoano. Trata-se dos Referenciais Curriculares



para a Educação Básica de Alagoas, que está aqui diluído na caracterização conceitual do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL:

I. A valorização da arte como forma de pensamento, incluindo as artes cênicas (teatro, dança, circo, performance) e as produções da cultura de tradição popular de maneira tão qualificada quanto as formas do saber erudito;

II. A utilização das linguagens artísticas como ferramentas de leitura, contextualização e transformação de si, de sua comunidade, do país e do mundo;

III. O reconhecimento e o respeito às diversidades étnico-culturais nas ações de mediação entre a cultura da tradição popular e a cultura erudita;

IV. O respeito aos usos linguísticos presentes na cultura popular, refletindo sobre suas formas e seus usos na construção do conhecimento da comunidade;

V.A. apropriação das produções artísticas contemporâneas, compreendendo-as como formas de expressão e de comunicação entre os homens;

VI. A autonomia, a solidariedade e a criatividade em situações de convívio e aprendizagem;

VII. A disponibilidade para assumir, de forma mais diversa e plural, as interfaces dos diferentes conhecimentos relativos às linguagens artísticas;

VIII. O interesse e a disposição para aprender, valorizando a cooperação no contexto de práticas pedagógicas;

IX. O respeito à liberdade e o respeito aos direitos próprios e aos direitos dos outros, utilizando o diálogo para mediação coletiva de conflitos;

X. O sentimento de integração ao meio ambiente contribuindo para sua preservação;

XI. A responsabilidade na utilização de recursos tecnológicos tendo ciência das implicações do seu uso.

XII. O reconhecimento e utilização de valores éticos nas situações de interação e comunicação através das linguagens.

XIII. A manifestação de identidade através dos modos e meios de expressão e comunicação.

XIV. O comprometimento para agir na sociedade aplicando estratégias de aprendizagem.



XV. O empenho em apropriar-se e utilizar-se de diferentes linguagens e de suas produções, como elemento político e social, para atender a diferentes intenções e situações de comunicação.

XVI. O interesse e a disposição para aprender, valorizando a cooperação no contexto da comunidade escolar.

XVII. A postura investigativa, reflexiva e criativa diante de suas atividades, capaz de produzir e compartilhar conhecimentos teóricos e práticos.

Quanto ao exercício do magistério na educação básica, espera-se que o licenciado em teatro pela UFAL saiba:

I. Dominar os processos referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para o teatro e suas diversas manifestações;

II. Compreender as artes como linguagens e reconhecer as especificidades da linguagem teatral e cênica e seus paralelos na cultura popular brasileira;

III. Reconhecer a importância das manifestações artísticas na sua comunidade, em sua cidade, em seu Estado, no país e no mundo;

IV. Reconhecer os elementos expressivos característicos da cultura de tradição popular brasileira e, em especial, alagoana, da indústria cultural e da arte erudita, e posicionar-se criticamente diante deles;

V. Reconhecer as propriedades comunicativas e expressivas da linguagem teatral;

VI. Interagir e comunicar-se através das formas de expressão e comunicação da linguagem teatral;

VII. Reconhecer as contribuições sociais e culturais da arte e do teatro nos diversos momentos da história alagoana, do país e do mundo;

VIII. Valorizar a diversidade cultural na formação da identidade alagoana a partir das contribuições de suas etnias formadoras: indígenas, negros e brancos;

IX. Reconhecer a pluralidade das manifestações artísticas e do teatro brasileiros em seus contextos geográficos e históricos;

X. Reconhecer os mecanismos da linguagem teatral, tornando-se um leitor proficiente nesta linguagem;

XI. Contextualizar as artes e o teatro na história, reconhecendo suas manifestações em diferentes culturas e civilizações;



XII. Contextualizar geograficamente as manifestações artísticas, distinguindo as formas expressivas específicas de diferentes sociedades;

XIII. Reconhecer os elementos expressivos e comunicacionais característicos de diferentes modos, estilos, escolas e movimentos artístico-teatrais;

XIV. Compreender a arte, o teatro e a cultura popular como expressão subjetiva e comunicacional;

XV. Conhecer conceitos filosóficos, antropológicos e sociológicos, relativos à arte, à estética, ao belo, ao sublime e ao grotesco, relacionando-os à linguagem teatral e à cultura popular brasileira;

XVI. Conceber a realidade como construção sócio simbólica;

XVII. Ler, contextualizar e utilizar os elementos expressivos e comunicacionais presentes em obras teatrais;

XVIII. Conhecer a produção artística mundial compreendendo seu sentido na sociedade contemporânea;

XIX. Refletir sobre as relações de gênero e de poder presentes nas linguagens artísticas, especialmente no teatro;

XX. Reconhecer as possibilidades de criação artística a partir de procedimentos próprios às artes cênicas e àquelas da tradição popular brasileira, em especial, da alagoana e da arte contemporânea.

No que se refere às habilidades, espera-se que o licenciado em teatro pela UFAL saiba:

I. Colocar-se eticamente nos diversos ambientes de trabalho através de discursos articulados;

II. Realizar a transposição didática dos conhecimentos da arte teatral e da cultura popular brasileira para ambientes de aprendizagem formal.

III. Reconhecer a si e ao outro nas relações interpessoais na e pela linguagem teatral;

IV. Reconhecer a si e ao outro nas relações interpessoais na e pela cultura cênica de tradição popular brasileira e, em especial, da alagoana;

V. Saber instaurar processos de criação em teatro, tanto individuais como coletivos;

VI. Distinguir os fatores de construção de identidade através da arte e do teatro e seus reflexos no estabelecimento de diferenças sociais;



VII. Realizar processos de mediação entre a cultura popular, a escola e a universidade.

VIII. Analisar criticamente a função das manifestações artísticas e teatrais na formação da identidade alagoana sob a perspectiva de suas etnias formadoras;

IX. Analisar e refletir sobre a inserção da arte no sistema social, político e econômico do país, através de sua produção, difusão e profissionalização;

X. Identificar na arte e no teatro seus aspectos históricos, culturais e sociais, refletindo sobre a importância da obra de arte na dinâmica social;

XI. Distinguir e analisar criticamente as formas de produção artísticas: da tradição popular, da indústria cultural e da criação erudita;

XII. Distinguir os elementos originais da tradição popular presentes na produção erudita brasileira e suas maneiras de inserção nas culturas “oficiais”;

XIII. Apreciar e interpretar imagens artísticas ligadas ao imaginário cultural alagoano;

XIV. Identificar as formas de composição nas manifestações artísticas e teatrais da tradição popular brasileira e, em especial, da alagoana;

XV. Contextualizar e valorizar a diversidade de manifestações artísticas locais e regionais como parte da multiplicidade cultural da humanidade;

XVI. Reconhecer a arte como instrumento pedagógico de socialização, valorização, preservação, comunicação e diálogo entre os povos;

XVII. Identificar a presença do espectador como cocriador da obra teatral;

XVIII. Ler a arte e o teatro contemporâneos como *working in process*;

XIX. Valorizar, respeitar e incentivar mestres e grupos da cultura popular brasileira;

XX. Ter autonomia de criação, desenvolvimento de projetos de extensão voltados para a comunidade acadêmica durante sua formação.



9. METODOLOGIA

A proposta metodológica do curso de Licenciatura em Teatro constitui-se no polo aglutinador em torno do qual se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em teatro e o seu ensino como uma vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se segundo as orientações e as reflexões advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, visto que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pela progressão da aprendizagem no desenvolvimento da formação docente.

O curso de Licenciatura em Teatro tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela espiral da docência. Traz a singularidade de pensar, criar e organizar seu percurso formativo quando experencia, organiza, analisa e reflete criticamente sobre o contexto das artes, da linguagem teatral e da cultura de tradição popular alagoana. Em simultâneo, o curso objetiva estudar detalhadamente os processos e fundamentos de escolarização, de importância ímpar na construção e elaboração dos saberes de vida, da cultura e da cidadania dos diversos espaços formativos, em especial, das inúmeras escolas do Estado de Alagoas.

Os princípios metodológicos que orientam o ensino e a aprendizagem do curso de Licenciatura em Teatro privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, se insere na realidade e no debate contemporâneo, que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os conhecimentos elencados ao desenvolvimento profissional devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, especialmente, nas relações estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular. Por meio das atividades desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências e vivenciam situações do cotidiano. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à



responsabilidade social relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, de regulação, de finalização e de integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam das seguintes atividades:

a) Ensino teórico: aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados ao nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a matéria ou a localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou quer do experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos académicos, geralmente a partir de discussão de conteúdo através de técnicas de discussão em grupo.

b) Ensino prático: observar e sistematizar práticas da pedagogia teatral e das formas de ensino e aprendizagem presentes na cultura de tradição popular brasileira, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, assim, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações pedagógicas, artísticas e criativas que minimizem os problemas detectados.

c) Atividades semipresenciais: o currículo desenvolvido será complementado com a realização de atividades semipresenciais em algumas disciplinas. Essas atividades podem ser elaboradas pelos professores com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), organizadas em estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado e



publicado em sintonia com as datas do calendário letivo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Cada atividade semipresencial deve corresponder a 20% da carga horária total da disciplina.

d) Atividades de extensão: práticas de pesquisa, criação e difusão de produções cênicas; prática na gestão, produção cultural e na curadoria de eventos artísticos e acadêmicos; prática no planejamento e coordenação de atividades pedagógicas em ambientes educativos não formais.

e) Atividades de pesquisa realizadas nos grupos de pesquisa dos docentes do curso.

f) Desenvolver habilidades de ensino remoto, não presencial e/ou híbrido (inserção de tecnologias digitais de comunicação, ensino e aprendizagem a partir da pandemia SARS-CoV-2 e Covid-19).

Tal prática didática está comprometida com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teoria e prática, o desenvolvimento do espírito científico, o incentivo de atitudes e de ações críticas diante do mundo e da formação de sujeitos autônomos.

Por outro lado, a caracterização conceitual do curso marcada pelo diálogo com o contexto cultural em que está inserido coloca uma questão de natureza pedagógica, da qual a metodologia exposta acima não poderá deixar de enfrentar. Ao optar por uma ação de mediação entre a cultura de tradição popular e a cultura acadêmica no plano estético, torna-se necessário também realizar ações de mediação no plano pedagógico.

Problematizar, sob uma perspectiva crítica, os procedimentos de ensino-aprendizagem e as práticas didáticas desses ambientes culturais, em que a construção do conhecimento é realizada por ações pedagógicas distintas, é colocar em questão a própria metodologia do curso apresentada até aqui.

Baseada em situações-problema, na ação-reflexão-ação e na prática dialógica, a pedagogia do *aprender a aprender*, preconizada pelas DCN's para os cursos de licenciatura, foi construída no embate contra as pedagogias tradicionais, baseadas na transmissão de formas e conteúdos, saberes e técnicas, nas quais se inserem a arte, a pedagogia e a cultura de tradição popular. Reconhecer esse paradoxo significa problematizar os paradigmas da educação preconizados pela Unesco e referendados pelo MEC para este terceiro milênio.



O processo pedagógico de formação do professor de teatro, que objetiva a atuação deste como mediador entre essas culturas, deve explicitar e problematizar a referida contradição, sob o risco de, ao negá-la, falsear a própria mediação e atuar mais uma vez de forma colonizadora culturalmente e de forma extrativista do patrimônio material e imaterial das populações desfavorecidas economicamente.

Nesse sentido, a Prática Pedagógica como Componente Curricular, dividida em Artes Cênicas, Teatro na Comunidade, Teatro na Escola, Pedagogia do Espectador e Pedagogia da Encenação, estará presente desde o início do Curso, e deverá se estender ao longo de todo o processo de formação acadêmica, através da articulação com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, o que irá contribuir para a formação da identidade do professor como educador.



10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

10.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL está construída a partir do entendimento de três documentos: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior e para a formação continuada, resolução n.º 2, de 1.º de julho de 2015, do CNE/CP; a resolução n.º 04, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 4 de março de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Teatro; e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino das linguagens artísticas (PCN-Arte).

Com base na resolução n.º 2, do CNE/CP, a proposta de organização didático-pedagógica apoia-se em três núcleos:

- I. Núcleo de Estudos de Formação Geral;
- II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional;
- III. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Já a resolução n.º 4, da Câmara de Educação Superior, em seu artigo 5.º, indica que as disciplinas das Graduações em Teatro devem estar divididas em três eixos interligados de formação:

I — Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura e a Literatura, sob as diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo Teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação Teatral e com a Ética Profissional;

II — Conteúdo Específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética, com a Teoria e o Ensino do Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas de expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana;

III — Conteúdos Teórico-Práticos: domínios de técnicas integradas aos princípios informadores da formação teatral e sua integração com atividades relacionadas com Espaços Cênicos, Estéticos, Cenográficos, além de domínios específicos em produção teatral, como expressão da Arte, da Cultura e da Vida.

Já os PCN-Arte indicam que o processo de ensino e aprendizagem das linguagens artísticas na Educação Básica deve ser realizado através de uma



abordagem triangular de seus conteúdos, onde produção, apreciação e contextualização da obra artística são partes inerentes na construção do conhecimento.

Nessa abordagem proposta pela arte educadora Ana Mae Barbosa, a articulação teoria-prática é intrínseca ao processo educativo, e é nesta perspectiva que o curso Licenciatura em Teatro da UFAL entende a formação do professor de teatro.

Essa perspectiva procura estar em consonância com as resoluções do CNE em relação à prática do ensino do Teatro, como componente curricular que está presente desde o início do curso e que deverá se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, a prática concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador, presente nas disciplinas de saberes específicos na formação do professor/a de Teatro.

As relações dialógicas entre a teoria e a prática do teatro com a teoria e a prática pedagógicas estão presentes nas Práticas Pedagógicas como Componente Curricular. Esse eixo procura atender as exigências da atualidade e tem como princípio a sua contextualização, o permanente aperfeiçoamento, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Esses são elementos fundamentais que procuram proporcionar no(a) estudante a capacidade crítica e criativa, o seu desenvolvimento intelectual e profissional de maneira autônoma e permanente.

Vejamos, a seguir, os quadros com os detalhamentos sobre cada núcleo e sua relação com os conteúdos:



		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		TEATRO DE ANIMAÇÃO	14	40	-	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA COMUNIDADE	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA ESCOLA	-	54	54	54
CONTEÚDOS BÁSICOS	NÚCLEO I	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR	-	54	54	54
		PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS	10	44	-	54
		LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA	-	54	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 1	14	40	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 2	14	40	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 3	14	40	-	54
		ATUAÇÃO PARA A CENA 1	14	40	-	54
		ATUAÇÃO PARA A CENA 2	14	40	-	54
		VOZ EM CENA	10	26	-	36
		LITERATURA DRAMÁTICA 1	54	-	-	54



		LITERATURA DRAMÁTICA 2	54	-	-	54
		LITERATURA DRAMÁTICA 3	54	-	-	54
		LITERATURA DRAMÁTICA 4	54	-	-	54
		ANTROPOLOGIA DA ARTE	54	-	-	54
		HISTÓRIA DO TEATRO 1	54	-	-	54
		HISTÓRIA DO TEATRO 2	54	-	-	54
		HISTÓRIA DA ARTE 1	54	-	-	54
		HISTÓRIA DA ARTE 2	54	-	-	54
		FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO	27	27	-	54
		ARTE E SOCIEDADE	54	-	-	54
		ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA	36	-	-	36
		TEATRO BRASILEIRO	54	-	-	54
		TEATRO EM ALAGOAS	54	-	-	54
		ILUMINAÇÃO	10	44	-	54
		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		PROFISSÃO DOCENTE	54	-	-	54



		POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	72	-	-	72
		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	72	-	-	72
		GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR	72	-	-	72
		DIDÁTICA	72	-	-	72
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	NÚCLEO II	PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO	54	-	-	54
		LIBRAS	33	21	-	54
		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	54	-	-	54
		TEATRO EDUCAÇÃO	27	27	-	54
		JOGO TEATRAL 1	14	40	-	54
		JOGO TEATRAL 2	14	40	-	54
		PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS	10	44	-	54
		ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO	-	54	-	54
		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2	-	54	54	54



		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO	-	90	90	90
		PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)	-	-	-	60
CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS	NÚCLEO III	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)	-	-	-	60
		PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)	-	-	-	60
		PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)	-	-	-	60
		OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)	-	-	-	60
		OFICINAS LIVRES DE TEATRO 2 (ACE)	-	-	-	60
		OFICINAS LIVRES DE TEATRO 3 (ACE)	-	-	-	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	-	-	-	100



11. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

11.1. MATRIZ CURRICULAR

Período	Disciplina	Carga horária					
		Obrigatória	Semanal	Teórica	Prática	Prática como Componente Curricular	Total
1º	PROFISSÃO DOCENTE	Sim	3	54	-	-	54*
	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Sim	3	54	-	-	54
	JOGO TEATRAL 1	Sim	3	14	40	-	54*
	HISTÓRIA DO TEATRO 1	Sim	3	54	-	-	54
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 1	Sim	3	14	40	-	54
	ANTROPOLOGIA DA ARTE	Sim	3	54	-	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 1	Sim	3	54	-	-	54
TOTAL			21	298	80	-	378
2º	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1	Sim	3	-	54	54	54
	JOGO TEATRAL 2	Sim	3	14	40	-	54*
	HISTÓRIA DO TEATRO 2	Sim	3	54	-	-	54
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 2	Sim	3	14	40	-	54
	LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Sim	3	54	-	-	54*
	LITERATURA DRAMÁTICA 2	Sim	3	54	-	-	54
TOTAL			22	262	134	54	396



3º	DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2	Sim	3	-	54	54	54
	VOZ EM CENA	Sim	2	10	26	-	36
	PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS	Sim	3	10	44	-	54*
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 3	Sim	3	14	40	-	54
	FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO	Sim	3	27	27	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 3	Sim	3	54	-	-	54
	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
TOTAL			24	187	251	54	438
4º	DIDÁTICA	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3	Sim	3	-	54	54	54
	ATUAÇÃO PARA A CENA 1	Sim	3	14	40	-	54
	TEATRO EDUCAÇÃO	Sim	3	27	27	-	54*
	ARTE E SOCIEDADE	Sim	3	54	-	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 4	Sim	3	54	-	-	54
	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
TOTAL			22	221	181	54	402
5º	GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA COMUNIDADE	Sim	3	-	54	54	54
	HISTÓRIA DA ARTE 1	Sim	3	54	-	-	54



	ATUAÇÃO PARA A CENA 2	Sim	3	14	40	-	54
	PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO	Sim	3	54	-	-	54*
	PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			24	194	254	54	448
6º	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA ESCOLA	Sim	3	-	54	54	54
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO	Sim	5	-	90	90	90
	HISTÓRIA DA ARTE 2	Sim	3	54	-	-	54
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA	Sim	2	36	-	-	36
	PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			21	90	304	144	394
7º	LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA	Sim	3	-	54	-	54
	ILUMINAÇÃO	Sim	3	10	44	-	54
	TEATRO BRASILEIRO	Sim	3	54	-	-	54
	ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO	Sim	3	-	54	-	54*
	OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			20	64	312		376
8º	TEATRO EM ALAGOAS	Sim	3	54	-	-	54
	TEATRO DE ANIMAÇÃO	Sim	3	14	40	-	54



	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR	Sim	3	-	54	54	54
	PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS	Sim	3	10	44	-	54
	OFICINAS LIVRES DE TEATRO 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			20	78	298	54	376

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR

COMPONENTES CURRICULARES	HORA/RELÓGIO	PERCENTUAL
	60 MIN	
Disciplinas obrigatórias	2.034	57,2%
Disciplinas eletivas	108	3,1%
Estágio Supervisionado	400	11,3%
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200	5,6%
Prática como Componente Curricular	414	11,6%
TCC	40	1,1%
Atividades Curriculares de Extensão	360	10,1%
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.556	100%

COMPONENTE CURRICULAR



PRÉ-REQUISITOS:

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
Literatura Dramática 2	Literatura Dramática 1
Literatura Dramática 3	Literatura Dramática 2
Literatura Dramática 4	Literatura Dramática 3
História do Teatro 2	História do Teatro 1



11.2. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Segundo o Projeto Pedagógico Institucional — PPI da UFAL, a flexibilização curricular é um dos princípios básicos da formação do graduando. Recomenda-se que o estudante, no exercício de sua autonomia, incorpore outras formas de aprendizagem na sua formação profissional.

A oferta das disciplinas eletivas não se caracteriza como a única opção para uma flexibilização curricular, no entanto, ela oferece uma ampliação de conteúdos relacionados ao teatro que contribuirão para a formação do profissional.

A História e a Crítica, as Poéticas do Corpo, as Visualidades Cênicas e as Poéticas da Cena são disciplinas ofertadas no quadro de disciplinas eletivas com o intuito de oferecer aos discentes uma formação ampla condizente com os seus próprios interesses.

Além da oferta de disciplinas eletivas, o Curso de Licenciatura em Teatro UFAL aplica o princípio da flexibilização curricular a partir das seguintes ações:

1. Análise cuidadosa da utilização ou não de pré-requisitos entre as disciplinas, para facilitar ao aluno uma melhor organização do seu currículo. Assim, os discentes ficarão mais livres para cumprir disciplinas que fazem parte dos semestres diferentes do que ele está cursando, ajudando-os, desta forma, a atualizar e/ou adiantar o seu processo de integralização no curso;
2. Aproveitamento de atividades extracurriculares, devidamente comprovadas, para contabilização de carga horária e dispensa de disciplinas, como: disciplinas cursadas em outros cursos, atividades de prática docente, programas de mobilidade ou intercâmbio estudantil.



QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS

Período	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Semestral
-	FIGURINO	Não	3	14	40	54
-	FUNDAMENTOS DA CENOGRAFIA	Não	3	14	40	54
-	MAQUIAGEM E MÁSCARA	Não	3	14	40	54
-	SONOPLASTIA E SONORIZAÇÃO	Não	2	18	18	36
-	DRAMATURGIA	Não	2	10	26	36
-	LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS CONTEMPORÂNEAS	Não	3	10	44	54
-	CRÍTICA TEATRAL	Não	3	54	-	54
-	ESTÉTICA TEATRAL	Não	3	54	-	54
-	OFICINA DE DIREÇÃO TEATRAL	Não	3	10	44	54
	CIRCO	Não	3	10	44	54
	LITERATURA DRAMÁTICA: MODERNO TEATRO BRASILEIRO I	Não	3	54	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA: MODERNO TEATRO BRASILEIRO II	Não	3	54	-	54
	TÉCNICAS CIRCENSES	Não	3	10	44	54
	COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA	Não	3	10	44	54
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 4	Não	3	10	44	54
	DANÇAS DAS TRADIÇÕES POPULARES DE ALAGOAS	Não	3	-	54	54
	DANÇAS BRASILEIRAS	Não	3	10	44	54
	COMMEDIA DELL'ARTE	Não	3	10	44	54



FOTOGRAFIA CÊNICA	Não	3	10	44	54
FUNDAMENTOS DO CIRCO	Não	3	10	44	54
CONFEÇÃO DE MÁSCARAS CÊNICAS	Não	3	10	44	54
LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA	Não	3	-	54	54
JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO	Não	3	27	27	54
ENCENAÇÃO E PEDAGOGIA	Não	3	14	40	54
A PEÇA DIDÁTICA DE BERTOLT BRECHT	Não	3	10	44	54
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TCC	Não	3	54	-	54
PRODUÇÃO CULTURAL PARA ARTES DO ESPETÁCULO	Não	3	54	-	54
TEATRO DO OPRIMIDO	Não	3	20	34	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE BONECOS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE SOMBRAS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE MÁSCARAS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE OBJETOS	Não	3	-	54	54
PESQUISA ORIENTADA	Não	3	54	-	54
POÉTICAS DO FEMININO: HISTÓRIA, ARTES E POLÍTICA	Não	3	54	-	54
BRECHT E O CINEMA	Não	3	54	-	54
TEATRO E CINEMA	Não	3	54	-	54
TRAGÉDIA E CINEMA	Não	3	54	-	54
TEATRO, MÍDIA E EDUCAÇÃO	Não	3	54	-	54
ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO PARA	Não	3	54	-	54



	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
	TEATRO E CINEMA: A TRAGÉDIA NA OBRA DE PASOLINI	Não	3	54	-	54



11.3. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade, outro princípio da formação do discente, pressupõe estratégias conciliadoras dos conhecimentos próprios de cada área, visando estabelecer conexões entre elas, para uma melhor complementariedade e colaboração na resolução de problemas.

Pensando na interdisciplinaridade dos conteúdos ofertados pelo curso de Licenciatura em Teatro, são realizadas reuniões pedagógicas mensais do Núcleo Docente Estruturante — NDE — em parceria com os docentes do curso, no intuito de compartilhar os conteúdos que serão trabalhados em cada semestre, buscando uma conexão entre eles.

Essa atitude visa contribuir para que os discentes possam pensar de modo sistemático e flexível. Assim, a partir das reuniões do NDE articulam-se ações que fortaleçam as conexões entre os componentes curriculares. A exemplo disso, podemos citar a Matriz Curricular em que as disciplinas de cada período são organizadas para induzir interdisciplinaridade entre elas.

As práticas como componente curricular estão organizadas de maneira a trabalhar os saberes e os fazeres das demais disciplinas daquele semestre e integram a estrutura curricular do curso em seis dos oito períodos.

As atividades curriculares de extensão (ACE) se estabelecem como uma ponte entre o ambiente teatral alagoano e o mercado de trabalho, a partir da articulação entre todos os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas de cada semestre.

11.4. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A relação dialógica do binômio teoria-prática, entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo, estará presente desde o primeiro ano do curso mediante projetos e atividades, incluídos na carga horária dos diferentes componentes curriculares. É com base nessa lógica que a resolução CNE/CP n.º 2/2015 discute a Prática como Componente Curricular.

Os cursos de licenciatura em linguagens artísticas, no que se refere às articulações teoria-prática, apresentam singularidades que os diferenciam de outras



graduações voltadas à formação de professores. Enquanto licenciatura, torna-se necessário estabelecer processos pedagógicos que privilegiem práticas docentes em constante diálogo com as teorias pedagógicas e pesquisas na área da educação formal. Conforme o parecer n.º 09/2001 do CNE/MEC, a articulação teoria-prática é necessária para que os discentes aprendam em situação real, construindo estratégias para as realidades complexas, aprendendo a enfrentar obstáculos epistemológicos e didáticos, dentre outros.

Enquanto curso de formação em uma das quatro linguagens artísticas presentes nos PCN-Arte, tornam-se necessárias metodologias de ensino baseadas na articulação entre a prática artística, os estudos referenciados na área e as pesquisas estéticas. Ressalte-se que essas duas articulações – entre prática e teoria pedagógica e entre prática e teoria artística – precisam se articular entre si, formando um todo coerente. Eis o desafio da formação de professores na linguagem teatral.

Nesse sentido estão presentes na oferta acadêmica obrigatória do curso as disciplinas Práticas pedagógicas em Artes Cênicas 1, no segundo período de formação; nas Práticas pedagógicas em Artes Cênicas 2, no terceiro período; nas Práticas pedagógicas em Artes Cênicas 3, quarto período; nas Práticas pedagógicas: Teatro na comunidade, quinto período; nas Práticas pedagógicas: Teatro na Escola e nas Práticas Pedagógicas: Pedagogia da encenação, ambas no sexto período; e nas Práticas pedagógicas: Pedagogia do espectador, no oitavo período.

O curso de Licenciatura em Teatro da UFAL entende a articulação entre a teoria e a prática como um elo intrínseco aos processos pedagógicos em arte. Tal perspectiva provém tanto de pedagogias voltadas ao Teatro Educação, quanto do aprendizado de elementos específicos da linguagem teatral, como também está presente nos PCN-Arte. Esses parâmetros indicam uma abordagem triangular, tal qual a formulada pela arte educadora Ana Mae Barbosa, dos conteúdos, das práticas e dos processos de criação artística na Educação Básica.

Por fim, cabe mencionar que os processos de ensino e aprendizagem em arte devem contemplar a produção, a apreciação e a contextualização. Aprender a fazer, a ler e a refletir devem ser ações articuladas no processo de construção do conhecimento na perspectiva das artes.



Desse modo, a formação do egresso do curso de Licenciatura em Teatro envolve parâmetros que contribuem para desenvolver a consciência crítica e o posicionamento democrático diante das necessidades e possibilidades da comunidade.

11.5. TRANSVERSALIDADE

A Transversalidade se caracteriza por temáticas que atravessam e perpassam os diferentes campos do conhecimento. Porém, para atender a essa demanda social, não se trata de qualquer temática, mas sim àquelas relacionadas a conceitos ético-político-sociais, atrelados para a melhoria da sociedade e da humanidade.

Os temas transversais podem estar voltados à educação em valores; às respostas aos problemas sociais antigos e vindouros e à conexão da escola com a vida das pessoas.

A transversalidade no curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, como já explicitado anteriormente neste PPC, é contemplada em diversos componentes curriculares, tais como: Jogos Teatrais, Teatro Educação, Arte e Sociedade, Antropologia da Arte, Teatro em Alagoas e, principalmente, nas Práticas Pedagógicas, além das disciplinas eletivas Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiências, Crítica Teatral, Estética Teatral, Jogos e Brincadeiras na Educação, Teatro do Oprimido e Poéticas do Feminino: História, Artes e Política.

É possível destacar as três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas que têm como foco a análise e a compreensão das cenas e das vozes da realidade encontrada nas escolas, nos grupos, nas famílias e nas comunidades, através do estudo dos saberes e fazeres presentes nas manifestações cênicas da tradição popular.



12. CONTEÚDOS CURRICULARES

12.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. A resolução CNE/CP n.º 02/2012 define as formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

No âmbito do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, esse tema é tratado de forma transversal nas três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas, que contemplam os saberes e fazeres das manifestações cênicas da tradição popular, assim como na disciplina obrigatória intitulada Laboratório de Artes Cênicas na Rua e nas disciplinas eletivas Laboratório de Práticas Teatrais Contemporâneas, Teatro do Oprimido, Jogos e Brincadeiras na Educação e Produção Cultural para Artes do Espetáculo, que abordam a relação do teatro com o meio ambiente.

12.2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Considerando a lei n.º 10.639/2003, a lei n.º 11.645/2008 e a resolução CNE/CP n.º 01/2004, fundamentada no parecer CNE/CP n.º 03/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; o curso de Licenciatura em Teatro da UFAL vem tratando a temática de forma transversal nas três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas, que privilegiam o estudo dos saberes e fazeres nas manifestações cênicas da tradição popular alagoana, em: Prática Pedagógica: Teatro na Comunidade; nas disciplinas obrigatórias Jogo Teatral 1 e 2; Estudos do Movimento 1, 2 e 3; Antropologia da Arte; Arte e Sociedade; História da Arte 1 e 2; Teatro Educação; Teatro de Animação; Fundamentos da Encenação; Teatro Brasileiro; Teatro em Alagoas; Artes Circenses na Educação e Pedagogia das Máscaras Cênicas; e nas disciplinas eletivas Laboratório de Práticas Teatrais Contemporâneas; Dramaturgia; Teatro do Oprimido; Jogos e Brincadeiras na Educação; Estética Teatral e Danças Brasileiras.



12.3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adequa-se à resolução CNE/CP n.º 01/2012. Para os cursos de licenciatura, a resolução CONSUNI/UFAL, n.º 59/2014, estabelece que a temática dos direitos humanos deverá atender à legislação específica. Nessa perspectiva, o art. 8º da resolução CNE/CP n.º 01/2012 determina:

A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais. Assim, sua inserção nos cursos de licenciatura deve ocorrer sob a forma de disciplina de oferta obrigatória, contribuindo para a formação de professores. Ainda, em atendimento ao Art. 12 da mesma resolução, podem ser programadas ações de extensão voltadas para a promoção de direitos humanos considerando o contexto em que a IES se insere.

O curso de Licenciatura em Teatro trata a temática de Educação de Direitos Humanos de forma transversal em todas as suas práticas pedagógicas, e em diálogo com as disciplinas obrigatórias de Antropologia da Arte; de Arte e Sociedade e de Teatro Educação; e com as disciplinas eletivas de Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiência; Poéticas do Feminino: História, Artes e Política e Teatro do Oprimido.



13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) define o estágio curricular supervisionado “como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

As orientações básicas a respeito do estágio como um componente curricular obrigatório podem ser encontradas no *site* da UFAL (<https://ufal.br/estudante/graduacao/estagios>), o qual registra tanto a *Cartilha de Estágios* quanto os diversos documentos que formalizam as condições de realização do Estágio nas licenciaturas e nos bacharelados.

No âmbito institucional, o Estágio pode ser subdividido em estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não obrigatórios.

No curso de Licenciatura em Teatro, o componente curricular Estágio Supervisionado (1.2.3 e 4) visa promover a integração entre os conhecimentos práticos e teóricos, possibilitando uma formação docente de qualidade em situações reais do cotidiano escolar.

Além disso, o estágio, sob regulamento e carga horária específica, poderá ser desenvolvido nos laboratórios de ensino da própria Ifes (UFAL). Essa atividade está prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e visa, sobretudo, associar o perfil do egresso à realidade do mercado de trabalho do profissional em Teatro.

A estruturação dos estágios curriculares supervisionados é formalizada através de atividades que compreendem, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

- Confecção e emissão de Termo de Compromisso de Estágio: o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante, o representante da UFAL e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio da Pró-reitora de Graduação da UFAL (GEST/PROGRAD).

- Elaboração do plano de trabalho/Plano de Atividades: o estágio deve estar vinculado ao contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Coordenador de Estágio depois de ser devidamente aprovado pelo Orientador de Estágio.

- Desenvolvimento das ações programadas: o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.



- A avaliação final do estágio: deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Orientador de Estágio que deverá ser assinado pelo supervisor de campo/Instituição de Ensino e arquivado pelo Coordenador de Estágio/Secretaria do Curso.

- O relatório de Estágio Supervisionado seguirá a legislação vigente, as normativas complementares da Ufal, bem como as resoluções internas produzidas pelo Colegiado do Curso de Teatro, sob supervisão tanto da Coordenação de Estágio do Curso quanto da Gestão de Estágios da PROGRAD/UFAL.

Dessa maneira, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para o curso de Licenciatura em Teatro está previsto e orientado a partir do Inciso II, do §1º, do Art. 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, sendo esse supervisionado periodicamente por um professor do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio.

Em síntese, todas as atividades de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser orientadas, supervisionadas, concebidas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais da UFAL. Além disso, a carga horária do estágio curricular deverá ser de 400 horas, conforme determinação feita pelas DCN's e pelas resoluções e pareceres específicos do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em Teatro deverá tanto promover diferentes formas e condições de realização quanto deverá priorizar a Rede Escolar da Educação Básica.

Assim, a depender de recursos de infraestrutura, o curso de Licenciatura em Teatro deverá promover anualmente convênios e parcerias profissionais para que as estagiárias consigam desenvolver projetos de intervenção na Educação Básica e nas demais modalidades de Ensino previstas na LDB.

As demais providências e orientações estão previstas na Instrução Normativa N.º 01/2022 (*vide* anexos), que disciplina os procedimentos para a realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios do curso de Licenciatura em Teatro e dá outras providências.



14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se de atividades teóricas, práticas e/ou administrativas realizadas pelos alunos fora do âmbito das disciplinas do curso, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Essas atividades têm como objetivo aperfeiçoar e aprofundar o domínio das habilidades e competências necessárias à atuação profissional, bem como complementar a formação acadêmica e cultural do aluno.

Tais atividades complementares podem ser de caráter acadêmico, científico e/ou cultural, de ensino, de pesquisa, de extensão e de representação estudantil, até o limite de 200 horas obrigatórias, podendo ser substituídas, parcial ou totalmente, por disciplinas extracurriculares e/ou complementares ou projetos na atividade do ensino do teatro.

Serão aceitas atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no curso de graduação nas seguintes modalidades:

I. Participação (presencial ou on-line) em peças teatrais, performances, esquetes, cenas curtas ou trechos de montagens sob a forma de direção, assistência, atuação, iluminação, cenografia, dramaturgia, criação e confecção de figurinos etc.

I. Participação (presencial ou on-line) em cursos, disciplinas optativas, atividades de ensino e oficinas em áreas afins, oferecidas dentro ou fora do âmbito da Universidade;

II. Realização de ações presenciais ou virtuais (on-line) de extensão junto à comunidade;

III. Participação (presencial ou on-line) em seminários e eventos acadêmicos;

IV. Apresentação de pesquisa (presencial ou on-line) em congressos científicos;

V. Participação (presencial ou on-line) em projetos de extensão, além daquelas que se referem aos 10% obrigatórias, segundo o PNDE (2014);

VI. Participação (presencial ou on-line) em projetos de iniciação científica, iniciação à docência e pesquisa;



VII. Participação (presencial ou on-line) em grupos de estudos do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL;

VIII. Monitoria e estágio complementar não obrigatório (presencial ou on-line);

IX. Participação (presencial e/ou on-line) em atividades administrativas, órgãos colegiados e entidades estudantis como CAs, DCE etc.

É importante destacar que os casos omissos nas modalidades supramencionadas serão avaliados pelo Colegiado que decidirá sua validade para a integralização na carga horária de atividades complementares.

Todas as atividades complementares deverão ser listadas em formulário específico pelo aluno. O formulário de atividade complementar deverá ser entregue juntamente com a cópia de toda as comprovações (diplomas, certificados, materiais gráficos, clippings, cartas de referência etc.) ao Coordenador do Curso, que deverá apreciar e aprovar segundo as atividades supracitadas. Elas poderão ser aproveitadas total ou parcialmente para integrar-se à carga horária e devem somar 200 h/relógio no total, de acordo com a tabela a seguir.

A apresentação da solicitação com a documentação comprobatória deverá ser encaminhada à coordenadoria pelo discente até o semestre anterior à conclusão do curso.



14.1. QUADROS DAS ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

GRUPO 1: ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Atividade	Formas de comprovação	Valor em horas
Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Centro Acadêmico, DCE, UNE).	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração ou término do mandato, emitidas pelo órgão colegiado.	60 horas/ano, respeitando o teto de 120h.
Disciplina eletiva, cursada com aproveitamento, na UFAL ou em outra instituição de Ensino Superior.	Histórico Escolar.	Até 60 horas.
Atividades de pesquisa com bolsa (UFAL, CNPq, CAPES...).	Documento que atestem a aprovação do relatório final (e parcial quando for o caso) do bolsista, emitido pelo órgão que financiou a pesquisa.	90 horas/ano, respeitando o teto de 180 horas.
Atividades de pesquisa sem bolsa. (obs.: atividades de pesquisa sem bolsa que forem submetidas ao comitê da UFAL que avalia o PIBIC e que forem aprovadas seguirão os mesmos critérios de atividades de pesquisa com bolsa).	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso de Teatro. No Documento deverá constar uma descrição sumária da atividade, seus objetivos e uma apreciação do desempenho do aluno.	Até 40 horas/semestre, respeitando o teto de 80 horas total.
Atividades de extensão com bolsa.	Documento que ateste a participação do aluno no projeto e seu desempenho, emitido pelo órgão que financiou o mesmo.	90 horas/ano, respeitando o teto de 180 horas.
Atividades de extensão sem bolsa (obs.: atividades de extensão sem bolsa que forem submetidas ao comitê da UFAL que avalia o PIBEG e que forem aprovadas seguirão os mesmos critérios de atividades de extensão com bolsa).	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso de Teatro. No Documento deverá constar uma descrição sumária da atividade, seus objetivos e uma apreciação do desempenho do aluno.	Até 40 horas/semestre, respeitando o teto de 80 horas.
Atividades de monitoria em disciplinas de graduação.	Documento emitido pelo colegiado competente, atestando a participação e o desempenho do aluno na atividade.	Até 40 horas/semestre, respeitando o texto de 80 horas.
Atividades de monitoria em ambientes acadêmicos da UFAL.	Documento emitido pelo Colegiado do setor que ateste a realização da monitoria e o desempenho do monitor.	Até 40 horas/semestre, respeitando o teto de 80 horas.



GRUPO 2: ATIVIDADES DE CARÁTER CIENTÍFICO E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Atividade	Formas de comprovação	Valor em horas
Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, dentre outros.	Certificado de participação, emitido pela entidade promotora. Deve constar a carga horária da atividade.	Igual à carga horária do certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Frequência e aprovação em disciplinas eletivas (nas quais o aluno esteja efetivamente matriculado), cursadas durante seu tempo de integralização curricular no curso de Teatro.	Registro da disciplina facultativa no histórico escolar, constando sua aprovação.	Carga horária total das disciplinas cursadas respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos da grande área.	Certificado de apresentação emitido pela entidade promotora.	10 horas por comunicação ou pôster apresentado ou carga horária registrada no certificado de apresentação, respeitando o teto de 80 horas.
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado e certificado da entidade promotora.	10 horas/publicação em anais, respeitando o teto de horas.
Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado e certificado da entidade promotora.	05 horas por resumo publicado em anais, respeitando o teto de 20 horas.
Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial.	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	30 horas por artigo publicado, respeitando o teto de 60 horas.
Publicação de artigos em periódicos de divulgação científica ou de caráter não científica (jornais, revistas...).	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	15 horas por artigo publicado, respeitando o teto de 60 horas.
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informativo (divulgação científica) ou didático (livros, CD-ROM, vídeo exposições).	Cópia do material desenvolvido e certificado do coordenador ou organizador do projeto.	20 horas por material desenvolvido, respeitando o teto de 80 horas.
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições.	Cópia do material desenvolvido e certificado emitido pelo coordenador do projeto.	20 horas por material desenvolvido, respeitando o teto de 80 horas.
Organização ou participação na organização de eventos científicos. (Semanas Acadêmicas, Calouradas etc.).	Certificado de participação emitido pela entidade promotora.	10 horas por evento organizado, respeitando o teto de 40 horas.
Outras atividades científicas ou de divulgação científica.	A critério do colegiado do curso.	10 horas por atividades, respeitando o teto de 30 horas.



GRUPO 3: ATIVIDADES DE CARÁTER ARTÍSTICO E CULTURAL

Atividade	Formas de comprovação	Valor em horas
Produção ou participação na produção de objetos artísticos (teatro, performance, dança, cultura popular, circo, vídeo, artes plásticas, curadoria, literatura, música...).	A critério do colegiado do curso.	20 horas por produção, respeitando o teto de 80 horas.
Participação com direção ou atuação em festival de artes cênicas e de cultura popular.	Folder ou Certificado de Participação.	30 horas por produção, respeitando o teto de 60 horas.
Participação técnica em festival de artes cênicas e de cultura popular.	Folder ou Certificado de Participação.	20 horas por produção, respeitando o teto de 40 horas.
Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados a manifestação artística e culturais.	Certificado de participação emitido pela entidade promotora e constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas.
Outras atividades artísticas ou culturais.	A critério do colegiado do curso.	15 horas por atividade, respeitando o teto de 45 horas.

GRUPO 4: ATIVIDADES DE CARÁTER TÉCNICO E EDUCATIVO

Atividade	Formas de comprovação	Valor em horas
Visitas técnicas a museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições culturais e artísticas.	Certificado da instituição promotora ou do coordenador do projeto, constando carga horária.	Igual a carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 40 horas.
Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ISSN e política seletiva.	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	20 horas por material publicado, respeitando o teto de 40 horas.
Realização de trabalhos voltados à educação e/ou alfabetização de jovens e adultos. (Sujeitos à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	A critério do colegiado do curso, respeitando o teto de 60 horas.
Realização de trabalhos voltados à promoção do exercício da cidadania. (Sujeito à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	A critério do colegiado do curso, respeitando o teto de 60 horas.
Participação em oficinas, cursos ou minicursos, relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à	Certificado de participação emitido pela entidade promotora constando a	Igual à carga horária especificada no certificado de participação,



profissão teatral, das artes cênicas ou da cultura popular.	carga horária da atividade.	respeitando o teto de 60 horas.
Outras atividades de caráter técnico ou educativo. (Sujeito à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	10 horas por atividade, respeitando o teto de 30 horas.

GRUPO 5: VIAGENS

Atividade	Formas de comprovação	Valor em horas
Viagens para pesquisas de campo, relacionadas a projetos de pesquisa, extensão ou complementares a atividades de ensino que não sejam obrigatórias. (Sujeito à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	15 horas por atividade, respeitando o teto de 45 horas.
Excursões promovidas pela UFAL ou pela Coordenação de Teatro, exceto aquelas voltadas à participação em eventos acadêmicos. (Sujeito à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	15 horas por atividade, respeitando o teto de 45 horas.
Excursões promovidas por outras unidades acadêmicas da UFAL ou por instituições externas. (Sujeito à aprovação do colegiado).	A critério do colegiado do curso.	10 horas por atividade, respeitando o teto de 30 horas.



15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO — TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso — TCC — está institucionalizado através da resolução n.º 25/2005 — CEPE, de 26 de outubro de 2005. É considerado um componente curricular obrigatório em todos os projetos pedagógicos dos cursos da UFAL.

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo 40 horas a sua carga horária total prevista para a integralização do curso. Na UFAL, cada curso de graduação é responsável por definir a forma de realização, de acompanhamento, de apresentação e de avaliação do TCC.

O TCC deverá contemplar as especificidades da Licenciatura em Teatro e pode transitar pela inter, multi e transdisciplinaridade da área, respeitando o enfoque nas especificidades do curso.

O TCC é de caráter acadêmico científico e será apresentado sob forma de monografia ou artigo científico desenvolvidos individualmente.

O(a) aluno(a) deverá cadastrar, junto à coordenação do curso, o TCC e respectivo/a orientador/a até o primeiro mês do semestre subsequente, após a conclusão do anteprojeto na disciplina “Elaboração de Projeto de Pesquisa” (ofertada no sexto período).

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser finalizado no 8.º período.

O(a) aluno(a) que não entregar a monografia ou o artigo científico, ou não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado (a) no TCC, podendo apresentá-los em qualquer período do ano letivo seguinte, consoante o calendário acadêmico;

A nota deverá ser cadastrada no sistema acadêmico após o(a) aluno(a) ter entregado as cópias da monografia ou do artigo científico, devidamente corrigidas após a apresentação, sendo 1 (uma) cópia impressa para a coordenação do curso e uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da UFAL/RIUFAL (ofício circular n.º 002/2018 SIBI/UFAL);

O TCC será orientado por professores(as) efetivos(as) ou substitutos(as) vinculados(as) ao curso de Licenciatura em Teatro com titulação mínima de mestre.



O/a coordenador/a de TCC será escolhido pelo colegiado do curso de Teatro e terá um mandato de dois anos, renovado pelo colegiado do curso quantas vezes este julgar necessário.

O(a) aluno(a) orientando(a) deverá entregar, no início do 7.º período, uma cópia do Projeto de TCC ao(à) Coordenador(a) de TCC, bem como o Termo de Compromisso devidamente assinado pelo orientando(a) e pelo orientador(a). Os casos especiais serão avaliados pelo colegiado do curso para que o/a discente não conclua o sétimo período sem orientador/a.

O(a) aluno(a) orientando(a) deverá desenvolver o TCC, no caso de monografia, em no mínimo 30 páginas de elementos textuais, da introdução à conclusão. No caso de artigo científico, o trabalho deverá conter no mínimo 15 páginas.

O(a) orientando(a) terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias antes da defesa para a entrega dos exemplares da monografia para a banca examinadora. O mesmo prazo de 15 dias é válido para o(a) orientando(a) informar à coordenação de TCC os seguintes tópicos: autor(a), título, data de defesa e constituição da banca examinadora, que será composta pelo(a) professor(a) orientador(a) e por mais 2 (dois) membros, sendo um, obrigatoriamente, do curso de Licenciatura em Teatro.

Após a defesa, o(a) aluno(a) terá um prazo de 30 (trinta) dias para reformular a monografia. A necessidade de ajustes, de correções e de reformulação será indicada pela banca examinadora, e terá a ciência e a concordância do(a) orientador(a).

O professor(a) orientador(a) só solicitará inserir a nota no sistema após a entrega da versão final do TCC.

Assim posto, registra-se que o PPC de Teatro está em consonância com a instrução normativa n.º 2 da PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013; com a instrução normativa n.º 1/2018 do Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro, de 23 de agosto de 2018; e com a resolução n.º 4, de 8 de março de 2004, do Conselho Educacional de Educação, onde se lê a necessidade de construção de regulamentação específica pelos cursos de graduação que adotarem o TCC em seus projetos pedagógicos.



16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO — TIC

O local onde o curso de Licenciatura em Teatro está inserido possui um Laboratório de Informática com computadores conectados à internet onde os alunos podem ter acesso a sites de busca, plataformas de dados e imagens e bibliotecas virtuais.

Nesse espaço é possível usar os recursos e as ferramentas para a construção de trabalhos acadêmicos e didáticos.

A implantação de uma plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas de tecnologia da informação e da comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas. Isso levou a universidade para um novo patamar de interação e facilitou a acessibilidade e a integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para consolidar todo esse processo, a UFAL se comprometeu com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição de seus sistemas informatizados (acadêmicos e administrativos); b) a reestruturação da rede lógica, com o aumento da velocidade e do alcance da rede sem fio, permitindo salas de aula verdadeiramente conectadas e interativas.

As ferramentas de tecnologia da informação e da comunicação estão disponibilizadas através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem como a Plataforma Moodle, de modo que as aulas possam ocorrer de forma não presencial, desde que não ultrapassem 20% da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC n.º 1134, de 10 de outubro de 2016.

Cabe salientar que todas as disciplinas do curso de Teatro têm a possibilidade de serem complementadas com atividades à distância via plataforma Moodle ou similar.

Os docentes podem utilizar, ainda, outras plataformas digitais assíncronas de interação e informação, tais como blogs, sites e aplicativos onde disponibilizarão materiais de consulta etc. O Colegiado do curso usa, inclusive, plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos.

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e a comunicacional. Ao mesmo tempo, elas



contribuem para promover a interatividade entre docentes e discentes, e asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos em ambiente ubíquo.

Tanto no campo da pesquisa, como no da extensão, o uso das TICs ocorre de forma relacionada a saberes interconectados com experiências de sala de aula e execuções práticas fomentadas por atividades didáticas diversas.

O uso das TICs por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas também a participação e a autonomia durante as atividades acadêmicas. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional — NAE — que visa promover a acessibilidade pedagógica, a metodológica de comunicação e de informação, conforme as normas previstas na política de acessibilidade.

É importante destacar que os docentes são incentivados a buscar, junto a esses núcleos da UFAL, as orientações necessárias para atender as demandas que lhes são apresentadas.

Diante do exposto, a UFAL está atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e busca sempre a renovação das práticas pedagógicas.



17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional — PPI, a avaliação é um fator de gestão, pois possibilita a realização de correções, a reorientação de práticas pedagógicas, a reflexão sobre os projetos pedagógicos, a delimitação dos obstáculos administrativos, além de se processar no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, ela se explicita de forma clara e objetiva no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que deverá prever um tempo amplo para o processo de sua autoavaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e coparticipativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação da UFAL.

A avaliação no contexto institucional transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como um dado que interfira de modo consistente na ação pedagógica do curso. Isso visa garantir que a flexibilização curricular possa permitir a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade em que se insere a UFAL.

A avaliação requer, portanto, da parte de todos os atores sociais envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do projeto pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como um movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino e aprendizagem do plano político-pedagógico.

17.1. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual



e formativa e manter a coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% da presença dos discentes nas atividades de ensino previstas tanto na carga horária de cada disciplina quanto na carga horária total do curso. Qualitativamente, a avaliação afere o total de pontos obtidos pelo discente em cada disciplina.

A avaliação da aprendizagem se fará a partir do que está estabelecido pelo Conselho Universitário — CONSUNI, na resolução n.º 25/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — CEPE, nos moldes seguintes:

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao art. 9.º da referida resolução, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Nesse entendimento, o art. 10.º afirma que: “será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo”. “Parágrafo único — o abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do decreto-lei n.º 1.044 (21/10/1969); decreto-lei n.º 6.202 (17/04/1975) e no regimento geral da UFAL”.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 — A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1.º — Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2.º — O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 — Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 — Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante



de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer *campo* utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1.º — Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2.º — Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior.

Art. 14 — A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1.º — Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2.º — Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 — O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único — A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 — Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único — O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 — Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

No curso de Licenciatura em Teatro, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, para fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

Torna-se importante, portanto, promover um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do/a estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de



conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos e práticos trabalhados no curso.

Para assegurar a implementação de uma educação inclusiva, o curso busca garantir nas avaliações as práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, tais como: estudantes com deficiência visual e discentes com um grau leve de deficiência/problema mental. São exemplos práticos dessas ações afirmativas de inclusão, as orientações para que o corpo docente adapte ou estenda o tempo de avaliação.

Ao final do curso, o/a estudante deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e defendê-lo perante uma banca examinadora, conforme resolução do colegiado do curso.

17.2. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Teatro implantou três estratégias de autoavaliação do curso, a saber:

I. O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) ampliados, fóruns nos quais toda a comunidade acadêmica do curso de Licenciatura em Teatro tem direito à voz e ao voto (com exceção dos casos previstos em lei).

II. O Espaço Aberto, fórum realizado ao final do semestre letivo onde são avaliados todos os aspectos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem do período.

III. A Plenária, realizada no início de cada semestre letivo, quando a avaliação crítica do Espaço Aberto anterior é problematizada e são propostas ações concretas de superação dos problemas apresentados.

O curso será avaliado também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com as escolas da Educação Básica alagoana, dos estágios curriculares obrigatórios e dos empreendimentos culturais e artísticos.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para a avaliação do curso de Teatro, sendo este constituído pelos seguintes tópicos:



1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

17.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

As ações de avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior — CONAES — e se expressa de diferentes formas.

O processo de avaliação do PPC do curso de Licenciatura em Teatro é realizado por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, identificada no Projeto de Autoavaliação da UFAL como sendo a Comissão de Autoavaliação — CAA, a qual é instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional.

O curso de Licenciatura em Teatro é avaliado anualmente pela supracitada comissão e, em caráter permanente, pelos membros do NDE. Na primeira situação, o processo é conduzido pela CAA que coleta dados junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo da UA ou UE.

Nesse processo, a comunidade acadêmica é convidada também a preencher formulários 'on-line', disponibilizados segundo o cronograma de desempenho da CPA. Em ambas as situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, e sobre aspectos relacionados à atuação, à qualificação e à relação com os docentes. Não se pode deixar de mencionar serem consideradas também as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas.

Os dados computados são organizados e analisados pela CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional com periodicidade anual.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro implementado com essa proposta é importante para aferir o sucesso do novo



currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que melhorem este projeto, visto que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico — ensino e aprendizagem — conforme as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do PPC. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a ampla discussão do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Em relação ao NDE, há um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC para garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, o seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização das práticas e dos estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

A avaliação se dará num processo contínuo, investigativo e sistemático, priorizando os processos de ensino e aprendizagem e não somente os produtos finais. A proposta de avaliação adotada pelo curso de Licenciatura em Teatro é a de um instrumento de aperfeiçoamento dos próprios processos que o Projeto Pedagógico do Curso almeja, tendo em vista o desenvolvimento de todos os envolvidos.



18. COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro reúne-se ordinariamente em toda primeira quinta-feira do mês, entre 9h30 e 12h, e extraordinariamente sempre que necessário. Funciona segundo o regimento geral da Universidade Federal de Alagoas, que em seus artigos 25 e 26, estabelece como objetivo do Colegiado de Curso de Graduação coordenar o funcionamento acadêmico, o seu desenvolvimento e a sua avaliação permanente.

O colegiado é composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do corpo discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo centro ou diretório acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

O colegiado terá 01 (um) coordenador e seu suplente (Vice-coordenador), escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. Coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. Coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. Coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. Colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;



V. Exercer outras atribuições compatíveis.



19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em atendimento à portaria n.º 147/2007, ao parecer CONAES n.º 04/2010 e à resolução CONAES n.º 01/2010, a UFAL instituiu, através da resolução n.º 52/2012, os Núcleos Docentes Estruturantes em conformidade com as especificações legais para os cursos de graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é uma instância consultiva. É constituído por 5 (cinco) docentes escolhidos pelo colegiado entre os docentes que ministram aulas no curso, com mandato de 3 (três) anos, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC). Atualmente, todos os docentes estão em regime de D. E. (Dedicação Exclusiva), e todos possuem titulações *strictu sensu*.

O NDE do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL reúne-se ordinariamente toda a terceira quinta-feira do mês, entre 9h30 e 12h00, e extraordinariamente sempre que necessário. É o responsável pela concepção e redação deste Projeto Pedagógico para o qual fará o acompanhamento de sua implantação pelo colegiado do curso. Faz parte de suas atribuições realizar, quando necessárias, indicações de mudanças e encaminhamentos pedagógicos durante a consolidação deste PPC, tornando-se, desta forma, sua instância avaliativa permanente.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante — NDE:

- I. Propor a formulação ou a reformulação do Projeto Pedagógico do curso para apreciação e aprovação pelo respectivo colegiado e, posteriormente, pelo Conselho Superior da UFAL; realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN's e as novas demandas do mundo do trabalho.
- II. Estabelecer parâmetros de resultados a serem alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa;
- III. Apreciar e encaminhar para homologação do colegiado e das instâncias deliberativas superiores e competentes, os projetos de pesquisa, os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e os cursos e/ou atividades de extensão, para tornar efetiva a aplicação,



no âmbito da Unidade, do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- IV. Acompanhar e avaliar a implantação e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, propondo as alterações necessárias à sua melhor consecução;
- V. Emitir, sempre que solicitado pelo Colegiado do Curso, pareceres sobre as propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- VI. Participar da elaboração do Plano Anual de Trabalho do Curso a ser apreciado pelo Colegiado e aprovado pelos órgãos competentes da UFAL, bem como acompanhar sua execução;
- VII. Recomendar as diretrizes dos programas das disciplinas do curso de graduação e suas respectivas ementas, encaminhando ao coordenador do curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;
- VIII. Participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o curso;
- IX. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros insumos necessários ao curso;
- X. Acompanhar as ações de assistências estudantis nos seus diversos programas ofertados pelas instâncias superiores;
- XI. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- XII. Exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo regimento geral da UFAL e do curso e de outras legislações e regulamentos a que se subordine.



20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DO CURSO

20.1. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e a sua respectiva repercussão na administração pública. Entre seus princípios encontra-se o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; este último, de fato, é traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade.

Esses princípios estão articulados às ações institucionais desenvolvidas na UFAL para apoiar e capacitar seu quadro profissional, a saber, os docentes e os técnicos.

Considerando a previsão legal expressa na lei n.º 5.707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajustou seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo o desenvolvimento permanente do seu servidor:

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das 71 ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p. 71).

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados, quais sejam: dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal; capacitação; avaliação de desempenho e qualidade de vida no trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, busca-se otimizar os recursos humanos, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos institucionais.

A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, visa melhorar o desempenho do servidor e, por outro lado, busca assegurar um quadro mais confiante e motivado. A capacitação é realizada em diferentes momentos e



modalidades: iniciação ao serviço público; formação geral; educação formal; gestão; inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e aferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho — PQVT, promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor — PASS, baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior — PROFORD, que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém-empossados até os veteranos.

O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, em dois enfoques: a prática docente e a atuação desses profissionais na gestão acadêmica e institucional.

A política de apoio ao docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, de modo a garantir a satisfação do professor e o respeito ao princípio constitucional da eficiência, do qual nenhuma instituição de Ensino Superior pode se furtar.

No curso de Licenciatura em Teatro, a política de valorização do docente e a dos técnicos administrativos se manifesta pelo incentivo à participação nos cursos de capacitação administrativa e nos programas de qualidade de vida ofertados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas — PROGEP.

Na existência de verbas financeiras, o Colegiado do curso organizará a sua distribuição para que os docentes possam adquirir passagens e diárias em eventos nacionais ou internacionais. Além disso, incentivará a participação dos docentes nos editais da Editora da UFAL — EdUFAL.



20.2. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL, nos princípios e nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil — PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que visem combater as situações de repetência e de evasão (decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010).

Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis — FONAPRACE, realizado anualmente. Nessa ocasião são apresentados diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES. A partir do encontro, são estabelecidas as diretrizes e as linhas nacionais de ação das Pró-Reitorias.

Conforme o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento aos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

Apoio pedagógico: buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes para orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos. Articulação com as coordenações de curso sobre as dificuldades pedagógicas comuns. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

Estímulo à permanência: atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento ao estudante na área da saúde através da assistência médico-odontológica; fomento à prática de atividades físicas e de esportes; promoção de atividades relacionadas à arte e à cultura no espaço universitário;



implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

Apoio financeiro: disponibilização de bolsa institucional de modo a incentivar os talentos dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, de modo a ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

Organização estudantil: ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivas, culturais e acadêmico-científicas. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, colaborando com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

Plano de acompanhamento do assistido: proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação dele ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

O curso de Licenciatura em Teatro, em consonância com o compromisso social da Universidade Federal de Alagoas, recebe a cada ano alunos cotistas oriundos da população afrodescendente e de escolas públicas de Alagoas, bem como de outros Estados do Brasil.

A iniciativa faz parte do Programa de Ações Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior da UFAL, visando minimizar e/ou eliminar as desigualdades sociais históricas.

Conforme o decreto n.º 5.296/05, que regulamenta a lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o curso de Licenciatura em Teatro está inserido em um espaço físico reorganizado para atender os cursos de Artes da UFAL. Apesar desse local possuir algumas estruturas que possibilitam a



acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção como rampas e elevador, faz-se necessário a continuidade das adequações para atender a todos os tipos de deficiência.

Como política de permanência do discente na Universidade, o curso de Licenciatura em Teatro direciona seus alunos aos Programas de Bolsa Permanência, ofertados pela Pró-Reitoria Estudantil, destinados àqueles com maior vulnerabilidade social.

Outros caminhos para a oferta de bolsas para os discentes são realizados através dos projetos de extensão, da oferta de bolsas de monitoria, dos programas de iniciação à docência e de iniciação científica. Outro incentivo aos discentes está relacionado à orientação e ao apoio nos processos de seleção para os Intercâmbios internacionais e de mobilidade acadêmica.



21. CONDIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO DO CURSO

21.1. RECURSOS HUMANOS

O curso Licenciatura em Teatro conta com onze professores lotados no ICHCA e que respondem por todos os encargos didáticos referentes às disciplinas específicas da linguagem teatral atualmente:

Prof.^a Dr.^a Ana Flavia de Andrade Ferraz
Prof. Dr. Ednaldo Cândido Moreira Gomes
Prof. Me. Francisco Rogers Cavalcanti Ayres
Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos
Prof.^a Dr.^a Lara Barbosa Couto
Prof. Dr. Marcelo Gianini
Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho
Prof. Me. Ronaldo de Andrade Silva
Prof.^a Dr.^a Telma Cesar Cavalcanti
Prof. Me. Washington Monteiro da Anunciação
Uma vaga de professor(a) em fase seleção e contratação (concurso público).

É importante salientar que o curso conta também com docentes designados pelo Centro de Educação (CEDU) e pela Faculdade de Letras (FALE), responsáveis pelas disciplinas do tronco comum das licenciaturas da UFAL, e pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS). O curso conta com os técnicos administrativos Sonia Maria Nascimento, Celso Antonio de Melo Araújo e Vilian Rose Ferreira de Araújo.

21.2. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

O curso de Licenciatura em Teatro desenvolve suas atividades no espaço físico do Espaço Cultural Salomão de Barros Lima (antiga reitoria), localizado na Praça Visconde de Sinimbu, 206 — Centro. Sendo uma extensão do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes — ICHCA, no *campus* A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas — UFAL. Todo o espaço físico disponibilizado é compartilhado com os cursos de Licenciatura em Dança e em Música, com espaços destinados às atividades pedagógicas (salas de aula, auditório, laboratório de informática, laboratório de corpo, laboratório de encenação, laboratório de



cenografia e figurinos), administrativas (secretaria e coordenação), e uma biblioteca setorial.

Está prevista para maio de 2019 a ocupação da infraestrutura do antigo prédio do ICS (anexo ao prédio do ICHCA) pelo curso de Licenciatura em Teatro, quando também terá acesso, de forma compartilhada com o curso de Licenciatura em Dança, aos seguintes espaços: Sala de Coordenação, Sala de Professores, Sala de Reuniões, Sala do Centro Acadêmico do Teatro, dois Laboratórios de Corpo, Laboratório de Encenação e Iluminação, Laboratório de Figurinos e Cenografia e quatro salas de aula teóricas. A coordenação do curso de Teatro, o Colegiado e o NDE estão no processo de elaboração das normas de funcionamento e segurança de cada um dos laboratórios do curso.



21.3. LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS

LABORATÓRIO DE ENCENAÇÃO:

Objetivo: Aulas de encenação, interpretação, corpo e iluminação; projetos de extensão em iniciação teatral; projetos de pesquisa.

Atividades acadêmicas: Ensino: aulas na área das Poéticas da Cena (Fundamentos da Encenação; Atuação 1 e 2; Iluminação), da área Poéticas do Corpo (Circo artes circenses; Estudos do Movimento), do Eixo Pedagogias (Teatro Educação; Pedagogia das Máscaras), das Práticas Pedagógicas; Extensão: apresentações públicas da produção cênica dos cursos de arte da UFAL; Pesquisa: manifestações cênicas da cultura de tradição popular alagoana.

LABORATÓRIO DE FIGURINO/CENOGRAFIA:

Objetivo: Espaço para criação, reforma, aulas e acervo.

Atividades acadêmicas: Ensino: aulas da área Visualidades Cênicas (Figurino; Cenografia); área Poéticas da Cena (Teatro de Animação); Pesquisa: confecção e estudo de máscaras da cultura de tradição popular alagoana; Extensão: Indumentária, adereços e objetos cenográficos da cultura de tradição alagoana.

LABORATÓRIO DE CORPO:

Objetivo: Espaço para aulas e treinamento dos alunos, além de servir para ensaios e desenvolvimentos de projetos de extensão e pós.

Atividades acadêmicas: Ensino: aulas da área Poéticas do Corpo (Estudos do Movimento 1, 2, 3 e 4; Circo/Artes Circenses e afins; Danças Brasileiras; Danças da Tradição Popular Alagoana). Extensão: Danças da Tradição Popular Alagoana; Pesquisa: manifestações da cultura popular alagoana.

SALAS PARA AULAS TEÓRICAS (04):



Objetivo: Aulas teóricas e sala de estudo.

Atividades acadêmicas: Ensino: aulas da área História e Crítica (Literatura Dramática 1, 2, 3 e 4; História da Arte 1 e 2; Teatro Brasileiro; Teatro em Alagoas; Estética Teatral), do Eixo Pedagogias (disciplinas do tronco comum das Licenciaturas — UFAL); Extensão: projetos relativos às áreas das Pedagogias e da História e Crítica; Pesquisa: aulas, seminários.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS:

Objetivo: Espaço para aulas e treino dos alunos, além de servir para ensaios e desenvolvimentos de projetos de extensão e pós.

Atividades acadêmicas: Ensino: aulas do Eixo Pedagogias (Teatro Educação; Pedagogia das Máscaras), da área Poéticas da Cena (Atuação 1 e 2); das Práticas Pedagógicas; Extensão: projetos de mediação com as culturas de tradição popular alagoana; Pesquisa: a arte dos brincantes.



LABCENA: LABORATÓRIO DE PESQUISAS DA CENA **(regimento em anexo)**

Apresentação

O LabCena — Laboratório de Pesquisas da Cena, criado em setembro de 2020, é um espaço coordenado pelo NEPED/CNPq/UFAL – Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas.

É um laboratório destinado ao desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas e está instalado nas dependências da Escola Técnica de Artes (sala 36); volta-se para a efetivação das atividades relativas às ações do NEPED, bem como demais ações de professores(as) pesquisadores(as) credenciados(as) ao Laboratório. Também é um espaço aberto à pesquisa do público externo à UFAL, como prevê o regulamento.

Faz parte do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL e congrega professores(as) e alunos(as) do curso de graduação e de pós-graduação. Tem como objetivo desenvolver e abrigar atividades em artes da cena, com ênfase na História, Teoria e Crítica, por atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O LabCena se propõe a desenvolver as seguintes atividades: pesquisas, orientações de estudantes, iniciação científica, ações de extensão, reuniões do grupo de pesquisa, organização e participação em eventos, exposições, mostras etc., gerando como resultados artigos científicos, livros, TCC's, monografias e teses; produções artísticas dentre outros.

Equipe

Coordenador: Prof. Dr. Otávio Cabral (UFAL).

Vice coordenadora: Prof.^a Dr.^a Ana Flávia de Andrade Ferraz (UFAL).

Conselho Científico: Prof. Dr. Augusto Rodrigues (UnB); Prof.^a Dr.^a Carlinda Fragale Pate Nuñez (UERJ), Dr. Flávio Rabelo (NEPED); Prof.^a Dr.^a Sandra Nunes Leite (UFAL).



LATA – LABORATÓRIO TEATRO DE ANIMAÇÃO (regimento em anexo)

APRESENTAÇÃO

O Laboratório Teatro de Animação — LATA, criado em julho de 2010, é um espaço integrado ao NEPED/CNPq/UFAL – Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas.

O NEPED é um grupo de pesquisa formado em 2013, a partir de atividades coletivas realizadas entre professores(as) e estudantes da Universidade Federal de Alagoas/UFAL e outras universidades no país. O Núcleo, vinculado ao curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, objetiva ser um espaço de discussão, reflexão e produção de estudos e pesquisas voltados às manifestações da arte e conexões entre as diferentes expressões artísticas e dramáticas, especialmente o teatro, o cinema e a literatura.

O **LATA** é um laboratório destinado ao desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas e está instalado nas dependências do Espaço Cultural Universitário Prof. Salomão de Barros Lima (sala 50); volta-se para a efetivação das atividades relativas às ações do NEPED, bem como às demais ações de professores(as) pesquisadores(as) e público externo credenciados(as) ao mesmo.

O **LATA** faz parte do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL e congrega professores(as) e alunos(as) dos cursos de graduação e de pós-graduação. Tem como objetivo desenvolver e abrigar atividades em artes nas suas três bases básicas a saber: 1. **Pedagogias do Teatro de Animação**: Teatro de Bonecos, Teatro de Sombras, Teatro de Máscaras, Teatro de Objetos, Teatro de Formas Animadas, Teatro de Brincantes, Teatro de Figurinos e Teatro de Ruídos; e 2. **Pedagogias das Visualidades Cênicas**: Cenografia, Figurino, Maquiagem, Adereços e Iluminação — dinamizando as atividades acadêmicas, desenvolvendo a capacidade técnica, estética e criativa na produção e relacionando teoria e prática, por atividades de ensino, pesquisa e extensão. 3. **Pedagogias das Audiovisualidades**: Fotografia Cênica, Cinema de Animação, Áudio-visualidade e Cena, Pedagogia da Imagem e do Vídeo; Teatro digital.



O **LATA** se propõe a desenvolver as seguintes atividades: pesquisas, orientações de estudantes, iniciação científica, ações de extensão, reuniões do grupo de pesquisa, organização, produção e participação de eventos, exposições, mostras etc., gerando como resultados artigos científicos, livros, TCCs, monografias e teses; produções artísticas, entre outros.



22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR

NÚCLEO 1: CONTEÚDOS BÁSICOS

HISTÓRIA E CRÍTICA

LITERATURA DRAMÁTICA 1

Ementa: Estudo dos gêneros literários e das relações entre literatura e teatro; instrumentalização para a leitura e a análise de textos.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Ars Poética, 1993.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro Grego: Tragédia e Comédia**. 8.^a ed. Petrópolis : Vozes, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre, VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Bibliografia complementar:

ÉSQUILO. **Oréstia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

EURÍPIDES. **Medeia; Hipólito; As Troianas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate *et al.* **O teatro através da história — O Teatro Ocidental**. (Volume 1). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. 3.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.



LITERATURA DRAMÁTICA 2

Ementa: Estudo das relações entre literatura e teatro; instrumentalização para leitura e análise de textos.

Bibliografia básica:

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 7.^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia complementar:

ARISTOFANES. (Tradução, Mário da Gama Kury). **A greve do sexo (Lisístrata); A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MENANDRO. **O Díscolo**. (Tradução, Maria de Fátima Sousa e Silva). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

PLAUTO. (Tradução, Jaime Bruna). **Comédias**. São Paulo: CULTRIX, 1978.



LITERATURA DRAMÁTICA 3

Ementa: Conhecimento das correntes literárias e leitura crítica, vertical, de obras da literatura dramática, situando-as no tempo, no espaço e no momento de produção de seu autor.

Bibliografia básica:

GASSNER, John. **Mestres do teatro I**. Tradução, Alberto Guzik; J. Guinsburg. 3.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HELIODORA, Bárbara. **Falando de Shakespeare**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia complementar:

MOLIÈRE. **Teatro Escolhido**. (2 volumes). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

RACINE, Jean. **Fedra; Ester; Atália**. Tradução, Jenny Klabin Segall. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROUBINE, Jean-Jacques. **Introdução às grandes teorias do teatro**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SHAKESPEARE, William. **Otelo**. Tradução, Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VEGA, Lope de. **Fuenteovejuna**. Tradução, Mário Lago. Edição mimeografada, [s.d.].



LITERATURA DRAMÁTICA 4

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

BENDER, Ivo C. **Comédia e riso: uma poética do teatro cômico**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDPUCRS, 1996.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAGALDI, Sábato. **Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BRECHT, Bertolt. **Teatro Completo em 12 volumes**. Tradução, Fernando Peixoto, Willi Bolle, Geir Campos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FASSBINDER, Rainer Werner. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant**. Lisboa: Cotovia, 1999.

GOGOL. **O Inspetor Geral**. Tradução, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Rio de Janeiro: EDIOURO, [s.d.].

GOLDONI, Carlo. **Arlequim, Servidor de dois amos**. Tradução, Elvira Rina Malerbi Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBSEN, Henrik. **Casa de Bonecas**. Tradução, Cecil Thiré. São Paulo: Nova Cultural, 2003.



HISTÓRIA DO TEATRO 1

Ementa: Estudo sobre os fatos que marcam a necessidade e formas de realização da arte do teatro, tomando como referências notáveis as dinâmicas culturais nacionais, com ênfase no teatro europeu e no teatro africano, das origens à Idade Média.

Bibliografia básica:

CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro:** estudo histórico crítico, dos gregos à atualidade. São Paulo: Unesp, 1995.

HELIODORA, Barbara. **Caminhos do teatro ocidental.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2013.

MARGOT, Berthold. **História Mundial do Teatro.** São Paulo: Ed. Perspectiva. 2000.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Nelson. **História do Teatro.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1991.

BORBA FILHO, Hermilo. **História do espetáculo.** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1968.

CIVITA, VICTOR, **Teatro Vivo, Introdução e História.** Ed. Abril Cultural, 1976.

HUBERT, Marie-Claude. Trad. Eduardo Brandão. **As grandes teorias do teatro.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2013.

VAZ, Carlos. **Para um conhecimento do teatro africano.** Lisboa — Portugal: Edição e distribuição do autor, 1978.



HISTÓRIA DO TEATRO 2

Ementa: O estudo sobre os fatos que marcaram a realização da arte do teatro, tomando como referências notáveis as dinâmicas culturais nacionais, com ênfase no teatro europeu e no teatro africano, do Renascimento à contemporaneidade.

Bibliografia básica:

MARGOT, Berthold. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2000.
PRONKO, Leonard C. **Teatro: Leste & Oeste**. Ed. Perspectiva, 1996.
SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno (1880-1950)**. Ed. Cosac & Naify, 2001.

Bibliografia complementar:

FARIA, João Roberto. **O Teatro na Estante**. Ed. Ateliê Editorial, 1998
GASSNER, J. **Mestres do teatro II**. Trad. A. G. e J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
MIRALLES, ALBERTO, **Novos Rumos de Teatro**. Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979.
REIS, Demian Moreira. **Caçadores de Risos – o maravilhoso mundo da palhaçaria**. Salvador: EDUFBA, 2013.
USCATESCU, George. **Teatro Occidental Contemporaneo**. Madrid/Espanha: Edições Guadarrama, 1968.



TEATRO BRASILEIRO

Ementa: As diversas formas de manifestações de teatro e teatrais. Os protótipos europeus, africanos, indígenas brasileiros e suas configurações no fazer teatral brasileiro, do Século XVI aos dias atuais.

Bibliografia básica:

CAFEZEIRO, Edwaldo. **História do Teatro Brasileiro**. Ed. UFRJ-FUNARTE, 1996.
GARCIA, Silvana (Org.) **Odisseia do teatro brasileiro**. São Paulo: SENAC, 2002.
PRADO, Décio de Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1999.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Nelson. **História do teatro**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1991.
CACCIAGLIA, Mario. **Pequena história do teatro no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
HESSEL, Lothar. RAEDERS, Georges. **O teatro no Brasil, sob Dom Pedro II**. 1.^a e 2.^a partes. Porto Alegre: Ed. UFRGS-IEL, 1979.
PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
RUIZ, Roberto. **O Teatro de Revista no Brasil: Das origens à Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: INACEN, 1988.



TEATRO EM ALAGOAS

Ementa: Situar o estudante no universo das formas de teatro praticadas no território alagoano, considerando os aspectos “popular” e “erudito” e as diversas etapas da evolução política (dos primórdios a 1817; do Reino ao Império; do Império à República).

Bibliografia básica:

ANDRADE, Ronaldo de, BRANDÃO, Izabel (Orgs.). **O teatro & Linda Mascarenhas: amadores em Maceió**. Maceió: EdUFAL, 2011.

ARAÚJO, Sandro Gama de (Org.) **Theatro Deodoro 100 anos de arte**. Maceió: Grafmarques, 2010.

LIMA JUNIOR, Félix. **História dos teatros de Maceió**. Maceió: DAC/SENEC, 1961.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, João (Org.) **Senador Guilherme Palmeira: Alagoanos sempre lembrados: Tavares Bastos, Jaime de Altavila, Linda Mascarenhas**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). **Arte em Alagoas: algumas reflexões**. Maceió: EdUFAL, 2013.

DUARTE, Abelardo. **Autores Alagoanos & Peças Teatrais**. Maceió: FUNTED, 1980.

DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Revistas:

Teatro Contemporâneo. Maceió: (1-2), 1961-1963.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Vol. 50, Maceió, 2013.

Revista Mocidade. Maceió, 1943-1957.



Boletim Alagoano do Folclore – José Aloísio Vilela, em memória. N.º 1. Maceió: Comissão Alagoana do Folclore, 1977

Debates de História Regional n.º 01 – 1992. Revista do Departamento de História da UFAL. Maceió: EDUFAL, 1992.

Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos. Maceió: UFAL, 1979.



ANTROPOLOGIA DA ARTE

Ementa: O fenômeno artístico fora do eixo do primeiro mundo. Pré-história e etnologia das Américas. Teorias e métodos da antropologia da arte em relação à região da América Latina. Arte afro-brasileira. Arte africana, arte asiática e da Oceania. Arte indígena brasileira. Teorias e métodos em antropologia da arte. Colonialismo cultural.

Bibliografia básica:

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

LAYTON, Robert. **Antropologia da Arte**. Ed. 70, 2001.

LANGER, Susanne. **Sentimento e Forma**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Téo. **Reisados e Guerreiros**. Instituto Histórico de Alagoas, 1946.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1995.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1957.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas**. São Paulo: 70, 1979.



ARTE E SOCIEDADE

Ementa: Estudo de relações possíveis entre arte, filosofia e contexto social. As relações entre a Educação e as manifestações culturais de tradição popular, a indústria cultural e a arte erudita/acadêmica. Conceituação de arte, cultura, performance e patrimônio imaterial. Reflexão sobre a identidade expressiva do brasileiro. Teorias e métodos de pesquisa em arte, cultura e etnicidade.

Bibliografia básica:

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 5.^a ed. São Paulo: Ática, 2006.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Edgard. **Introdução a Giorgio Agamben uma arqueologia da potência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DIDI-HUBERMAN, Georges; NEVES, Paulo. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 7.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.



HISTÓRIA DA ARTE 1

Ementa: Estudo, análise e vivência da produção nas grandes artes do mundo. Do período da pré-história ao período da arte da idade contemporânea, abordando os ícones representativos da pintura, da escultura e da arquitetura, bem como do estilo e de seus contextos históricos, culturais, artísticos e estéticos. Correlações com a linguagem do teatro e educação.

Bibliografia básica:

CAROL, STRICKLAND e BOSWELL, John. **Arte Comentada — da Pré-História ao Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1999.

BASIN, Germain. **História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

JANSON, H.W. **História da Arte**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

Bibliografia complementar:

BARILLI, Renato. **Art Nouveau**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

GOMBRICH, E.H. **História da Arte**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

HOUSER, A. **História Social da Literatura e da Arte**. São Paulo: Editora Mestre Jou. 2002.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

RAMIREZ, Juan Antonio. **História del arte**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.



HISTÓRIA DA ARTE 2

Ementa: Estudo, análise e vivência da produção nas grandes artes no mundo. Do final do século XIX, suas rupturas e a nova visão estética, à atualidade. Abordagem dos ícones representativos da pintura, escultura e arquitetura, do estilo e seus contextos históricos, culturais, artísticos e estéticos. A arte brasileira através dos tempos e a arte em Alagoas. Suas correlações com a linguagem do Teatro e Educação.

Bibliografia básica:

FUSCO, Renato de. **Arte Contemporânea**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GULLAR, Ferreira. **Etapas da Arte Contemporânea**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto, [s.d.].

Bibliografia complementar:

CHIARELLI, Tadeu. **Arte Internacional Brasileira**. São Paulo: Lemos editorial, 1999.

LUCIE-SMITH, Edward. **Movimentos artísticos desde 1945**. Barcelona: Ediciones Destino, 1995.

MANGE, Mrilyn Diggs. **Arte brasileira para criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PROENÇA, Graça. **História da arte**. São Paulo: Ática, 1991.



ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Ementa: Elaboração de projetos experimentais em artes cênicas; normas da ABNT; identificação de objetivos, hipóteses, métodos, instrumentos e ferramentas de pesquisa; produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer na universidade.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.^a ed. rev. e ampl. Atlas, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.^a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da pesquisa científica teoria e prática: como elaborar TCC**. 2.^a ed. Fortaleza: Inesp, 2017.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 15.^a ed. Campinas: Papirus, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos**. Maceió. EDUFAL, 2010.

ECO Humberto. **Como se faz uma tese**. 21.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GUEDES, Enildo Marinho; LENZI, Livia Aparecida Ferreira; VALE, Helena Cristina Pimentel do; RIZZI, Iuri Rocio Franco. **Padrão UFAL de Normalização**. 2013.



ESTUDOS DO MOVIMENTO 1

Ementa: A organização do corpo em movimento a partir da perspectiva da educação somática. Ações corporais e movimento estruturado. Corpo e criatividade.

Bibliografia básica:

CALAIS-GERMAN, Blandine. **Anatomia para o movimento**. Volume 1: introdução a análise das técnicas corporais. São Paulo: Manole, 2010.

DOMENICE, Eloisa Leite. **O encontro entre dança e educação somática como uma interface de questionamento epistemológico sobre as teorias do corpo**. Pró-Posições. UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3130>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Annablume, 2006.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, M. Sonia. **O papel do corpo no corpo do ator**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALAIS-GERMAN, Blandine. **Anatomia para o movimento — Volume 2**. Bases de exercícios. São Paulo: Manole, 2010.

RENGEL, Lenira. **Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências**. São Paulo: Anablume, 2008.

MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. São Paulo: Summus, 2007.

RASCH, J. Philipe & BURKE, Roger K. **Cinesiologia e Anatomia aplicada: a ciência do movimento humano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



ESTUDOS DO MOVIMENTO 2

Ementa: O espaço como categoria para a exploração criativa do movimento. As noções de orientação espacial e a ação cênica.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Annablume, 2006.

LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

MIRANDA, Regina. **Corpo-espaço: aspectos de uma geofilosofia do corpo em movimento**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

Bibliografia complementar:

DANTAS, Monica. **Dança o enigma do movimento**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MOMESON & PETRELA (org.). **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. 28.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.

PAIXÃO, Paulo. E é pra dança perder o juízo? In: **Humus 2**. Caxias do Sul: Itaú Cultural, 2007.

RENGEL, Lenira. **Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências**. São Paulo: Annablume, 2008.



ESTUDOS DO MOVIMENTO 3

Ementa: A expressividade como categoria para exploração criativa do movimento. O tônus muscular, o ritmo e o desenho do movimento no espaço como elementos constitutivos da expressividade.

Bibliografia básica:

BONFITTO, Matteo. **O ator compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislávski a Barba**. 3.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Annablume, 2006.

LABAN, Rudolf. **O domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1987.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, M. Sonia. **O papel do corpo no corpo do ator**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

HERCÓLES, Rosa. Corpo e dramaturgia. In: **Húmus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.

LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

MACHADO, M^a. A. A. Pinheiro. Corpo do ator e comunicação. In: **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. 28.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.



VOZ EM CENA

Ementa: Conscientização das possibilidades e treinamento da voz: projeção, ressonância, modulação, elasticidade, agilidade, ritmo e utilização de tais conceitos nos processos ensino-aprendizagem. Estudo da anatomia e fisiologia corporal/vocal. Conscientização e orientação sobre saúde vocal, ênfase na prevenção primária e secundária. Análise, execução e domínio de exercícios corporais e vocais, individuais e em grupo, aplicados ao teatro. Adequação da voz ao espaço cênico. Voz e o uso e abuso de drogas.

Bibliografia básica:

GAYOTTO, L.H. **Voz, partitura e ação**. São Paulo: Summus, 1997.

GROTOVSKI, J. & FLASZEN, L. **O Teatro Laboratório de Jerzy Grotovski 1959-1969**. São Paulo: Ed. SESC/Perspectiva, 2010.

QUINTERO, Eudósia Acuña. **Estética da voz**: uma voz para o ator. São Paulo: Summus, 1989.

Bibliografia complementar:

BEUTTENMULLER, Maria da Glorinha e LAPORT, Nelly. **Expressão vocal e expressão corporal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.

BARBA, E. & SAVARESE, N. **A Arte Secreta do Ator**: Um Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo/Campinas: Ed. HUCITEC; Ed. UNICAMP; Ed. É Realizações, 2012.

FORTUNA, Marlene. **A performance da oralidade teatral**. São Paulo: Annablume, 2000.

MOLIK, Z. **O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik**: O Legado de Jerzy Grotovski. São Paulo: Ed. É Realizações, 2012.

QUINTEIRO, E.A. – **Estética da voz para o teatro e a vida**. Carapicuíba: Pró-fono, 1995.



VISUALIDADES CÊNICAS

FUNDAMENTOS DA CENOGRRAFIA

Ementa: Fundamentos da cenografia. Estudo dos espaços cênicos e da arquitetura teatral. Funções e relações da cenografia no espetáculo cênico. Noções sobre técnicas de elaboração de cenários e exercícios práticos.

Bibliografia básica:

ANCHIETA, José (Costa). **Auleum**. São Paulo: A Books, 2002.

CRAIG, Gordon, **Da Arte do Teatro**. Lisboa: Ed. Arcádia, [s.d.].

GARCIA, Clóvis. **Evolução do Espaço Cênico Ocidental**. In: Catálogo da XX Bienal Internacional de São Paulo. SESC. São Paulo, 1996.

Bibliografia complementar:

GUERRA, Lisette; ADRIANA, Leite. **Figurino: uma experiência na televisão**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MANTOVANI, A, **Cenografia**. São Paulo: Ática, 1989.

RATTO, G **Antitratado de Cenografia**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SERRONI, J. C. **Teatros: uma memória do espaço cênico no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Espaço Cenográfico News. Boletim mensal do Espaço Cenográfico. São Paulo: Disponível em: <http://espacocenografico.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2022.



ILUMINAÇÃO

Ementa: Teoria e prática da iluminação cênica, os princípios básicos de eletricidade. Estudo dos espaços e efeitos definidos através da iluminação. Observação e estudo dos efeitos luminosos, sua elaboração e aplicação cênica. Projeto de iluminação e sua aplicação no ensino do teatro, que represente o aprofundamento do Espaço Cênico em relação ao domínio tecnológico. Iluminação e Meio Ambiente.

Bibliografia básica:

CAMARGO, Roberto Gill. **Função estética da luz**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SARAIVA, Hamilton F. **Iluminação Teatral: História, Estética e Técnica**. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1989.

SIMÕES, Cibeles Forjaz. **À Luz da Linguagem: a iluminação cênica — de instrumento da visibilidade à “scriptura do visível”** (primeiro recorte: do fogo à revolução teatral). Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2008.

Bibliografia complementar:

CAMARGO, Roberto Abdelnur. **Luz e Cena: processos de comunicação co-evolutivos**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

PEDROSA, Israel. **Da Cor à Cor Inexistente**. Ed. Fename/MEC, 1982.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SARAIVA, Hamilton F. **Eletricidade Básica Para Teatro**. Ed. MEC/Inacen, 1973.

SIMÕES, Cibeles Forjaz. “A Linguagem da Luz: A Partir do Conceito de Pós-Dramático Desenvolvido por Hans-Thies Lahmann”. In: GUINSBURG, Jacó, e FERNANDES, Sílvia. **O Pós-Dramático**. São Paulo: Perspectiva, 2010.



POÉTICAS DA CENA

TEATRO DE ANIMAÇÃO

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades: Teatro de Bonecos, Teatro de Sombras, Teatro de Máscaras, Teatro de Objetos, Teatro de Figurinos, Teatro de Brincantes, Teatro de Ruídos, e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de Animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

ACIOLI FILHO, José. **O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial**. Dissertação de mestrado. Maceió: CEDU-UFAL, 2010.

AMARAL, Ana Maria. **Teatro de animação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Teatro de formas animadas**. São Paulo: USP, 1992.

Bibliografia complementar:

BALARDIM, Paulo. **As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação**. Ed. Balardim, 2004.

BORRALHO, Tácito Freire. **O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro**. São Luiz: Sesc, 2005.

BORBA FILHO, Hermilo. **Fisionomia e espírito do mamulengo**. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.



FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO

Ementa: Introdução aos elementos da encenação teatral através de estudos e exercícios que demonstrem suas relações intrínsecas. Análise e pesquisa dos processos dos principais encenadores e encenadores-pedagogos. A encenação nas manifestações espetaculares da cultura de tradição popular alagoana. Aplicação dos referidos conteúdos nos currículos da educação formal no ensino do Teatro.

Bibliografia básica:

BRECHT, Bertolt, **Estudos sobre o teatro**. Trad. Brandão, Fiana Pais. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GUINSBURG, J. **Stanislávski, Meyerhold & cia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral: 1880 – 1980**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Bibliografia complementar:

ARTAUD, Antonin. **O Teatro e Seu Duplo**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BORBA Filho, Hermilo. **Espetáculos Populares do Nordeste**. 2.^a ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2007.

BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo. Hucitec/ UNICAMP, 2012.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KANTOR, Tadeusz. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.



ATUAÇÃO PARA A CENA 1

Ementa: Improvisação teatral. Improvisação livre e orientada. Estudo teórico-prático dos elementos criadores do Estado interior: ação, visualização, ritmo interno e externo, vontade e contra-vontade, imaginação, memória; estudo da palavra — ritmo, visualização, ação verbal; as ações físicas; a construção da personagem. Estudo prático de elementos técnicos pertencentes a diferentes técnicas de atuação. Estudo e apresentação de cenas.

Bibliografia básica:

STANISLAVSKI, Constantin. **A construção do personagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Bibliografia complementar:

BURNIER, Luis Otávio. **A arte de ator**: da técnica à representação. Elaboração, codificação e sistematização de ações físicas e vocais para o ator. 2.^a ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

CHEKHOV, Michael. **Para o Ator**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERRACINI, Renato. **A Arte de não interpretar como poesia corpórea do ator**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

GROTOWSKI, J. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

KUSNET, Eugênio. **Ator e método**. São Paulo: Hucitec, 2003.



ATUAÇÃO PARA A CENA 2

Ementa: Improvisação teatral. Máscara neutra. Estudo teórico-prático dos elementos comunicacionais da atuação. Meierhold e a Biomecânica. Brecht e o ator épico: *gestus* e estranhamento. O Ator-narrador. A composição da personagem. Estudo prático de elementos técnicos pertencentes a diferentes técnicas de atuação. Estudo e apresentação de cenas.

Bibliografia básica:

BORNHEIM, Gerd. **Brecht: a estética do teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
BRECHT, Bertolt. **Escritos sobre teatro**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1967. 3v.
FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. São Paulo: SENAC, 2004.

Bibliografia complementar:

BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 2012.
BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
JAMESON, Fredric. **O método Brecht**. Petrópolis: Vozes, 1999.
KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e Jogo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
RIZZO, Eraldo Pêra. **Ator e estranhamento**: Brecht e Stanislávski, segundo Kusnet. São Paulo: SENAC, 2004.



PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS

Ementa: Desenvolver o estudo e a linguagem da Pedagogia das Máscaras na formação do ator, através da investigação teórica e prática sobre os diversos estilos de máscaras teatrais, geralmente utilizadas como instrumentos de formação corporal, expressivo e dramático. Técnicas de observação, improvisação e criação de personagens tipos no percurso das máscaras: neutra, larvárias, geométricas; expressivas inteiras; meia máscara expressiva; orientais (Bondrés); Commedia dell'Arte; clown, bufão; de corpo inteiro e máscaras da cultura popular brasileira. Estudos teóricos e de pesquisa sobre máscaras de matriz africana e indígenas.

Bibliografia básica:

AMARAL, Ana Maria. **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

LECOQ, Jacques. **O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral**; com a colaboração de Jean-Gabriel Carasso e de Jean-Claude Lallias; tradução de Marcelo Gomes. São Paulo: Senac; SESC-SP, 2010.

SANTOS, Ivanildo L. Piccoli dos. **O Duetto Cômico: da Commedia dell'Arte ao Cavalo Marinho**. Tese de Doutorado. São Paulo: UNESP, 2015.

Bibliografia complementar:

ACHCAR, Ana. Cadernos de Textos do Núcleo do Ator/UNIRIO - Textos sobre a Máscara! Disponível em: <https://bityli.com/owDus>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BARNI, Roberta. **A Loucura de Isabella**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

BELTRAME, Valmor. ANDRADE Milton de. **O Teatro de Máscara**. Florianópolis; UDESC, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/UEFFg>. Acesso em: 20 abr. 2022

BOLOGNESI Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo, Editora UNESP, 2003.

BRONDANI, Joice Aglae (org.). **Scambio dell'Arte: Commedia dell'Arte e Cavalo Marinho. Teatro-Máscara-Ritual — Interculturalidades**. Salvador: Fast Desing, 2013.



LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA

Ementa: Historicidade da representação cênica fora da caixa teatral e nos espaços alternativos. Exploração e experimentação das artes cênicas de/na Rua, através de práticas cênicas, visando o domínio gradativo dos princípios básicos do Teatro de/na Rua, das manifestações culturais e outros fenômenos que se utilizam da rua, praça, espaços públicos e coletivos como seu espaço de representação e/ou de ação/intervenção cênica.

Bibliografia básica:

CRUCIANI, Fabrizio; FALLETI, Clélia. **O Teatro de Rua**. Tradução de Roberta Baardi; São Paulo: Hucitec, 1998.

TELLES, Narciso. **Pedagogia do teatro: e o teatro de rua**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara. **Tá na rua: teatro sem arquitetura, dramaturgia sem literatura, ator sem papel**. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Tá Na Rua para as Artes, Educação e Cidadania, 2008.

Bibliografia complementar:

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

CORRÊA DE CAMARGO, R. A PANTOMIMA E O TEATRO DE FEIRA NA FORMAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL: O TEXTO ESPETACULAR E O PALIMPSESTO. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 4, p. 1-32, 12 dez. 2006. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/786>. Acesso em: 21 abr. 2022.

REBOUÇAS, Evill. **A dramaturgia e a encenação no espaço não convencional**. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 2009.

TELLES, Narciso; C. ARNEIRO, Ana (org.). **Teatro de Rua: olhares e perspectivas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.



VIEIRA, César. **Em busca de um teatro popular**. 4.^a ed. Atualizada. Brasília: FUNARTE, 2007.



PEDAGOGIAS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA COMUNIDADE

Ementa: Prática pedagógica voltada ao teatro em espaços não formais de ensino. Prática de modalidades pedagógicas. Teatro para comunidades, teatro com comunidades, teatro por comunidades. Teatro como ação sociocultural. Estudo teórico-prático e metodológico da linguagem teatral e suas relações com a educação (jogos espontâneos, jogos dramáticos, jogos teatrais, teatro-fórum, sociodrama, peça didática etc.) e a cultura (direitos humanos, relações etno-raciais, uso e abuso de drogas e meio ambiente). O educador teatral como mediador entre a cultura da tradição popular alagoana e a cultura acadêmica/erudita. O ensino do teatro e o ensino através do teatro. Relações do Ensino do Teatro com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Bibliografia básica:

BARBOSA, Ana Mae. (Org.). **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2013.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2009.

COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo**. São Paulo: Hucitec, 2004.

PUPO, Maria Lúcia de S.B. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático**. São Paulo: Hucitec, 2006.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA ESCOLA

Ementa: Prática pedagógica voltada ao teatro em espaços formais de ensino. Fundamentos do ensino da linguagem teatral na Educação Básica. Teatro e Arte como objeto de conhecimento e de identidade cultural. O estudo e a fundamentação teórica das diferentes abordagens dramáticas em espaços formais de ensino. Planejamento de aulas de Arte a partir do componente curricular Teatro. Avaliação da aprendizagem em Teatro. O ensino do teatro e o ensino através do teatro. Relações do Ensino do Teatro com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GIANINI, Marcelo. **Diálogo de surdos**. Reflexões acerca do ensino de teatro na Educação Básica de Alagoas (e suas possíveis reverberações em outros contextos). Tese de doutoramento. São Paulo: PPGAC-ECA-USP, 2016. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27155/tde-20022017-143131/publico/MARCELOGIANINIVC.pdf>). Acesso em: 10 jan. 2021.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais na sala de aula**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Bibliografia complementar:

ANDRÉ, Carminda Mendes. **O teatro pós-dramático na escola**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papirus, 2001.

KOUDELA, Ingrid D. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MACHADO, Irley; TELLES, Narciso; MERISIO, Paulo & MEIRA, Renata B. (org). **Teatro: ensino, teoria e prática**. Uberlândia: EDUFU, 2004.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR

Ementa: Conceituação histórica e função do espectador. Prática pedagógica voltada à formação do espectador. Apreciação e recepção da obra cênica. Preparação para a ida ao teatro. Práticas de mediação. Desenvolvimento e avaliação pós-espetáculo. Leitura da obra cênica. Planejamento de aulas. Criação e desenvolvimento de um processo de Formação de Público com preparação prévia e posterior ao espetáculo. Criação de textos com senso crítico e analítico.

Bibliografia básica:

BALAGAN, Cia. Teatro. Formação do Olhar para o Teatro – 1ª e 2 etapas, **Cadernos Pedagógicos: do inumano ao mais-humano** (1ª versão). Disponível em: <<http://www.ciateatrobalagan.com.br/cadernos/cadernos-inumano/>> 2012. Acesso em: 20 abr. 2022.

DESGRANGES, Flavio. **A Pedagogia do Espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.

KOUDELA, Ingrid. **A ida ao teatro**. Sistema Cultura e Currículo. São Paulo. Disponível

em:http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/Escola%20em%20Cena/Escola_Cena.aspx?projeto=4. Acesso em: 1 abril 2013.

Bibliografia complementar:

DESGRANGES, Flavio. **A Inversão da Olhadela** — Alterações no ato do espectador teatral São Paulo: Hucitec, 2012.

KOUDELA, Ingrid D.; ALMEIDA Junior, José S. (org.). **Léxico de pedagogia do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MOSTAÇO, Edécio. **Soma e subtração: territorialidades e recepção teatral**. São Paulo: Edusp, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jerussa P. Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.



NÚCLEO II: CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

JOGO TEATRAL 1

Ementa: Jogos, brincadeiras e brinquedos como recursos didático-pedagógicos. Jogo simbólico, Jogo dramático, jogo teatral, jogos tradicionais, jogos espontâneos: possíveis interações com a prática escolar. Jogos indígenas e africanos. O papel e as formas do jogo na cultura de tradição popular alagoana. Jogo e pensamento.

Bibliografia básica:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COURTNEY, Richard. **Jogo, Teatro e Pensamento: As Bases Intelectuais do Teatro na Educação**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

KOUDELA, Ingrid. **Jogos teatrais**. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2.^a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o Jogo como Elemento da Cultura**. 7.^a ed. São Paulo: Ed. Perspectiva/EDUSP, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko M.(org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14.^a ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SLADE, Peter. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1978.



JOGO TEATRAL 2

Ementa: Introdução à linguagem teatral por meio de jogos teatrais. Os jogos teatrais como instrumento da experiência cênica e educativa. A metodologia do jogo mais livre e espontâneo e dos jogos mais elaborados quanto às regras. Aplicações e o sentido dos jogos tanto para a construção atoral quanto para o Teatro na educação. Jogos preparatórios. Jogos improvisacionais. O texto no jogo teatral. Jogos etno-raciais e suas possibilidades cênicas. O trânsito dos jogos da tradição popular para a cena.

Bibliografia básica:

KOUDELA, Ingrid. **Jogos teatrais**. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
RYNGAERT, Jean Pierre. **Jogar, representar**. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.
SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Bibliografia complementar:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
KOUDELA, Ingrid. **Brecht: um jogo de aprendizagem**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
KOUDELA, Ingrid. **Texto e jogo: uma didática brechtiana**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 2010.
PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
TAVARES, Renan (Org.). **Entre coxias e recreios: recorte da produção carioca sobre o ensino de teatro**. São Paulo: Yendis, 2006.



TEATRO EDUCAÇÃO

Ementa: O binômio Teatro Educação. Teatro como forma de conhecimento. O domínio da linguagem teatral através do envolvimento do jogo. O estudo e a fundamentação teórica das diferentes abordagens dramáticas na educação. Estudos teórico-práticos e metodológicos da linguagem teatral em espaços formais e não formais de ensino. O teatro e a educação para a mudança e a transformação social.

Bibliografia básica:

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RYNGAERT, Jean-Pierre. **Jogar. Representar**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

Bibliografia completar:

CABRAL, B. **O drama como método de ensino**. São Paulo: Hucitec, 2006.

DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do Teatro**: provocação e dialogismo. São Paulo: Hucitec, 2006.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht: um jogo de aprendizagem**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PUPPO, Maria Lúcia de S.B. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2010.



PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS

Ementa: Estuda as questões e fundamentos relacionados com o desenvolvimento integral para a cena. Experienciando-se aspectos teórico-práticos das Artes Visuais para a cena. Construindo-se e acreditando-se enquanto docentes/discentes (sujeitos críticos) capazes de constituírem ações educacionais, sensíveis, criativas e sustentáveis no contexto do ensino do teatro.

Bibliografia básica:

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). **O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial.** Dissertação de mestrado, Orientador: Prof. Dr. Sérgio da Costa Borba, defendida no CEDU-UFAL em 2010.

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). **Panorama da cenografia do teatro de Maceió. — O Teatro e Linda Mascarenhas.** Ronaldo de Andrade e Izabel Brandão (Org). Maceió: EDUFAL, 2011.

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação.** Ed. Vozes, 1997.

Bibliografia complementar:

ACIOLI FILHO, José (da Silva). 2017. **A Lei n.º 11.645/2008 e seus reflexos na educação étnico-racial: uma proposta dialógica através do Teatro de Animação.** Tese acadêmica em Doctorado em Ciências da Educação — Faculdade de Ciências Humanas e de Comunicação — Universidad Autónoma de Asunción — UAA, 2017. Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres Gonzales.

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). **A Lei n.º 11.645/2008 no contexto das Relações Étnico-Raciais na Escola.** In: (Org.) Ferraz, A. F./ Wildhagem, J. / Cabral, O. Pluralidades Cênicas. Maceió: EdUFAL, p. 13 - p. 43, 2017.

GOMBROCH, E.H. **História da Arte.** São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11.^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento.
Tradução Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo prático e teórico das Artes Circenses voltado à prática de ensino. Historicidade mundial e nacional. Estudo prático e teórico das habilidades circenses destinadas ao ensino básico através de educativos de acrobacia, de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação da pedagogia da palhaçada e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Criação de números artísticos com o repertório estudado. Pesquisa sobre as formas de transmissão de conhecimento específico. Experimentação do ensino do universo circense na sala de aula com acompanhamento do orientador.

Bibliografia básica:

BORTOLETO, Marco Antônio Coelho. **Introdução à Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Jundiaí: Fontoura, 2008 e 2010.

GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. **Artes Circenses no Âmbito Escolar**. [s.l.]: UNIJUI, 2010.

RUIZ, Roberto. **Hoje Tem Espetáculo? As Origens do Circo no Brasil**. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.

Bibliografia complementar:

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo: Unesp, 2003.

MACEDO, Cristina Alves de. **Educação no Circo: crianças e adolescentes no contexto itinerante**. São Paulo: Quarteto, 2008.

SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. **Respeitável Público... o Circo em Cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

SILVA, Ermínia. **Circo-Teatro: Benjamim de Oliveira e a Teatralidade Circense**. São Paulo: Altana, 2007. Disponível em <https://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Circo-teatro-Benjamim-de-Oliveira-e-Teatralidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

WALLON, Emmanuel. **O Circo no Risco da Arte**. Autêntica, 2002.



PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO

Ementa: Pressupostos e características da pesquisa educacional em teatro. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa educacional em teatro. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no *campo* da pesquisa educacional.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; CUNHA, Fernanda Pereira da (org.). **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

ZAMBONI, Silvo. **A pesquisa em arte: um paralelo de artes e ciência**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2006.

Bibliografia complementar:

A ENTREVISTA na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília, DF: Liber Livro, 2004. (Série pesquisa em educação).

BRANDÃO, Z. (org.) **A crise dos paradigmas e educação**. São Paulo: Cortez, 1994

FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. 2.^a ed. rev. São Paulo: Annablume, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2016.

LINHARES, Célia; FAZENDA, Ivani e TRINDADE, Vitor. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. Campo Grande: EDUFMS, 1999.



POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Ementa: Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

Bibliografia Básica:

- ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB.** Ijuí/ SC: UNIJUI. 1999.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública.** Campinas: Autores Associados, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BRZEZINSKI, Iria (Org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 2000.
- FÁVERO, Osmar (Org.) **A educação nas constituintes brasileiras (1823 – 1988).** 2.^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 7.^a ed. rev. Rio de Janeiro: Moraes, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais.** Maceió/São Paulo: Ed. Catavento, 2001.



PROFISSÃO DOCENTE

Ementa: Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como *lócus* e expressão desse trabalho.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marisa C. Vorraber. **Trabalho Docente e Profissionalismo:** uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga; DAVID, Alessandra. **As interfaces da profissão docente.** São Paulo: Junqueira & Marin, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Profissão Docente: novos estudos, novas perspectivas.** Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos.** Porto Alegre: ARTMED, 1995.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre.** SP: Vozes, 2001.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Org.) **Formação de Professores: Tendências Atuais.** São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 5.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2009.



DIDÁTICA

Ementa: Estudo da didática como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor/aluno/conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI. **Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Amélia Domingues de. **Piaget e a Didática: ensaios**. São Paulo: Saraiva, [s.d.].

LIBÂNEO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.) **Temas de Pedagogia: diálogo entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42.^a ed. Campinas: Autores Associados, 2012.



DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Ementa: Estudos dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

Bibliografia Básica:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. vol. 1. 2.^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2007.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar:

HURLOCK, E. B. **Desenvolvimento do Adolescente**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.

INHELDER, B. e PIAGET, J. **Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais**. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.

KUPFER, M. C. **Freud e a Educação**. O mestre do impossível. 3.^a Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.



GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR

Ementa: Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento, e da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

Bibliografia básica:

- GANDIN, Danilo. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5.^a ed. São Paulo: Heccus Editora, 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2005.

Bibliografia complementar:

- FURLAN, M. e HARGREAVES, A.A. **Escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEYER Jr., Victor. A Escola como organização complexa. In: Ana Maria Eyng; Maria Lourdes Gisi. (Org.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 231 - 261.
- VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola**. 8.^a ed. São Paulo: Papirus, 2010.
- VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

Ementa: As ciências e o conhecimento científico: sua natureza e o modo de construção nas ciências humanas e sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos. Leitura como leitura de mundo. Ensino, pesquisa e extensão: o tripé da formação universitária brasileira. Produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer universidade. Arte e ciência como conhecimento. Intuição, intelecto e criatividade em arte e ciência. O paradigma em arte e ciência.

Bibliografia básica:

COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.** Maceió. EDUFAL, 2010.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** 14.^a ed. São Paulo: Ática, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 20.^a ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica.** 8.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRANDÃO, Z. (org.) **A crise dos paradigmas e educação.** São Paulo: Cortez, 1994

DEMO, P. **Educar pela pesquisa.** São Paulo: Autores Associados, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.^a ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 2.^a ed. rev. e ampl. Atlas, 1990.



LIBRAS

Ementa: Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia básica:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTNHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. **Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

LOPES FILHO, Otacílio (org.) **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática**. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.



NÚCLEO III: CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO

Ementa: Prática pedagógica voltada ao desenvolvimento de projeto de montagem cênica. Evidenciar o processo pedagógico da criação cênica e dos diversos elementos teatrais envolvidos. Possibilitar o contato direto do estudante de teatro com a montagem cênica, conferindo-lhe responsabilidade sobre todas as etapas que envolvem uma montagem. Apresentação pública dos resultados alcançados.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**. Santo André/SP, v. 1, n.º 0, 2003.

BROOK, Peter. **A porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. 3.^a ed. Trad. Antônio Mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Antonio de Araújo. **A gênese da Vertigem**: o processo de criação de O Paraíso Perdido. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Bibliografia complementar:

ABREU, Luís Alberto. A personagem contemporânea. **Sala Preta**, São Paulo, v. 1, n.º 1, 2001.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PALLOTTINI, Renata. **Introdução à dramaturgia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral**: 1880 – 1980. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RYNGAERT, J. P. **Introdução à análise do teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

ARANTES, A.A. **O que é Cultura Popular**. São Paulo. Brasiliense. 1982.

BRANDÃO, R. Carlos. **O que é folclore**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CAVALCANTI, Telma. **Tradição e Juventudes em Alagoas: o grupo de coco de roda Xique-Xique**. Tese de Doutorado, PPGE/UFAL. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.UFAL.br/handle/riUFAL/2468>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Mário de. (org. Oneida Alvarenga). **Danças dramáticas do Brasil:** tomos I, II e III. 2.^a ed. São Paulo: Itatiaia/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, [s.d.].

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. São Paulo: Zahar Editora, 1986.

SANTOS, Boa Ventura. **Para além do Pensamento Abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, outubro 2007: p. 3-46. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SILVA, Daniela Barros Pontes. **Educação, resistências e tradição oral:** a transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais. Brasília: UNB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24411>. Acesso em: 07 jan. 2021.

RODRIGUES, Graziela. **Bailarino - Pesquisador - Intérprete**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CAVALCANTI, Telma César. **Guerreiro e identidade alagoana**. Revista Graciliano, Imprensa oficial Graciliano Ramos, Maceió, ano IV, n.10, set/out.,2011.

DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Mário de. (org. Oneida Alvarenga). **Danças dramáticas do Brasil**: tomos I, II e III. 2.^a ed. São Paulo: Itatiaia/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, [s.d.].

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e Renascimento**. O contexto de François Rabelais. 7.^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). **Arte em Alagoas: algumas reflexões**. Maceió: EdUFAL, 2013.

PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

CAVALCANTI, Telma. **Tradição e Juventudes em Alagoas:** o grupo de coco de roda Xique-Xique. Tese de Doutorado, PPGE/UFAL. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.UFAL.br/handle/riUFAL/2468>. Acesso em: 15 jan. 2021.

DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação.** Maceió: EDUFAL, 2010.

VILELA, Aloísio. **O coco de Alagoas:** origem, evolução, dança e modalidades. Maceió: EDUFAL, 2003.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Mário de. (org. Oneida Alvarenga). **Danças dramáticas do Brasil:** tomos I, II e III. 2.^a ed. São Paulo: Itatiaia/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, [s.d.].

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e Renascimento.** O contexto de François Rabelais. 7.^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna:** Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.^a ed. São Paulo: Edusp, 2013.

PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas.** São Paulo: Perspectiva, 2008.



PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada projeto de extensão ao qual está vinculado. Propõe a atuação dos discentes em projetos de pesquisa, produção e difusão das artes cênicas à comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**, Santo André/SP, v. 1, n.º 0, 2003.

ARAÚJO, Antonio. A Encenação Performativa. In: **Revista Sala Preta 9**. São Paulo: ECA/USP, 2009.

STANISLAVSKI, Constantin. **A construção da personagem**. Ed. Civilização Brasileira, 1970.

Bibliografia complementar:

COHEN, Renato. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**, São Paulo, Ed. 34, 1998.

FERNANDES, Sílvia. **Memória e invenção: Gerald Thomas em Cena**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.



PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada projeto de extensão ao qual está vinculado. Propõe a atuação dos discentes em projetos de pesquisa, produção e difusão das artes cênicas à comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**, Santo André, v. 1, n.º 0, 2003.

ARAÚJO, Antonio. A Encenação Performativa. In **Revista Sala Preta 9**. São Paulo: ECA/USP, 2009.

STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Ed., Civilização Brasileira, 1986.

Bibliografia complementar:

COHEN, Renato. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**. São Paulo, Ed. 34, 1998.

FERNANDES, Sílvia. **Memória e invenção: Gerald Thomas em Cena**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.



PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir da proposição de atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, as artes cênicas, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento. Planejamento, pré-produção, execução, pós-produção e avaliação de eventos acadêmicos no âmbito do curso.

Bibliografia básica:

AVELAR, Rômulo. **O Averso da Cena**. Notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.

AVOGRADO, Enrique. Quanto vale a cultura? O papel dos indicadores e das estatísticas nas políticas públicas para a economia da cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 23, p. 46-54, dez. 2017/maio 2018.

GADELHA, Rachel – Produção Cultural e Cidades. Texto apresentado no curso de Gestão e Políticas Culturais EAD do Itaú Cultural/ Observatório Itaú Cultural. 2017.

Disponível em

<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/176/1392494461158941900.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Bibliografia complementar:

BARROS, José Márcio. Mercado de Trabalho em mutação: gestão cultural e formação profissional. **Anais do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO CULTURAL**, 4 a 7 nov. 2008. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Duo, 2008. Disponível em: <http://www.duo.inf.br/ANAIS_web_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2011.

SOUSA E SILVA, Liliana. **Gestão cultural contemporânea na perspectiva da ação cultural**: aproximação conceitual e análise de uma experiência. Monografia apresentada ao curso de especialização em Gestão Cultural da Cátedra Unesco de Políticas Culturales y Cooperación da Universitat de Giron. São Paulo, 2010. Disponível em: http://tauariconsultoria.com.br/Liliana%20Sousa%20e%20Silva_monografia_30%2008%202010.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO n.º 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018** (MEC/CNE/CES). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jun. 2019.

RODRIGUES, Anna. **O Perfil do Produtor de Teatro em Maceió**: Características do Modo de Fazer nos Grupos de Teatro Atuentes em 2014. 1. ed. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2013. p. 1-109. Disponível em: <http://www.repositorio.UFAL.br/handle/riUFAL/1923>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RUBIM, Albino. Mercado de Trabalho em mutação: gestão cultural e formação profissional. **ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO CULTURAL**, 4 a 7 nov 2008. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Duo, 2008. Disponível em: <http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/lrkoppe/Livros%20e%20outros%20materias%20de%20gest%C3%A3o%20cultural/1%C2%BA%20Semin%C3%A1rio%20Internacional%20de%20gest%C3%A3o%20cultural.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.



PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir da proposição de atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, as artes cênicas, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento. Planejamento, pré-produção, execução, pós-produção e avaliação de eventos acadêmicos no âmbito do curso.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, Kadidja Valéria Reginaldo de. **Planejamento e Organização de Eventos** Disponível em:

<https://avant.grupont.com.br/dirVirtualLMS/arquivos/arquivosPorRange/0000000447/texto/570b1f67b995cd51da1e6f70911578bc.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2021.

LARA, Larissa Mongruel Martins de. **Gestão de Eventos e Cerimonial Público e Privado** PONTA GROSSA / PARANÁ 2017. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/176163/2/Tipologia%20de%20Eventos%20-%20UAB%20um%20a%20um.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. EDUFBA, 2005.

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/146/4/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

Bibliografia complementar:

FREIBERGER, Zélia. **Organização de Eventos**. Disponível em:

http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/753/3a_disciplina_Organizacao_de_Eventos.pdf?sequence=1&isAllowed=y

IFE-Espírito Santo. **Guia rápido de organização de eventos**. Disponível em:

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Comunicacao/guia_rapido_eventos/guia_rapido_para_organizacao_de_eventos.pdf

INA. **Guia prático para a realização de webinars**. Disponível em: <http://www.ina.pt>

Acesso em: 10 jan. 2021.



OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares voltadas a atuação dos discentes em realidades sociais e espaços coletivos distintos, como escolas, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, entre outros. Visa a realização de oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

GAMA, Joaquim. "Produto ou processo: em qual deles estará a primazia?". **Sala Preta**, v. 2. n.º 2. São Paulo: ECA USP, 2002.

GIANINI, Marcelo. **João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA USP, 2009.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro**. (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.

Bibliografia complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paz e Terra, 2014.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GUENÓUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: Perspectiva, 2004.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na Pós-Modernidade**. São Paulo, Perspectiva, 2012.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo**. São Paulo: Hucitec, 2004.



OFICINAS LIVRES DE TEATRO 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares voltadas a atuação dos discentes em realidades sociais e espaços coletivos distintos, como escolas, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, entre outros. Visa a realização de oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

GAMA, Joaquim. "Produto ou processo: em qual deles estará a primazia?". **Sala Preta**, v. 2 n.º 2. São Paulo: ECA USP, 2002.

GIANINI, Marcelo. **João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA USP, 2009.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro**. (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.

Bibliografia complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paz e Terra, 2014.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GUENÓUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: Perspectiva, 2004.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na Pós-Modernidade**. São Paulo, Perspectiva, 2012.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo**. São Paulo: Hucitec, 2004.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou em atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, ou ainda naquelas realizadas em ONGs, Pontos de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Estudos teóricos das leis e diretrizes da educação, em vigor, com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 1^a a 4.^a séries.** Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: Ministério da Educação — Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 5^a a 8.^a séries.** Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 30 jul.2021.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX.** 2.^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Bibliografia complementar:

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. **Referencial curricular de Alagoas.** Disponível em: <http://educacao.al.gov.br/aviso/item/16996-referencial-curricular-de-alagoas>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.



ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 14.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático**. São Paulo: Hucitec, 2006.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou em atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, ou ainda naquelas realizadas em ONGs, Pontos de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Estudos teóricos das leis e diretrizes da educação, em vigor, com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro.

Bibliografia básica:

BRASIL. Governo Federal. LEI n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41.ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

Bibliografia complementar:

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. **Referencial curricular de Alagoas**. Disponível em: <http://educacao.al.gov.br/aviso/item/16996-referencial-curricular-de-alagoas>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 1ª a 4ª séries**. Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 5ª a 8ª séries**. Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195->



secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático**. São Paulo: Hucitec, 2006.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido impreterivelmente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e nas respectivas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação do *Campo*, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro, e/ou interdisciplinar e pedagógica.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática.** Campinas, SP: Alínea, 2007.

VIEIRA, Alexandre Thomaz et al. **Gestão educacional e tecnologia.** São Paulo: Avercampi, 2003.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 1ª a 4ª séries.** Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: Ministério da Educação — Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 5ª a 8ª séries.** Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 30 jul. 2021.



ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 14.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MASSCHELEIN, Jan e SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX**. 2^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido impreterivelmente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e nas respectivas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), Educação Especial, Educação do *Campo*, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro, e/ou interdisciplinar e pedagógica.

Bibliografia básica:

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org.) **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos dias atuais**. Maceió: Ed. Catavento, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 2.^a ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

Bibliografia complementar:

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Referencial curricular de Alagoas. Disponível em: <http://educacao.al.gov.br/aviso/item/16996-referencial-curricular-de-alagoas>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 1^a a 4.^a séries**. Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: Ministério da Educação — Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 30 jul.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais 5^a a 8.^a séries**. Volume 06 — Arte. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 30 jul. 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX.** 2.^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.



ELETIVAS

CRÍTICA TEATRAL

Ementa: A evolução da crítica enquanto linguagem. As várias teorias que nortearam a produção de crítica. Os principais críticos de teatro no Brasil. A crítica teatral em Alagoas. O exercício da linguagem crítica, tomando como referência os espetáculos de teatro produzidos por grupos, companhias, associações e produtores culturais em Alagoas. Teoria Crítica da escola de Frankfurt: indústria cultural, cultura de massa, cultura popular.

Bibliografia básica:

- BARTHES, Roland. **Escritos sobre teatro**. Trad. de Maria Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ESSLIN, Martin Essler. **Uma Anatomia do Drama**. São Paulo Ed. Zahar, 1978.
- FERSEN, Alessandro. **O Teatro em Suma**. Rio de Janeiro. Ed. Civ. Brasil. 1987.

Bibliografia complementar:

- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- GIRON, Luis Antonio. **Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte: 1826 – 1861**. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: EDIOURO, 2004.
- GUÉNOUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- ROSENFELD, Anatol. **Prismas do teatro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- ROUBINE, Jean-Jacques. **A Linguagem da Encenação Teatral**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1982



ESTÉTICA TEATRAL

Ementa: Estudo e reflexão sobre a relação entre a teoria do teatro elaborada por filósofos, críticos e historiadores das artes cênicas, feita a partir de leituras das obras de encenadores e *performers*, e as poéticas definidas pelos próprios artistas no processo de criação de seus trabalhos. Aliar a teoria e a prática para a compreensão mais ampla do fenômeno teatral. A estética teatral das manifestações artísticas da tradição popular alagoana.

Bibliografia básica:

BORIE, Monique; ROUGEMONT, Martine de; SCHERER, Jacques. **Estética teatral: textos de Platão a Brecht**. 2.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GUINSBURG, J. **Da cena em cena**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PAVIS, Patrice. **Dicionário do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BADIOU, Alain; TRUONG, Nicolas. **Elogio ao teatro**. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

DIDEROT, Denis. **Paradoxo sobre o comediante**. In: Os pensadores — Diderot. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

GUÉNOUN, Denis. **A exibição das palavras** — Uma ideia (política) do teatro. Tradução de Fátima Saadi. Rio de Janeiro: Teatro do Pequeno Gesto, 2003.

LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro pós-dramático**. Tradução de Pedro Sússekind. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

ORTEGA Y GASSET, José. **A ideia do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1991.



LITERATURA DRAMÁTICA – MODERNO TEATRO BRASILEIRO I

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996.

FIGUEIREDO, Guilherme. **A Raposa e as Uvas**. São Paulo: Martins Editora, [s.d.].

LINS, Osman. **Lisbela e o Prisioneiro**. São Paulo: Planeta, 2003.

Bibliografia complementar:

BOAL, Augusto. **Murro em ponta de faca**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

BUARQUE, Chico. **Opera do Malandro**. São Paulo: Cultura, 1978.

GOMES, Dias. **A Invasão / A Revolução dos beatos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MARINHO, Luiz. **A Afilhada de N. S. da Conceição/; Um sábado em 30; A Incelência**. Recife: Imprensa Universitária, 1968

PIMENTEL, Altimar. **Teatro de Raízes Populares**. João Pessoa: Edição do Autor, 2003.



LITERATURA DRAMÁTICA – MODERNO TEATRO BRASILEIRO II

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

ANDRADE, Jorge. **Marta, a Árvore e o Relógio**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BUARQUE, Chico. **Opera do Malandro**. São Paulo: Cultura, 1978.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTE, Homero. **Liberdade e sonho em cena**. Maceió: CESMAC/EDUFAL, 2009.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

Bibliografia complementar:

RODRIGUES, Nelson. **Teatro Completo I: peças psicológicas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, Nelson. **Teatro Completo, 4: tragédias cariocas II**. Rio de Janeiro: Nova

RODRIGUES, Nelson. **Teatro completo, v.3**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.



TEATRO, MÍDIA E EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo das relações entre teatro e mídia: arte, cultura e sociedade. As mídias e a sala de aula. Comunicação, arte e educação: potencialidades. Reflexão teórico-crítica entre arte e mídia e suas aplicações metodológicas no contexto educacional.

Bibliografia básica:

BUSARELLO, Raul Inácio; BIEGING, Patricia e ULBRICHT, Vania Ribas (org.).

Mídia e Educação: novos olhares para a aprendizagem sem fronteiras. São Paulo: Pimenta Cultural, 2013.

BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. **A formação do professor de arte:** do ensaio à encenação. Campinas: Papirus, 1999.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Bibliografia complementar:

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 10.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FANTIN, M. Mídia-educação e a formação do educador. In: **Mídia-educação: conceitos, experiências diálogos Brasil-Itália.** Cidade Futura: Florianópolis, 2006.

GENEVIEVE, Jacquinet. **O que é um educador?** São Paulo: NCE/USP, 1998.

JAPIASSU, R. **Metodologia do ensino do teatro.** Campinas: Papirus, 2000.

BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.



ESTUDOS DO MOVIMENTO 4

Ementa: O relacionamento como possibilidade de desenvolvimento da criatividade e da ampliação do repertório de movimento. Estudos das relações com objetos e com companheiros em ações variadas de aproximar, afastar, tocar, transportar etc.

Bibliografia básica:

DANTAS, Monica. **Dança, o enigma do movimento**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARQUES, Izabel A. **Linguagem da dança: arte e ensino**. São Paulo: Digitexto, 2010.

Bibliografia complementar:

GERALDI, Silvia. Representações sobre técnicas para dançar. In: **Humus 2**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2006.

LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

MACHADO, M^a. A. A. Pinheiro. Corpo do ator e comunicação. In **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. 28.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.

RENGEL, Lenira. **Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências**. São Paulo: Annablume, 2008.



COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA

Ementa: Reflexões e práticas sobre processos de composição coreográfica no contexto da dança e do teatro. Contextualização histórico-conceitual de diferentes abordagens de composição coreográfica no contexto das artes cênicas no ocidente.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Ciane. **O Corpo em movimento:** o sistema Laban/ Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação.** 28.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011.

PAIXÃO, Paulo. E é pra dança perder o juízo? **In: Humus 2.** Caxias do Sul: Itaú cultural, 2007.

Bibliografia complementar:

DANTAS, Monica. **Dança, o enigma do movimento.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GERALDI, Silvia. Representações sobre técnicas para dançar. **In: Humus 2.** Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2006.

MACHADO, M^a. A. A. Pinheiro. Corpo do ator e comunicação. **In: Humus 1.** Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.

OSTROWER, Fayga. **Acaso e Criação Artística.** Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

RENGEL, Lenira. Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências. São Paulo: Ed. Anablume, 2008.



DANÇAS BRASILEIRAS

Ementa: Estudo da mecânica e aprendizado de um vocabulário gestual e corporal oriundo de manifestações tradicionais e populares brasileiras. Estudo coreográfico das danças brasileiras.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Ed. Americana; Brasília, INL, 1974.

ALMEIDA, Renato. Folclore. In: **Cadernos de Folclore**. Gráfica Olímpica Editores, LTDA. Rio de Janeiro, 1976.

ROCHA, José Maria Tenório, e VASCONCELOS, Pedro Teixeira de. **Sobrevivência da lúdica folclórica em Alagoas**. Maceió: DAC (Departamento de Assuntos Culturais) SENECS/MEC, 1975.

Bibliografia complementar:

BARRETO, José Ricardo Paes e PEREIRA, Margarida Maria de Souza. **Festejos Juninos: Uma Tradição Nordestina**. Recife: Nova Presença, 2002.

MELO, Floro de Araújo. **O folclore nordestino em suas mãos (Síntese de Toda uma Região)**. Rio de Janeiro: Estab. Gráficos Borsoi S.A., 1982.

ROCHA, José Maria Tenório. **Folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.

ROCHA, José Maria Tenório. **Folguedos carnavalescos de Alagoas**. Maceió: DAC (Departamento de Assuntos Culturais) SENECS/MEC, 1978.

ROCHA, José Maria Tenório. **Repensando o folclore nordestino (Verificando a sua Aplicabilidade na Sala de Aula)**. Maceió: SECOM, 1990.



TÉCNICAS CIRCENSES

Ementa: Aperfeiçoamento ao estudo das Artes Circenses. Especificidade no estudo da historicidade mundial e nacional. Aperfeiçoamento ao estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços/palhaças e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Estudo do repertório cômico do circo-teatro. Criação de um espetáculo envolvendo os números artísticos com o repertório estudado.

Bibliografia básica:

RUIZ, Roberto. **Hoje Tem Espetáculo? As Origens do Circo no Brasil**. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.

SILVA, Ermínia. **Circo-Teatro: Benjamim de Oliveira e a Teatralidade Circense**. São Paulo: Altana, 2007. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Circo-teatro-Benjamim-de-Oliveira-e-Teatralidade.pdf>.

Acesso em: 10 mai. 2021.

WALLON, Emmanuel. **O Circo no Risco da Arte**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2002.

Bibliografia complementar

AVANZI, Roger e TAMAOKI, Verônica. **Circo Nerino**. São Paulo: Pindorama Circus/Códex, 2004.

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo: Unesp, 2003.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Volume 1 e 2. Jundiaí: Fontoura, 2008 e 2010.

GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. **Artes Circenses no Âmbito Escolar**. Ijuí/Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2010.

SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. **Respeitável Público... o Circo em Cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.



FUNDAMENTOS DO CIRCO

Ementa: Introdução ao universo das Artes Circenses. Introdução à historicidade mundial e nacional. Introdução ao estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços/palhaças e personagens cômicos. Criação de números artísticos com o repertório estudado.

Bibliografia básica:

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010

GONÇALVES, Cristiane C. BELLUCI, Kiko, FAJTLOWICZ, Renee e BECHARA, Thiago S.A. **Linguagem Corporal Circense**. Phorte, 2007.

SANTOS, Ivanildo L. Piccoli. **Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano**. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Alice Viveiros de. **O Elogio da Bobagem** — palhaços no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2005.

DUARTE, Regina Horta. **O Circo em Cartaz**. Belo Horizonte: Einthoven Científica Ltda., 2001.

PANTANO, Andreia Aparecida. **A Personagem Palhaço**. São Paulo: Unesp, 2007.

PIMENTA, Daniela. **Antenor Pimenta Circo e Poesia**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

WALLON, Emmanuel. **O Circo no Risco da Arte**. Autêntica, 2002.



CIRCO

Ementa: Estudo das Artes Circenses. Historicidade mundial e nacional. Estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços/palhaças e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Estudo do repertório cômico do circo-teatro. Criação de números artísticos com o repertório estudado. Experimentação do ensino do universo circense na sala de aula.

Bibliografia básica:

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010

GONÇALVES, Cristiane C. BELLUCI, Kiko, FAJTLOWICZ, Renee e BECHARA, Thiago S.A. **Linguagem Corporal Circense**. Phorte, 2007.

SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. **Respeitável Público... o Circo em cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

Bibliografia complementar:

AVANZI, Roger e TAMAOKI, Verônica. **Circo Nerino**. São Paulo: Pindorama Circus/Códex, 2004.

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo: Unesp, 2003.

CAMARGO, Robson Corrêa de. **“A pantomima e o teatro de feira na formação do espetáculo teatral: o texto espetacular e o palimpsesto”**, in Fênix — Revista de História e Estudos Culturais. Out., nov. e dez. de 2006, v. III — ano III — n.º 4.

DUARTE, Regina Horta. **O Circo em Cartaz**. Belo Horizonte: Einthoven Científica Ltda., 2001.

PANTANO, Andreia Aparecida. **A Personagem Palhaço**. São Paulo: Unesp, 2007.



FIGURINO

Ementa: Conhecimentos básicos sobre a escolha do guarda-roupa para o espetáculo teatral e a utilização de luz e som. Estudos experimentais de figurinos. Pesquisa de materiais expressivos e técnicas construtivas. Relação Conteúdo — Forma — Estrutura — Espaço — Função. O figurino como elemento cênico. Desenvolver em vivência um estudo do Figurino dialogando com a iluminação, sonoplastia e música como instrumentos do espetáculo teatral.

Bibliografia básica:

ANCHIETA, José (Costa). **Auleum**. São Paulo: A Books Editora, 2002

GUERRA, Lisette; ADRIANA, Leite. **Figurino: uma experiência na televisão**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

VIANA, Fausto. **O Figurino Teatral**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

Bibliografia complementar:

KATS, Renina; HAMBURGER, Amélia (org.) **Flávio Império**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MUNIZ, Roseana. **Vestindo os nus**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2004.

RATTO, G. **Antitratado de Cenografia**. São Paulo. Editora SENAC, 2000.

RATTO, G. **A Mochila do Mascate**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1996.

TRAGTENBERG, Livio. **Música de cena**. São Paulo: FAPESP. Editora Perspectiva. 1999.



MAQUIAGEM E MÁSCARA

Ementa: História da maquiagem e inter-relação com os outros elementos da linguagem da cena. Concepção e projeto de maquiagem e caracterização. Função e tipos de Maquilagem. Esquema de cores e suas misturas. Maquiagem e máscaras nas manifestações dramáticas de tradição popular em Alagoas. Estudo de material alternativo de maquiagem. Maquiagem e Máscaras africanas e afro-brasileiras e indígenas.

Bibliografia básica:

BOGATYREV, P. **O Signo Teatral — A Semiologia Aplicada à Arte Dramática**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

CEZIMBRA, Marcia. **Maquiagem Técnicas Básicas**. Ed. SENAC, 2005.

LHULIER, Yolanda. **Elementos de Editoração não Verbal na Pintura Corporal dos Índios Caduveo**. São Paulo: COM-ARTE, 1974.

Bibliografia complementar:

CARBONCINI, Anna. **Perfume e Maquiagem — Numa Exposição**. São Paulo: Práxis Artes Gráficas Ltda., 1978.

MOLINOS, Duda. **Maquiagem**. Ed. SENAC, 2001.

RUSSON, Jacqueline. **Pintando o Rosto**. São Paulo: Editora Manole Ltda., 1994.

VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

TORRES, Domingo Piga. **El Maquillaje Teatral**. Santiago, Chile: Publicaciones Escuela de Teatro, Universidad de Chile, 1968.



CONFECÇÃO DE MÁSCARAS CÊNICAS

Ementa: Desenvolver um estudo sistemático e pedagógico de construção de máscaras cênicas. Introdução e estudo das técnicas de confecção de diversas máscaras teatrais mundiais, de matriz africana, indígena e da cultura popular brasileira. Praticar as técnicas em materiais como: papelagem (cartapesta), couro e materiais recicláveis. Finalizar com uma exposição ou mesmo uma criação cênica de personagens explorando suas movimentações características, ritmos e possibilidades de comunicação em uma apresentação pública.

Bibliografia básica:

ACHCAR, Ana. Cadernos de Textos do Núcleo do Ator/UNIRIO. Textos sobre a Máscara! Disponível em: <https://bityli.com/owDus>. Acesso: 10 fev. 2022.

AMARAL, Ana Maria. **Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos objetos**. São Paulo: Edusp, 1996.

BELTRAME, Valmor. ANDRADE Milton de. **O Teatro de Máscara**. Florianópolis; UDESC, 2010. Disponível em: https://teatrodeanimacao.files.wordpress.com/2016/05/teatro-de-mc3a1scaras_valmor-beltrame-e-milton-de-andrade-org.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

Bibliografia complementar:

LODY, Raul. **Cazumbá: máscara e drama no boi do Maranhão**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 1999.

SANTOS, Ivanildo L. P. **Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano**. Dissertação de Mestrado. UNESP, São Paulo, 2008.

SARTORI, Donato. **Le Maschere nell'antichità: storia modi e metodi della maschera dell'arte**. Pontedera: Bandecchi & Vivaldi, 2003.



SOARES, Ana Lúcia Martins (Ana Aschcar). **O Papel do jogo da máscara teatral na formação e no treinamento do ator contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Teatro) - Centro de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação, UNIRIO, 1999.

TESSARI, Roberto. **Teatro e Antropologia tra Rito e Spettacolo**. Roma: Carocci editore S.p.A, 2004.



DRAMATURGIA

Ementa:

Reflexão sobre fenômeno teatral. O texto dramaturgico e o texto espetacular. Formas do texto teatral. Diferenças entre teatro épico e a dramática rigorosa. Dramaturgia em processo, adaptações e outras formas da produção dramaturgica. Dramaturgia africana e afrodescendente. Dramaturgia nas formas espetaculares da tradição popular alagoana. Prática dramaturgica.

Bibliografia básica:

BULHÕES, Marcos Aurélio. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro.** (Tese de Doutorado) - ECA/USP, São Paulo. 2006.

NICOLETE, Adélia. **Da cena ao texto: dramaturgia em processo colaborativo.** (Dissertação de Mestrado) - ECA/USP, São Paulo. 2005.

PUPO, Maria Lúcia. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

Bibliografia complementar:

MAGALDI, S. **O texto no teatro.** Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1989.

NICOLETE, Adélia. **Ateliês de Dramaturgia: práticas de escrita a partir da integração artes visuais-texto-cena.** (Tese de doutorado) - ECA/USP, São Paulo. 2013.

PALLOTTINI, R. **Dramaturgia.** Construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.

PALLOTTINI, R. **Introdução à dramaturgia.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

REWALD, Rubens. **Caos/Dramaturgia.** São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2005.



LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS CONTEMPORÂNEAS

Ementa: Desenvolvimento de projetos individuais ou em grupos que tenham como demanda o estudo de práticas e poéticas teatrais da contemporaneidade, como: arte da performance, teatro performativo, teatro documental, o pós-dramático, processos colaborativos de criação, entre outros.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Sílvia e AUDIO, Roberto (org.) **Teatro da Vertigem**. BR-3. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 2006.

KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

LEHMANN, Hans-Thies. **O teatro pós-dramático**. São Paulo, Cosac & Naify, 2007.

Bibliografia complementar:

BARBA, Eugênio. **Além das ilhas flutuantes**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1991.

COHEN, Renato. **Performance como Linguagem**, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.

FISCHER, Stela. **Processo Colaborativo e experiências de companhias teatrais brasileiras**. Hucitec: São Paulo, 2010.

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**, São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

PAVIS, Patrice. **A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.



LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA

Ementa: Elaboração de textos teatrais a partir de procedimentos que integrem escrita e experimentação objetivando instrumentalizar o ator-dramaturgo para construção ficcional e cênica. Técnicas dramatúrgicas dos principais autores ou formas teatrais. O conceito contemporâneo de dramaturgia. Processos coletivos de criação de texto. Transcrição e outras formas de construção dramatúrgica. A escrita cênica no processo de ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. A personagem contemporânea. **Sala Preta**, São Paulo, v. 1, nº 1, 2001.

BULHÕES, Marcos Aurélio. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro**. Tese de Doutorado - ECA/USP, São Paulo, 2006.

NICOLETE, Adélia. **Ateliês de Dramaturgia: práticas de escrita a partir da integração artes visuais-texto-cena**. Tese de doutorado - ECA/USP, São Paulo, 2013.

Bibliografia complementar:

COHEN, R. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NICOLETE, Adélia. **Da cena ao texto: dramaturgia em processo colaborativo**. Dissertação de Mestrado - ECA/USP, São Paulo, 2006.

PALLOTTINI, R. **Dramaturgia**. Construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.

PALLOTTINI, R. **Introdução à dramaturgia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

REWALD, Rubens. **Caos/Dramaturgia**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2005.



COMMEDIA DELL'ARTE

Ementa: Desenvolver o estudo prático e teórico da Pedagogia das Máscaras na formação do ator e da atriz através da investigação de pesquisa com foco na Commedia dell'Arte envolvendo para isso as técnicas de improvisação e criação de personagens tipos do imaginário popular brasileira relacionado à tradição europeia.

Bibliografia básica:

FO, Dario. **Manual Mínimo do Ator**. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 1998.

SCALA, Flaminio. **A loucura de Isabella**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SANTOS, Ivanildo Lubarino Piccoli dos. **O dueto cômico: da Commedia dell'arte ao cavalo marinho**. 2015. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190866>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Bibliografia complementar:

AMARAL, Ana Maria. **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Ivanildo L. P. **Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano**. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.

TESSARI, Roberto. **La Commedia dell'Arte. Genesi d'una società dello spettacolo**. Lecce, Italia: Laterza, 2013.

TESSARI, Roberto. **Commedia dell'arte: la Maschera e l'Ombra - problemi di storia dello spettacolo**. MURSIA, 1989.



OFICINA DE DIREÇÃO TEATRAL

Ementa: Os principais diretores da História do Teatro e suas concepções. Noções de direção. Plano de direção. Estruturação do espetáculo. Análise do texto. Encenação. Direção teatral e Meio Ambiente. A definição dos elementos visuais: luz, figurino, cenário. Os elementos sonoros. Cronograma, produção, temporada.

Bibliografia básica:

BROOK, Peter. **A porta aberta:** reflexões sobre a interpretação e o teatro. 3.^a ed. Trad. Antônio Mercado. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.
CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato.** São Paulo: Ed. 34, 1998.
WEKWERTH, M. **Diálogo sobre a encenação.** São Paulo: Hucitec, 1984.

Bibliografia complementar:

GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson.** São Paulo: Perspectiva, 1986.
GROTOWSKI, J. **Em busca de um teatro pobre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
STANISLAVSKI, Constantin. **A construção da personagem.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.
STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.
STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator.** Rio de Janeiro: Ed., Civilização Brasileira, 1986.



SONOPLASTIA E SONORIZAÇÃO

Ementa: Estudo teórico-prático da sonoplastia e da sonorização de espetáculos teatrais. Redimensionamento da conscientização do universo sonoro circundante. A sonoplastia como técnica e processo de criação. Sonoplastia e Meio Ambiente. A sonoplastia ao vivo e a sonoplastia gravada. Funções da sonoplastia: informação e expressão (intensificação, multiplicação, diminuição, clima, comentário, contraste e perspectiva). Música da cena e música cênica. Direção musical, trilha sonora e sonoplastia. A relação do som com os vários elementos do espetáculo. Criação, gravação, montagem, roteirização e operação de trilha sonora para o evento teatral.

Bibliografia básica:

CAMARGO, Roberto Gill. **A sonoplastia no teatro**. Rio de Janeiro: INACEN, 1986.

SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

TRAGTENBERG, Lívio. **Música de cena**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 1999.

Bibliografia complementar:

CAMARGO, Roberto Gill. **Som e cena**. Sorocaba/São Paulo: TCM Comunicação, 2001.

CINTRA, Fabio C.M. **A musicalidade como arcabouço da cena**: caminhos para uma educação musical no teatro. Tese de doutorado - ECA/USP, São Paulo, 2006.

OUVIROUVER, Revista do Departamento de Música e Artes Cênicas, da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia. v.1. Uberlândia: EDUFU, 2005.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/issue/view/30>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, Fátima Carneiro dos. **Por uma escuta nômade**: a música dos sons da rua. São Paulo: Educ, 2002.

SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual Estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: UNESP, 1997.



WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO

Ementa: Estrutura, natureza e significados do jogo: distinção e relações entre jogo e esporte. O jogo no processo de formação do indivíduo. Classificações do jogo. O jogo e as brincadeiras como procedimento de ensino e como conhecimento. O jogo do ponto de vista da antropologia e da psicologia. O jogo na cultura indígena. Aspectos metodológicos do jogo e das brincadeiras na Educação. Ensino e prática dos jogos e brincadeiras, considerando os princípios socioeducativos para diferentes populações (pessoas com necessidades especiais).

Bibliografia básica:

BROUGÈRE. G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.

BROUGÈRE. G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.

Bibliografia complementar:

CALLOIS, R. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

ROSAMILHA, N. **Psicologia do jogo e aprendizagem infantil**. São Paulo: Pioneira, 1979.

FREIRE, J. B. **Jogo: entre o riso e o choro**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FREIRE, J. B.; VENÂNCIO, Silvana. (org.). **O Jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados. 2005.



ENCENAÇÃO E PEDAGOGIA

Ementa: Encenação como prática de ensino. Pedagogias da encenação. Encenadores pedagogos: princípios, sistemas e práticas de criação. Teatro como instrumento de aprendizagem ética. Prática da encenação como pedagogia de ensino da linguagem teatral.

Bibliografia básica:

BRECHT, Bertolt, **Estudos sobre o teatro**. Trad. Brandão, Fiamma Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WEKWERTH, M. **Diálogo sobre a encenação**. São Paulo: Hucitec, 2007.

THAÍS, Maria. **Na Cena do Dr. Dapertutto**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia complementar:

DOSSIÊ APOCALIPSE. **Sala Preta**, São Paulo, v. 1, n.º 1. P. 117 - 172.

GIANINI, Marcelo. **João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade**. (Dissertação de mestrado) – ECA, USP, São Paulo, 2009.

MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo**. São Paulo: Hucitec, 2004.

PAVIS, Patrice. **A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SILVA, Antonio Araújo. A Encenação Performativa. In: **Revista Sala Preta 9**. São Paulo: ECA/USP, 2009.



A PEÇA DIDÁTICA DE BERTOLT BRECHT

Ementa: Pedagogia, estética, ética, dramaturgia e encenação das peças didáticas de Bertolt Brecht. A peça didática na educação. O Ato Artístico Coletivo. Jogo e texto.

Bibliografia básica:

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na Pós-Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht: um jogo de aprendizagem**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Um Vôo Brechtiano. Teoria e Prática da Peça Didática**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 1992.

Bibliografia complementar:

BRECHT, Bertolt, **Estudos sobre o teatro**. Trad. Brandão, Fiana Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRECHT, Bertolt. **Histórias do Sr. Keuner**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRECHT, Bertolt. **Poemas: 1913 – 1956**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e jogo**. São Paulo: Perspectiva, 2010

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2011.



PESQUISA ORIENTADA

Ementa: Grupo de estudo orientado para pesquisa com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Organização da pesquisa acadêmica. Orientação para trabalhos de pesquisa. Socialização dos processos individuais. Estudos direcionados aos temas.

Bibliografia básica: conforme as demandas apresentadas pelos discentes.

Bibliografia complementar: conforme as demandas apresentadas pelos discentes.



ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ementa: Introdução aos aspectos característicos e de desenvolvimento de diferentes tipos de deficiência, compreendendo as políticas públicas, a legislação brasileira, a tecnologia assistiva e os diversos recursos de acessibilidade educacional no ensino da Arte para pessoas com deficiência. Estudo da educação inclusiva: fundamentos e paradigmas como *campo* de saber sobre as alteridades da pessoa com deficiência, refletindo acerca da docência artística-educacional. Ensino e práticas corporais voltados às pessoas com deficiência, com vistas à construção de uma pedagogia da Arte, especialmente nas Artes Cênicas, favorecedora do acesso, permanência e sucesso do aluno com deficiência, sustentada em princípios éticos e na aceitação da pluralidade humana, em seus aspectos singulares, sociais e culturais.

Bibliografia básica:

COURTINE, J.J.; CORBIN, A.; VIGARELLO, G. (org.). **História do corpo**. Vol.3: as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAGAZZON, Patrícia Avila **Para além de nossas diferenças: teatro, poéticas e deficiência intelectual**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgac/wp-content/uploads/2018/11/Patri%CC%81cia-Avila-Ragazzon.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Bibliografia complementar:

DINIZ, Débora & SANTOS Wenderson (Org.) **Deficiência e discriminação**. Brasília: Letras Livres: Ed. UnB, 2010.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: VÁ, 2007.

GREINER, Chistine. **O corpo em crise**. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

IDALAN, Monique Moreira. **Comunicação e educação: a adoção das libras no contexto midiático brasileiro**. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade



Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, AL, 2009.

SILVA, Junior, Gilberto Eleutério da. **Conceito da pessoa com deficiência:** permanência e rupturas no processo psicossocial de significação. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidad. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió, 2016.



FOTOGRAFIA CÊNICA

Ementa: A disciplina possibilita acesso à técnica e à história da fotografia, assim como direciona e capacita o discente a captar imagens cênicas durante o semestre em compartilhamento com outras disciplinas.

Bibliografia básica:

HACKING, Juliete. **Tudo sobre fotografia**. Editora Geral: Rio de Janeiro, 2012.

MORLEY, Don. **Fotografia em movimento**. Trad. Eduardo Nogueira, Lisboa: Tempos Livres, 1983.

LUISI, Emidio. **Fotografia de Espetáculo**. 2.^a ed. Bauneário Camboriú, SC: Photos 2013.

Bibliografia complementar:

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre o documento e arte contemporânea**; tradução Constancia Egrejas. São Paulo: Ed. SENAC, 2009.



ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TCC

Ementa: Elaboração de projetos experimentais em artes cênicas; normas da ABNT; identificação de objetivos, hipóteses, métodos, instrumentos e ferramentas de pesquisa; produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer na universidade.

Bibliografia básica:

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos**. Maceió: EDUFAL, 2010.

CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. **Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação**. 2.^a ed. Niterói/RJ: Intertexto, 2004.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Z. (org.) **A crise dos paradigmas e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói; COSMA, José; BAPTISTA, Naidison. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 2002.



TEATRO E CINEMA

Ementa: Estudo teórico-crítico das convergências, atritos e migrações entre a arte teatral e a cinematográfica. Análise da dramaturgia adaptada à linguagem cinematográfica. A personagem no teatro e cinema. Estudo histórico e estético das relações entre o teatro e o cinema.

Bibliografia básica:

BAZIN, André. **O cinema — ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

STAM, Robert. **Teoria e prática da adaptação:** da fidelidade à intertextualidade. In: Ilha do Desterro. A Journal of English Language, Literature in English and Cultural Studies. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2006n51p19>.

Acesso em: 10 fev. 2021.

Bibliografia complementar:

AUMONT, J. **O Cinema e a Encenação**. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008.

MOTA, Marcos. **Dramaturgia fílmica**. IV Reunião Científica de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Disponível em:

<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/1224>. Acesso

em: 10 fev. 2021.

SILVA, Marcel Vieira Barreto. Cinema e literatura dramática: alguns pontos de vista sobre as linguagens teatral e cinematográfica. **Graphos – Revista da Pós-Graduação em Letras**, João Pessoa, v. 9, n. 1, jan./jul./2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/4710>. Acesso em: 10 jan. 2021.

XAVIER, I. **O Olhar e a Cena:** Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.



PRODUÇÃO CULTURAL PARA AS ARTES DO ESPETÁCULO

Ementa: Organização da Cultura e Leis que a regem no Brasil. Elaboração de projetos culturais para as artes do espetáculo dentro e fora da escola. Fontes de financiamento e captação de recursos para projetos culturais. Prestação de contas em projetos culturais.

Bibliografia básica:

AVELAR, Romulo. **O Averso da Cena: notas sobre produção e gestão cultural**. 2.^a ed. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2010.

BARROS, Alice Monteiro de. **As relações de trabalho no espetáculo**. São Paulo: LTR, 2003.

COSTA NETTO, José Carlos. **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.

Bibliografia complementar:

BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural**. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural**. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

FREIRE, Alberto. **Fomento à Cultura**. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

RODRIGUES, Anna C. Q. **O Perfil do Produtor de Teatro em Maceió: características do modo de fazer nos grupos de teatro atuantes em 2013**. Mauritius, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.



TEATRO DO OPRIMIDO

Ementa: Origem e princípios do Teatro do Oprimido (TO); Teoria e prática dos jogos do TO; Modelos teatrais: Teatro-Jornal, Teatro-Imagem e Teatro-Fórum; o Arco-Íris do Desejo e da Estética do Oprimido; TO e construção da cidadania: Teatro Legislativo e Ações Sociais Concretas e Continuadas; Teatro e comunidade.

Bibliografia básica:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

BOAL, Augusto. **Teatro legislativo**: versão beta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia complementar:

BOAL, Augusto. **A árvore do teatro do oprimido**. In: BOAL, Augusto *et al.* [ed.] Metaxis: Informativo do Centro de Teatro do Oprimido. Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto, Rio de Janeiro, n. 4, p. 72-75, 2008.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOAL, Augusto. **O arco-íris do desejo**: método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOAL, Augusto. **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BOAL, Augusto. **Técnicas latino-americanas de teatro popular**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1979.



POÉTICAS DO FEMININO: HISTÓRIA, ARTES, POLÍTICA

Ementa: A disciplina busca refletir sobre a temática feminina na história da arte e nas manifestações artísticas contemporâneas. Procura, através das análises das criações simbólicas, discutir a trajetória política das mulheres artistas, bem como refletir sobre o projeto feminista e seus fundamentos teóricos-metodológicos.

Bibliografia básica:

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *In*: CORRÊA, Mariza et al. (Ed.). **Cadernos Pagu** — Dossiê “História das Mulheres no Ocidente”. v. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu; Unicamp, 1995. p. 9-28.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Valéria. Dramaturgas brasileiras no século XIX: Escritura, Sufragismo e outras transgressões, **Plural Pluriel - revue des cultures de langue portugaise**, nº8, printemps-été 2011, [En ligne] URL: www.pluralpluriel.org. ISSN: 1760-5504. Disponível em:

http://www.plural.digitalia.com.br/index4559.html?option=com_content&view=article&id=323:dramaturgas-brasileiras-no-seculo-xix-escritura-sufragismo-e-outras-transgressoes&catid=80:numero-8-les-femmes-dans-le-theatre-bresilien&Itemid=55. Acesso em: 10 jan. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2.^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero — Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



MATOS, Lara Tatiane de. **Teatro feminista no Brasil**: Loucas de Pedra Lilás. Disponível em: [TEATRO FEMINISTA NO BRASIL: LOUCAS DE PEDRA LILS \(udesc.br\)](http://teatrofeminista.no.brasil:loucasdepedra.lils.udesc.br). Acesso em: 10 nov. 2021.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas**. Edições Aurora. São Paulo, 20016.



BRECHT E O CINEMA

Ementa: Estudo da obra do dramaturgo Bertolt Brecht em uma perspectiva extra teatral; relação do dramaturgo com o cinema; sua contribuição, através do conceito estético-político de “distanciamento”, para a arte contemporânea, especialmente o teatro e cinema.

Bibliografia básica:

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Lisboa: Potugália Editora, 1957.
KOUDELA, Dormien Ingrid. **Um voo brechtiano**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

Bibliografia complementar:

COSTA, Iná Camargo. **A hora do teatro épico no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
EWEN, Frederic. **Bertolt Brecht: sua vida, sua arte, seu tempo**. São Paulo: Globo, 1991.
JAMESON, Fredric. **O método Brecht**. Petrópolis: Vozes, 1999.



OBSERVATÓRIO DE MONTAGENS CÊNICAS VIRTUAIS

Ementa:

Esta disciplina propõe levantar e observar montagens e projetos de montagens cênicas que acontecem de forma remota, em qualquer gênero, estilo ou tendência estética, realizado individualmente ou em grupo, com foco no diálogo do uso das novas alternativas de mídias e formatos de comunicação com o público não presencial. Evidenciar o processo pedagógico das criações cênicas e dos diversos elementos teatrais envolvidos. Possibilitar o contato virtual com os criadores e as criadoras, diálogos sobre seus processos através de webnários. Atentar e consultar a plateia virtual para uma análise da potência cênica e ou teatral resultante das apresentações síncronas ou assíncronas.

Bibliografia básica:

SILVA, Samantha Nascimento da. **Teatro e pandemia**: novas possibilidades de existência para os palcos em 26/03/2020. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/noticias/teatro-e-pandemia-novas-possibilidades-de-existencia-para-os-palcos>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DIÉGUEZ, I.; BORGES), (Tradução: E. UM TEATRO SEM TEATRO: a teatralidade como campo expandido. **Sala Preta**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 125-129, 2014. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v14i1p125-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/81758>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PUPPO, Maria Lúcia de S. B. Teatros documentários: esfera pública e subjetividade. **Sala Preta**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 220-228, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/171624/162746>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Bibliografia complementar:

BONFITTO, Matteo. **O Ator-Compositor**. São Paulo: Ed Perspectiva, 2002.

GROTOWSKI, Jerzy. **Em Busca de um Teatro Pobre**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992



ROUBINE, Jean-Jacques. A Arte do Ator. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

ECO, Umberto. **A Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERRACINI, Renato. **A Arte de Não Interpretar como Poesia Corpórea do Ator**. Campinas: Ed Unicamp, 2001.



OBSERVATÓRIO DA SOBREVIVÊNCIA CRIATIVA DAS ARTES CIRCENSES E DA PALHAÇADA

Ementa:

Esta disciplina propõe um levantamento e observação da sobrevivência criativa das Artes Circenses e da Palhaçada em projetos de transmissões de conhecimentos, montagens cênicas que acontecem de forma remota realizados individualmente ou em grupo, com foco no diálogo do uso das novas alternativas de mídias e formatos de comunicação com o público não presencial. Evidenciar o processo pedagógico das criações circenses e da palhaçada e dos novos e diversos elementos envolvidos. Possibilitar o contato virtual com os criadores e diálogos sobre seus processos através de webnários. Atentar e consultar a plateia virtual para uma análise da potência cênica, circense e cômica resultante das apresentações síncronas ou assíncronas.

Bibliografia básica:

CORRÊA DE CAMARGO, R. A PANTOMIMA E O TEATRO DE FEIRA NA FORMAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL: O TEXTO ESPETACULAR E O PALIMPSESTO. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 4, p. 1-32, 12 dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/786>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. **Respeitável Público... o Circo em Cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314034160_Respeitavel_publicoo_circo_e_m_cena. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, Ivanildo Lubarino Piccoli dos. **O dueto cômico: da Commédia dell'arte ao cavalo marinho**. 2015. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190866>. Acesso em: 20. abr. 2022.



Bibliografia complementar:

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo: Unesp, 2003

BORTOLETO, Marco Antônio Coelho. **Introdução à Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Jundiaí: Fontoura, 2008/2010.

GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. **Artes Circenses no Âmbito Escolar**. [S.l.]: UNIJUI, 2010.

PIMENTA, Daniela. **Antenor Pimenta Circo e Poesia**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

Disponível

em:

<https://aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/12.0.813.057/12.0.813.057.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2022.

RUIZ, Roberto. **Hoje Tem Espetáculo?** As Origens do Circo no Brasil. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.



PLURIVERSO DAS ARTES CÊNICAS: CONEXÕES ENTRE ARTE E VIDA

Ementa:

Esta disciplina propõe uma investigação das interfaces entre prática, reflexão e formação, propondo uma investigação das formas constante no pluriverso das artes cênicas que vem acontecendo por meio remoto na pandemia iniciada em 2020. Serão observados: teatro, artes circenses, dança-teatro, performance, teatro de formas animadas, teatro de e com máscaras, expressões dramáticas da cultura popular, palhaçaria, teatro digitais, priorizando os cursos, montagens, adaptações que acontecem de forma remota, híbrida, virtual, em qualquer gênero, estilo ou tendência estética, realizado individualmente ou em grupo, com foco no diálogo do uso das novas alternativas de tecnologias e redes sociais, formatos de comunicação com o público não presencial. Evidenciar o processo pedagógico das criações cênicas e dos diversos elementos envolvidos. Possibilitar o contato virtual com os criadores e as criadoras, diálogos sobre seus processos. Atentar e consultar a plateia virtual para uma análise da potência cênica e ou teatral resultante das apresentações síncronas ou assíncronas. Observar os eventos virtuais que tratam desta temática com seus pesquisadores, pesquisadoras e fazedores e fazedoras.

Bibliografia básica:

SILVA, Samantha Nascimento da. **Teatro e pandemia: novas possibilidades de existência para os palcos** em 26/03/2020. Disponível em:

<http://www3.eca.usp.br/noticias/teatro-e-pandemia-novas-possibilidades-de-existencia-para-os-palcos>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DIÉGUEZ, I.; BORGES), (Tradução: E. UM TEATRO SEM TEATRO: a teatralidade como campo expandido. **Sala Preta**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 125-129, 2014. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v14i1p125-129. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/81758>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PUPO. Maria Lúcia de S. B. Teatros documentários: esfera pública e subjetividade. **Sala Preta**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 220-228, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/171624/162746>. Acesso em: 20 abr. 2022.



Bibliografia complementar:

BONFITTO, Matteo. **O Ator-Compositor**. São Paulo: Ed Perspectiva, 2002.

2. DESGRANGES, Flavio. **A Pedagogia do Espectador**. São Paulo. Hucitec. 2003.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A Arte do Ator**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

ECO, Umberto. **A Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERRACINI, Renato. **A Arte de Não Interpretar como Poesia Corpórea do Ator**. Campinas: Ed Unicamp, 2001.



FUNDAMENTOS DAS ARTES CIRCENSES: SABERES DO PICADEIRO PARA A NUVEM

Ementa:

Esta disciplina propõe uma introdução e observatório do Pluriverso das Artes Circenses. Introdução à historicidade mundial, nacional e alagoana da presença do circo. Introdução aos estudos práticos e teóricos das habilidades circenses com entrevista de seus fazedores e saberes: acrobacia de solo, malabares e equilíbrio, técnicas de criação de palhaços e palhaças e personagens cômicos e cômicas, criação de números artísticos com o repertório estudado, discussões das novas terminologias circenses como: palhaça, circo novo, circo contemporâneo, circo negro/preto, empreendedorismo circense e suas produções, sobrevivência criativa das Artes Circenses e da Palhaçada durante o período de Pandemia etc. Evidenciar o processo pedagógico das criações circenses e da palhaçada e dos novos e diversos elementos envolvidos. Possibilitar o contato virtual com os criadores e diálogos sobre seus processos através de encontros virtuais. Atentar e consultar a plateia virtual para uma análise da potência cênica, circense e cômica resultante das apresentações síncronas ou assíncronas

Bibliografia básica:

CORRÊA DE CAMARGO, R. A PANTOMIMA E O TEATRO DE FEIRA NA FORMAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL: O TEXTO ESPETACULAR E O PALIMPSESTO. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 4, p. 1-32, 12 dez. 2006. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/786>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. **Respeitável Público... o Circo em Cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/314034160_Respeitavel_publicoo_circo_e_m_cena. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, Ivanildo Lubarino Piccoli dos. **O dueto cômico: da Commedia dell'arte ao cavalo marinho**. 2015. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista



Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11449/190866>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Bibliografia complementar:

BOLOGNESI, Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo: Unesp, 2003.

BORTOLETO, Marco Antônio Coelho. **Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II**. Jundiaí. Fontoura, 2008/ 2010.

GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. **Artes Circenses no Âmbito Escolar**. Ijuí/RS: UNIJUI, 2010.

PIMENTA, Daniela. **Antenor Pimenta Circo e Poesia**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. Disponível em:

<https://aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/12.0.813.057/12.0.813.057.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, Ermínia. **Circo-Teatro: Benjamim de Oliveira e a Teatralidade Circense**. São Paulo: Altana, 2007.



23. REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e Esportes. **Referenciais Curriculares da Educação Básica**. Maceió: SEE, 2014.
- BRASIL. Governo Federal. **Decreto n.º 5.296/04** — Regulamenta a Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília. 2004.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 10.639** — Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília. 2003.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 11.645** — Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília. 2008.
- BRASIL. Governo Federal. **Resolução n.º CNE/CP 1**, de 18 de fevereiro de 2002 — Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília. 2002.
- BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CES n.º 02/2007** — Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília. 2007.
- BRASIL. Governo Federal. **Decreto n.º 5.626** de 22 de dezembro de 2005 — Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília. 2005.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 12.764**, de 27 de dezembro de 2012, protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. 2012.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 12.319**, de 1.º de setembro de 2010 — Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Brasília. 2002.



- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 9.795**, de 27 de abril de 1999 — Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 1999.
- BRASIL. Governo Federal. **Decreto n.º 4.281** de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 2002.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 10.436** de 24 de abril de 2002 — Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Brasília. 2002.
- BRASIL, Governo Federal. **Lei n.º 11.788** de 25 de setembro de 2008 — Dispõe sobre o Estágio de estudantes. Brasília. 2008.
- BRASIL, Governo Federal. **Resolução n.º 12.764** de 27 de dezembro de 2012 — Institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o Parágrafo 3.º do Artigo 98 da Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Brasília. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão de especialistas de ensino de pedagogia. Documento norteador para as comissões de verificação com vistas à autorização e reconhecimento de curso normal superior. Brasília: reunião em 31 de janeiro e 01 e 2 de fevereiro de 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura)** do Ministério da Educação. Brasília. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 9/2001**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Subsídios para a elaboração de proposta de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas**. Março/1999.
- BRASIL Ministério da Educação. **SESU/ Comissão de Especialistas de Ensino de Artes e Design**, CEEARTES. Outubro de 1997.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n.º 02/2007** — Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n.º 02 de 19 de fevereiro 2002** — Institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Brasília. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2 de 1 de julho 2015** — Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 40 de 12/12/2007** — Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005**, regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) — Dispõe sobre o credenciamento de instituições para ofertas de cursos ou programas, na modalidade a distância. Brasília. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Brasília. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 10.098 de 10 de dezembro de 2000** — Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília. 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 10.172/2001** — Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 2.678/02** — Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CONAES n.º 4, de 17 de junho de 2010** — Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante — NDE. Brasília. 2010.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004** — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n.º 1 de 30 de maio de 2012** — Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CP n.º 03 de 10 de março de 2004** — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Brasília. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CP n.º 09/2001**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação. Brasília. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CES n.º 52/2007**, que trata da autorização para o funcionamento de *campus* fora de sede da Universidade Federal de Alagoas. Brasil. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** (Sinaes). Brasília. 2013.
- BRASIL, Universidade Federal de Alagoas. **INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 001/2009** Normatiza os procedimentos para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Dança e dá outras providências. Maceió — AL. 2009.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados** — Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **RESOLUÇÃO n.º 52/2012- CONSUNI/UFAL** — Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante — NDE no âmbito da UFAL. Conselho Universitário da UFAL. Maceió-AL. 2012.
- BRASIL, Universidade Federal de Alagoas. **RESOLUÇÃO n.º 71/2006 CONSUNI/UFAL** — Disciplina os Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da UFAL. Maceió. 2006. UFAL. Universidade Federal de Alagoas/*Campus Sertão. Projeto Político*



Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia de Produção. Delmiro Gouveia/AL: UFAL, 2014.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados**, de 20 de setembro de 2013 — Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas**, de 27 de setembro de 2013 — Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. **Resolução n.º 25/2005** — CEP, de 26 de outubro de 2005 — Institui e regulamenta o funcionamento do regime acadêmico semestral, nos cursos de graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Maceió. 2005.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Alagoas. **Resolução n.º 113/95** — CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013 – 2017. Maceió, 1995.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Alagoas. **Resolução n.º 25/2005** - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Maceió, 2005.



ANEXOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO N.º 2, DE 1.º DE JULHO DE 2015(*)

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O **Presidente do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei n.º 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei n.º 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP n.º 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP n.º 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP n.º 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB n.º 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB n.º 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial do União de 25 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;



CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

CONSIDERANDO que as instituições de educação básica, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que



se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida dá/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho; CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado,

Resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

§ 1.º Nos termos do § 1.º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2.º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

§ 3.º Os centros de formação de Estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, devem concebê-la atendendo às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Art. 2.º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação



Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do *Campo*, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um *campo* específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2.º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 3.º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas — educação infantil, ensino fundamental, ensino médio — e modalidades — educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do *campo*, educação escolar quilombola e educação a distância — a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1.º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições



de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

§ 2.º Para fins desta Resolução, a educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.

§ 3.º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

§ 4.º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do *campo*, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 5.º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - A formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova



a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - A colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - A garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - A articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - O reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - Um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - A equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - A articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - A compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - A compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - Sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;



II - A inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - As atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - A ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - As questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

§ 7º Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do *campo* e a educação escolar quilombola devem reconhecer que:

I - A formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - A formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do *campo* e da educação escolar quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Parágrafo único. Os centros de formação de Estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades



de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASE COMUM NACIONAL

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - À integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - À construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - Ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - Às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do



pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - À elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - Ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - À promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - À consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - À aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Art. 6º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização, de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

CAPÍTULO III

DO (A) EGRESSO (A) DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA



Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - O conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - A pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - A atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - Estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - Desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - Planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - Participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - Análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;



VI - Leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - Cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - Desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - Sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O (A) egresso (a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;



VII - Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do *campo* e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - Promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - Atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.



CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

- I - Cursos de graduação de licenciatura;
- II - Cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; III - cursos de segunda licenciatura.

§ 1º A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada no capítulo II desta Resolução.

§ 2º A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

- I - Planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;



II - Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do *campo* educacional.

Art. 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - Articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - Efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - Coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - Interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - Projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VI - Organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - Recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - Atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do *campo* educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:



- a) Princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) Princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) Conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) Observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) Conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) Diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) Pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) Decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) Pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j) Questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;



I) Pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) Investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) Pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

d) Aplicação ao *campo* da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) Seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do *campo* educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) Mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) Atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO V



DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR: ESTRUTURA E CURRÍCULO

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por *campo* de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - Pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de



gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - Quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - Quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;



III - A carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - Deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

V - Deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - Deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12, consoante o projeto de curso da instituição;

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 5º A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituições de educação superior, preferencialmente universidades, que ofereçam curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.



§ 6º A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, procederá à avaliação do desenvolvimento dos cursos de formação pedagógica para graduados, definindo prazo para sua extinção em cada Estado da federação.

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - Quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - Quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - A carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

§ 2º Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 3º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Os cursos descritos no caput poderão ser ofertados a portadores de diplomas de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação.



§ 5º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

§ 8º A oferta dos cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 9º A oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 10. Os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão às diretrizes operacionais estabelecidas na presente Resolução.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. Parágrafo único. A formação



continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - Os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - A necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - O respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - O diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - Atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - Atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - Atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - Cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;



V - Cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - Cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - Curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

§ 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino.

CAPÍTULO VII

DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SUA VALORIZAÇÃO

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;



§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

- I - Preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - Participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;
- III - Orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - Avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - Reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- VI - Participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VII - Atividades de desenvolvimento profissional;
- VIII - Outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

- I - Acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;
- II - Fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do



Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - Diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação lato sensu, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - Revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - Manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - Elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - Oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais



Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Art. 23. Os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Art. 24. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP n.º 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP n.º 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução n.º 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução n.º 3, de 7 de dezembro de 2012.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA



ANEXOS

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura em Teatro
Colegiado do Curso de Graduação

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2022

Disciplina os procedimentos para a realização dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios do curso de Licenciatura em Teatro e dá outras providências.

I. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Considerando a lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;

Considerando a Cartilha Esclarecedora sobre a lei do estágio: lei n.º 11.788/2008; do Ministério do Trabalho e Emprego;

Considerando a Portaria n.º 01/2016 – Prograd/UFAL, que delega competência aos coordenadores de estágio dos cursos de graduação da UFAL para assinarem os Termos de compromisso dos estágios curriculares supervisionados;

Considerando a instrução normativa n.º 01/2018 – Prograd/UFAL, que dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos ao aproveitamento das atividades realizadas no Programa Residência Pedagógica para o aproveitamento de estágios curriculares obrigatórios para acadêmicos dos cursos de licenciatura desta universidade que participarem do Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES;

Considerando a instrução normativa n.º 213 – Ministério da Economia/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, de 17 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 18/12/2019, ed. 244; Seção 1; p.33;



Considerando a resolução n.º 95/2019 – Consuni/UFAL, de 10 de dezembro de 2019, que disciplina os estágios curriculares supervisionados dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da UFAL;

Considerando a instrução normativa n.º 01 – Prograd/UFAL, de 22 de julho de 2019, que disciplina os estágios curriculares não obrigatórios para os alunos dos cursos da Universidade Federal de Alagoas – UFAL;

Considerando a instrução normativa n.º 03 – Prograd/UFAL, de 16 de dezembro de 2019, que disciplina os procedimentos relativos aos estágios curriculares supervisionados obrigatórios para os alunos dos cursos da UFAL;

Considerando a instrução normativa n.º 04 – Prograd/UFAL, de 16 de dezembro de 2019, que disciplina e orienta os processos de aproveitamento de atividades laborais, estágios não obrigatórios e outras atividades acadêmicas para fins de dispensa parcial ou total das cargas horárias de estágios obrigatórios;

Considerando a instrução normativa n.º 05 – Prograd/UFAL, de 16 de dezembro de 2019, que disciplina e orienta os processos de aproveitamento de atividades laborais, para fins de dispensa parcial da carga horária dos estágios obrigatórios nos cursos de Pedagogias e licenciaturas;

Considerando a Cartilha de Estágio (Prograd/UFAL): orientações sobre os estágios curriculares supervisionados na UFAL;

Assim posto, o órgão colegiado do curso de Licenciatura em Teatro, no uso de suas atribuições regimentais e da legislação em vigor, resolve:

Estabelecer e divulgar as diretrizes basilares para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) no curso de Licenciatura em Teatro.

II. DA DEFINIÇÃO E DA CONCEPÇÃO

Art. 1º. O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório (doravante ECSO) é uma atividade de formação definida no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFAL como o “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do/da estudante para o trabalho profissional”.



Art. 2º. O ECSO contribuirá para os processos de ensino e aprendizagem da Arte (Teatro), adotando estratégias e recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento dos saberes democráticos.

Art. 3º O ECSO fomentará, em consonância à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Art. 4º O ECSO articulará, em suas diferentes ações, as dimensões da criação; da crítica; da estesia; da expressão; da fruição e da reflexão, com o intuito de facilitar o processo de ensino e aprendizagem em Arte (Teatro).

Art. 5º O ECSO integrará a teoria e a prática e terá como enfoque o planejamento, a observação, a regência, a avaliação de aula, a intervenção e a pesquisa, sob mentoria de professores ou coordenadores experientes do campo de estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e de acordo com as Leis Federais, os Decretos, as Portarias e todos os Atos Normativos vigentes na UFAL.

Art. 6º O ECSO considerará a integração entre o ensino e o mundo do trabalho, considerando o perfil do egresso, e produzirá o contato efetivo do/a aluno/a com a instituição concedente, envolvendo experiências em **organização, planejamento, intervenção pedagógica (projetos); exercício da docência (regência) e orientação.**

§1º Observação é a ação que proporciona mapear os dados significativos acerca do cotidiano e da gestão escolar. Envolve o conhecimento dos processos de ensino e aprendizagem, dos conteúdos, das competências e das habilidades inerentes à formação dos/das futuros/as professores/as. Compreende o acompanhamento das atividades administrativas das instituições concedentes, bem como o acompanhamento e a participação nas atividades desenvolvidas pelo/a supervisor/a (tanto na rede escolar de ensino quanto em modalidades não formais de ensino, quando for o caso). A partir de 2022.1, os docentes orientadores de ECSO seguirão uma tabela com a sugestão de roteirização de horas para essa modalidade.



§2º Planejamento é a ação que deve ser realizada na instituição concedente sob a supervisão de um profissional, que indicará as necessidades a serem contempladas pela **Intervenção pedagógica**. Envolve também o processo de elaboração, discussão e apresentação do plano de atividades de estágio.

§3º Intervenção pedagógica (projetos) é a ação elaborada pelo/a estagiário/a em acordo com a rede escolar de ensino para a realização de uma atividade ou de uma ação pontual. Esse projeto de intervenção deve ser planejado de forma que as necessidades da instituição de ensino sejam contempladas. Sob tutela do supervisor e do orientador de ECSO, a intervenção pedagógica poderá ocorrer também nos espaços não escolares e não formais de ensino, quando for o caso.

§4º Intervenção pedagógica (pesquisa) é a ação que inclui a elaboração e a execução de um projeto de pesquisa para que os/as estagiários/as estudem aspectos do cotidiano da escola ou do ensino e da aprendizagem em Artes (Teatro e disciplinas afins). Os projetos podem ser direcionados para que o/a estagiário/a colete dados nas escolas por meio da leitura de documentos, da aplicação de instrumentos de pesquisa etc.

§5º Regência é a ação que ocorrerá de diferentes e planejadas formas. É uma atividade que deverá sempre ser acordada com o/a professor/a da escola e sob supervisão. Alguns exemplos de regência na rede escolar de ensino e/ou em outras modalidades de ensino formal e não formal são: auxílio na condução de atividades; assistência na execução de projetos; coparticipação na elaboração e no desenvolvimento de aulas e sequências didáticas, bem como outras ações sugeridas pelo/a professor/a orientador/a. A partir de 2022.1, os docentes orientadores de ECSO seguirão uma tabela com a sugestão de roteirização de horas para essa modalidade.

§6º Orientação são as orientações gerais sobre a formalização, o planejamento e a execução do ECSO. Envolve o auxílio na elaboração do plano de atividades, dos relatórios finais, assim como outras atividades afins ao ECSO.



III. DA COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO, SUAS DIFERENTES FORMAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO, OBSERVADO O RESPECTIVO REGULAMENTO DA UFAL DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <https://UFAL.br/estudante/graduacao/estagios>

Art. 7º O ECSO compreenderá o total de 400 (quatrocentas) horas, subdivididas em 04 componentes curriculares obrigatórios:

- Estágio Supervisionado 1 (100h);
- Estágio Supervisionado 2 (100h);
- Estágio Supervisionado 3 (100h);
- Estágio Supervisionado 4 (100h).

Art. 8º O ECSO deverá ser desenvolvido em parceria com as instituições escolares de Educação Básica, em especial as das redes públicas de ensino.

§ 1º Entende-se por Educação Básica, o que consta na lei n.º 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 21, a saber, “A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”.

Art. 9º No cumprimento do ECSO, será reservada a fração de $\frac{1}{4}$ da carga horária total (ou 100 horas) do estágio para outras modalidades de ensino previstas na LDB, quais sejam:

- Educação Profissional e Tecnológica;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Especial;
- Educação Bilíngue de Surdos;
- Educação Escolar Quilombola;
- Educação Indígena;
- Educação no campo;
- Educação à distância (EAD).



Art. 10º Caso o ECSO ocorra em espaços não escolares ou não formais, não poderá ultrapassar $\frac{1}{4}$ (ou 100 horas) da carga horária total de estágio.

§ 1º Entende-se por espaços não escolares e/ou não formais de ensino, as instituições que firmarem convênio com a UFAL nos termos da lei federal de estágio (lei n.º 11.788/2008), a saber:

- Teatros; Museus; Casas de Cultura; Arquivos Públicos; Laboratórios de Ensino; Laboratórios Didáticos; ONGs; Fundações Culturais; Editoras; Associações filantrópicas e/ou Entidades sem fins lucrativos; Atividades de Consultoria Técnica em educação ou na área de formação específica do Teatro (e/ou das Artes e da Cultura). Hospitais; Sindicatos; Presídios; Asilos; APAE; Assentamentos; órgãos públicos.

Art. 11º Sob regulamentação própria da UFAL – e em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro do CNE/CES – $\frac{1}{4}$ (ou 100 horas) do ECSO poderá ser realizado na própria Instituição de Ensino Superior, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens correspondentes às diferentes técnicas de produção coreográficas das Artes Cênicas, do Espetáculo Teatral, da Dramaturgia, da Encenação e Interpretação Teatral, do domínio dos princípios cinesiológicos, revelando performance, expressão e linguagem corporal, com a atuação em espaços cênicos e com a execução de outras atividades inerentes à área de Teatro.

Art. 12º As atividades de Residência Pedagógica desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Residência Pedagógica da UFAL (PRP/UFAL) poderão ser aproveitadas como horas atividades dos estágios supervisionados da Licenciatura em Teatro, desde que estejam em consonância à Instrução Normativa n.º 1/2018, da Prograd-UFAL.



Art. 13º. O ECSO deverá ocorrer a partir do início da segunda metade do curso e será distribuído em duas Etapas. **Etapa I** – Estágio Supervisionado I e II (semestres 5º e 6º) e **Etapa II** – Estágio Supervisionado III e IV (semestres 7º e 8º).

§1º ETAPA I: Se refere aos estágios desenvolvidos nas instituições escolares de Educação Básica, em especial as das redes públicas de ensino, e engloba:

I - Estágio Supervisionado I (100 horas) – Será ofertado no 5º período do curso e compreenderá os processos de pesquisa, planejamento e avaliação de ensino infantil e/ou fundamental; de observação da dinâmica escolar, do sistema educacional, das formas de gestão, das políticas e das práticas educacionais. Envolverá os estudos teóricos das leis e diretrizes em vigor, com ênfase na disciplina Arte: Teatro e em diversas atividades escolares relacionadas à área de formação artística e/ou interdisciplinar e pedagógica. Mapeamento das competências e das habilidades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem em Arte (Teatro). Reconhecimento das diferentes modalidades da educação básica nas quais se realiza a prática da docência.

A carga horária será assim distribuída: 60 horas de observação, 20 horas de regência e 20 horas para atividades de acompanhamento, planejamento e orientação.

II - Estágio Supervisionado II (100 horas) – Será ofertado no 6º período do curso e compreenderá os processos de planejamento, observação, regência, avaliação de aula no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, com ênfase na disciplina Arte (Teatro). Envolverá a leitura do projeto pedagógico da escola, a observação e a participação nas atividades de gestão e administração educacional das diferentes esferas formais da educação básica, tanto no âmbito técnico quanto na supervisão, na coordenação pedagógica, na direção etc. Planejamento e apresentação de projeto de intervenção que identifique os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas. Desenvolvimento de projeto(s) que relacione(m) o Teatro com a comunidade escolar.



Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência/Projetos de Intervenção pedagógica e 20 horas para atividades de acompanhamento, planejamento e orientação.

§2º ETAPA II: Se refere aos estágios desenvolvidos no Ensino Fundamental; no Ensino Médio; noutras modalidades de Ensino previstas na LDB – Educação Profissional e Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Bilíngue de Surdos; Educação Escolar Quilombola; Educação Indígena; Educação no campo; Educação à distância (EAD); Atividades de Consultoria Técnica e Artística e demais espaços não escolares e/ou não formais de ensino.

I - Estágio Supervisionado III (100 horas) – Será ofertado no 7º Período do curso e compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte: Teatro e/ou disciplina interdisciplinar. Observação, mapeamento e descrição analítica dos processos de infraestrutura, gestão e organização de uma instituição de fomento cultural – ou de uma instituição pertencente às outras modalidades de ensino previstas na LDB. Elaboração de um projeto de intervenção a ser desenvolvido no âmbito da consultoria vinculada à área de Artes (Teatro). Observação, regência, planejamento e implantação de um projeto de intervenção na educação básica ou em outras modalidades de ensino. O projeto de intervenção deve valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais (BNCC).

Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de observação, 60 horas de Regência (e/ou projeto de intervenção pedagógica) e 10 horas para Atividades de acompanhamento e orientação (planejamento);

II - Estágio Supervisionado IV (100 horas) – Será ofertado no 8º Período do curso e compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte: Teatro e/ou interdisciplinar e pedagógica. Planejamento, observação, regência e/ou projeto de intervenção ou pesquisa a ser desenvolvido na Educação Básica; ou em outras modalidades de ensino previstas na LDB; ou em espaços não escolares e/ou não formais de ensino. O projeto de intervenção deve agir em busca da autonomia, da responsabilidade, e da flexibilidade a diferentes



opiniões e concepções pedagógicas, com respeito aos princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Desenvolvimento de pesquisa, investigação, reflexão e análise crítica que busque reunir a criatividade às soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas e ações de ensino inovadoras.

Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de Observação, 60 horas de Regência (e/ou projeto de intervenção pedagógica/pesquisa) e 10 horas para Atividades de acompanhamento e orientação (planejamento).

§3º As Etapas das Atividades dos Estágios Supervisionados I, II, III e IV, serão apresentadas na sua totalidade no **Quadro 01**, com a sugestão da distribuição da carga horária contemplada para as ações de Observação, Regência e Atividade de acompanhamento e orientação.

Quadro 01 – Atividades dos Estágios Supervisionados nos seus quatro períodos

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA LICENCIATURA EM TEATRO (400 HORAS)				
ETAPAS	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV
Observação	60 horas	30 horas	20 horas	30 horas
Regência e/ou projetos de intervenção pedagógica (ou pesquisa)	20 horas	50 horas	60 horas	60 horas
Atividade de acompanhamento e orientação (planejamento)	20 horas	20 horas	10 horas	10 horas
Carga Horária em horas relógio (1h = 60 min)	100	100	100	100

Art. 14º. Os Estágios Curriculares Supervisionados I, II, III e IV terão os seguintes pré-requisitos para a matrícula em cada semestre:

§1º É impedido ao discente matricular-se em qualquer um dos componentes curriculares de ECSO se ainda não cumpriu todas as disciplinas pedagógicas e 70% das disciplinas da área prática de Teatro, ou seja, as que constam do 1º ao 4º semestre do Curso.

§2º Não há impedimento de matrícula no Estágio subsequente, em caso de reprovação no Estágio anterior.



§3º Excepcionalmente – com justificativa a ser analisada pelo colegiado do curso – o/a discente poderá cumprir dois ECSOs em um mesmo semestre acadêmico. Observação: o/a discente deverá apresentar na justificativa ciência de que: não poderá duplicar carga horária de estágio; não poderá realizar os dois estágios no mesmo horário e lugar; não poderá exceder a carga horária semanal limite prevista na lei n.º 11788/2008.

§4º Sob regulamentação e tramitação própria da UFAL, os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

Art. 15º. Os casos omissos serão avaliados pelo/a Coordenador/a de Estágio, pelo Colegiado de Curso, e/ou pela Gestão de Estágios da Prograd/UFAL, que deverá orientar as decisões cabíveis para cada caso, de acordo com a legislação em vigor de ECSO.



Quadro 02 – Sugestão de desenvolvimento das ações previstas de Observação; de Regência; de Projetos de Intervenção Pedagógica.

Atividades dos Estágios Supervisionados

Observação:

- A distribuição das ações e das horas de ECSO seguirá o plano de ensino do docente responsável pela orientação.
- Durante a semana de planejamento acadêmico oficial, os/as docentes orientadores/as definirão a melhor estratégia e demonstrarão consentimento em relação à distribuição das ações e das horas atividades em cada componente curricular (Estágio 1, 2, 3, 4).

OBSERVAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:
	Acompanhar as ações das escolas públicas e privadas nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades de Ensino previstas na LDB. Fazer a caracterização total da estrutura física da instituição concedente. Leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição concedente; Leitura do Regimento da Instituição concedente; Contato com os Diários de classe do Supervisor/a de Estágio; Participação em reuniões com pais, reuniões pedagógicas, conselhos ou colegiados escolares; Participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho de coordenação pedagógica e gestão escolar; Funcionamento da Secretaria; Demais atividades compatíveis.



REGÊNCIA e/ou PROJETOS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Estudo, pesquisa e demais atividades formativas, possibilitando as condições para o exercício do pensamento do desenvolvimento crítico e criativo da Instituição concedente; Assumir as atividades de regência do Supervisor/a de Estágio na sua efetiva preparação do material didático, elaboração de provas, organização da sala de aula, correção de trabalhos e avaliações, além de outras atividades internas e externas que compõem a Instituição concedente; Elaboração e Aplicação do Plano de Aula, articulando teoria e prática; Elaboração e Aplicação de Sequência Didática; Elaboração e aplicação de Projeto de Intervenção pedagógica; Relatório (diário de bordo) das atividades desenvolvidas nas diferentes Instituições concedentes (sala de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos, esportivos e ateliês etc.).
ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Estudar e compreender criticamente as leis que regulamentam as Atividades de Estágio Supervisionado e outras determinações legais, como componente de formação fundamental para o exercício do magistério; Seminários: Apresentação dos resultados parcial e final das ações desenvolvidas no Estágio Supervisionado na Instituição concedente; Sistematizar e registrar no diário de bordo todas as atividades desenvolvidas nas



	Instituições concedentes (sala de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos, esportivos e ateliês); Entrega do Relatório Final: Pasta do estagiário à coordenação e à secretaria do curso de Teatro.		
PLANEJAMENTO	<table><tr><td>ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:</td></tr><tr><td>Elaborar, discutir, revisar, aplicar e avaliar o desenvolvimento do plano de atividades do ECSO.</td></tr></table>	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:	Elaborar, discutir, revisar, aplicar e avaliar o desenvolvimento do plano de atividades do ECSO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:			
Elaborar, discutir, revisar, aplicar e avaliar o desenvolvimento do plano de atividades do ECSO.			



III – Conjunto dos Ementários que compreendem os Estágios Supervisionados das Etapas I, II e Etapas III, IV, apresentado no **Quadro 03**.

Quadro 03 – Proposta das EMENTAS dos ECSO.

ETAPAS	EMENTAS
Estágio Supervisionado I	Processos de pesquisa, planejamento e avaliação de ensino infantil e/ou fundamental; de observação da dinâmica escolar; do sistema educacional; das formas de gestão; das políticas e das práticas educacionais. Envolverá os estudos teóricos das leis e diretrizes em vigor, com ênfase na disciplina Arte: Teatro e em diversas atividades escolares relacionadas à área de formação artística e/ou interdisciplinar e pedagógica. Mapeamento das competências e das habilidades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem em Arte (Teatro). Reconhecimento das diferentes modalidades da educação básica nas quais se realiza a prática da docência. A carga horária será assim distribuída: 60 horas de observação, 20 horas de regência e 20 horas para atividades de acompanhamento, planejamento e orientação.
Estágio Supervisionado II	Compreenderá os processos de planejamento, observação, regência, avaliação de aula no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, com ênfase na disciplina Arte (Teatro). Envolverá a leitura do projeto pedagógico da escola, a observação e a participação nas atividades de gestão e administração educacional das diferentes esferas formais da educação básica, tanto no âmbito técnico quanto na supervisão, na coordenação pedagógica, na direção etc. Planejamento e apresentação de projeto de intervenção que identifique os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas. Desenvolvimento de projeto(s) que relacione(m) o Teatro com a comunidade escolar. Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência/Projetos de Intervenção pedagógica e 20 horas para atividades de acompanhamento, planejamento e orientação.
Estágio Supervisionado III	Apreenderá os aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte: Teatro e/ou disciplina interdisciplinar. Observação, mapeamento e descrição analítica dos processos de



	infraestrutura, gestão e organização de uma instituição de fomento cultural – ou de uma instituição pertencente às outras modalidades de ensino previstas na LDB. Elaboração de um projeto de intervenção a ser desenvolvido no âmbito da consultoria vinculada à área de Artes (Teatro). Observação, regência, planejamento e implantação de um projeto de intervenção na educação básica ou em outras modalidades de ensino. O projeto de intervenção deve valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais (BNCC). Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de observação, 60 horas de Regência (e/ou projeto de intervenção pedagógica) e 10 horas para Atividades de acompanhamento e orientação (planejamento);
Estágio Supervisionado IV	Compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte: Teatro e/ou interdisciplinar e pedagógica. Planejamento, observação, regência e/ou projeto de intervenção ou pesquisa a ser desenvolvido na Educação Básica; ou em outras modalidades de ensino previstas na LDB; ou em espaços não escolares e/ou não formais de ensino. O projeto de intervenção deve agir em busca da autonomia, da responsabilidade, e da flexibilidade a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, com respeito aos princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Desenvolvimento de pesquisa, investigação, reflexão e análise crítica que busque reunir a criatividade às soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas e ações de ensino inovadoras. Sugestão de distribuição de carga horária: 30 horas de Observação, 60 horas de Regência (e/ou projeto de intervenção pedagógica/pesquisa) e 10 horas para Atividades de acompanhamento e orientação (planejamento).



IV – Atribuições do Supervisor de Estágio, Coordenador de Estágio e Orientador de Estágio que possibilita a formação dos profissionais:

- **Supervisor/a de Estágio:** É o profissional da Instituição concedente (escola campo) e quem deverá acompanhar todas as atividades de Observação e Regência do/a aluno/a/e Estagiário.
- **Coordenador/a de Estágio:** Todos/as os/as Professores/as lotados no Curso de Licenciatura em Teatro poderão assumir a função de Coordenador de Estágio conforme deliberação do Colegiado de Curso. O Coordenador de Estágio deverá assumir as seguintes atribuições: 1) Assinar a Carta de Encaminhamento de Estágio e a autorização de estágio; 2) Receber e assinar o Termo de Compromisso de Estágio; 3) Intervir junto à Instituição concedente sobre questões administrativas sempre que necessário.
- **Orientador/a de Estágio:** Todos os Professores lotados no Curso de Licenciatura em Teatro poderão assumir a função de Orientador/a de Estágio conforme demanda apresentada pelo/a Coordenador/a de Curso. O Orientador de Estágio deverá assumir as seguintes atribuições: 1) Apresentar aos estagiários toda legislação referente ao Estágio Supervisionado; 2) Discutir a dinâmica dos encontros presenciais, bem como os Seminários realizados nas Atividades de acompanhamento e orientação, organizando um cronograma; 3) Receber a Pasta de Estágio/Relatório de Estágio e verificar se todos os documentos foram preenchidos e assinados corretamente; 4) Encaminhar a documentação/Relatório para o Coordenador de Estágio validar a nota; 5) Atribuir e lançar as notas AB1 e AB2 no sistema acadêmico juntamente com a frequência. 6) Outras demandas afins à função.

Art. 16º. Esta revisão da Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de aprovação pelos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro e será encaminhada à Direção do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes e a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.



Maceió (AL), 05 de maio de 2022.

Prof.^a Dr.^a Lara Barbosa Couto

Coordenadora do Curso de Teatro

Prof. Dr. Ednaldo Cândido Moreira Gomes

Vice-Coordenador do Curso de Teatro

Colegiado do curso de Licenciatura em Teatro



ANEXOS

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura em Teatro
Colegiado do Curso de Graduação

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2018- COLEGIADO DO CURSO DE TEATRO/LICENCIATURA, DE 23 DE AGOSTO 2018.

Estabelece as Normas de Trabalho de
Conclusão de Curso — TCC, em
Licenciatura em Teatro da UFAL.

O colegiado do curso de Licenciatura em Teatro homologa, em 23 de agosto de 2018, esta Instrução Normativa, e revoga a Instrução Normativa n.º 01/2013 bem como as demais anteriores.

CONSIDERANDO O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO RESOLVE:

I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – é um componente curricular obrigatório, previsto no Projeto Pedagógico do Curso. Possui carga horária de 146 horas-aula (Matriz 2006) e 120 horas (Matriz 2014) e é previsto na resolução n.º. 25\2005- CEPE.

Art. 2º. O TCC deverá contemplar as especificidades da Licenciatura em Teatro:

§1º O TCC, quando transitar pela inter, multi, transdisciplinaridade da área, deve respeitar o enfoque nas especificidades do curso.

§2º O TCC é de caráter acadêmico-científico e será apresentado sob forma de monografia e desenvolvido individualmente.

Art. 3º. O(a) aluno(a) deverá cadastrar, junto à coordenação do curso, o TCC no 7º semestre, e deverá finalizar o trabalho no 8º período. Caso haja necessidade de prorrogação, serão respeitadas as legislações e resoluções vigentes.

Art. 4º. O(a) aluno(a) que não entregar a monografia ou não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado (a) no semestre, podendo apresentá-la em qualquer período do ano letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico.



Art. 5º. A nota deverá ser cadastrada no sistema acadêmico após o(a) aluno(a) ter entregado as cópias da Monografia, devidamente corrigidas após a apresentação; sendo 1 (uma) cópia impressa para a Coordenação do Curso e uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da UFAL/RIUFAL (Memorando Circular nº. 002/2018-SIBI/UFAL).

II. DA ORIENTAÇÃO DE TCC:

Art. 6º. O TCC será orientado por professores(as) efetivos(as) ou substitutos(as) vinculados ao Curso de Licenciatura em Teatro com titulação mínima de mestre.

Art. 7º. Caso o TCC transite pela inter, multi, transdisciplinaridade da área, o aluno (a), em comum acordo com seu(sua) orientar(a), poderá recorrer à coorientação. O(a) coorientador(a) deverá ter titulação mínima de mestre e fica vedada sua participação na banca avaliadora.

Art. 8º. O(a) aluno(a) deverá identificar seu(sua) orientador(a) ao longo do 7º período. O(a) aluno(a) que não conseguir orientador(a) deverá solicitar, obrigatoriamente, à coordenação de TCC a indicação de orientador(a), ficando estabelecido que nenhum(a) aluno(a) deverá concluir o 7º período sem projeto de TCC e orientador(a) cadastrados no sistema acadêmico.

Art. 9º. Cada professor(a) orientador(a) deverá orientar no máximo até 5 (cinco) TCCs simultaneamente.

III. DAS COMPETÊNCIAS DO(A) PROFESSOR(A) COORDENADOR(A) DE TCC:

Art. 10º. Divulgar junto aos discentes a relação dos(as) professores(as) efetivos(as) e substitutos(as) do Curso de Teatro, suas titulações e linhas de pesquisa.

Art. 11º. Entregar ao discente o Termo de Compromisso.

Art. 12º. Encaminhar ao Colegiado de Curso as mudanças de orientação solicitadas pelo(a) discente orientando(a), no decorrer dos 7º e 8º semestres.

Art. 13º. 15- Encaminhar ao Colegiado de Curso as possíveis propostas de mudança de Professor(a) Orientador(a), devido à ausência ou qualquer forma de desligamento do(a) mesmo(a).

Art. 14º. Encaminhar ao(à) professor(a) orientador(a) formulário de acompanhamento de orientação de TCC.



Art. 15º. 17- Disponibilizar aos(às) professores(as) orientadores(as) modelo de ata e declaração de banca.

Art. 16º. Publicar calendário de defesa de TCC.

Art. 17º. Convocar e dirigir duas reuniões ordinárias semestrais (e quantas extraordinárias forem necessárias) com Professores(as) Orientadores(as).

Art. 18º. Divulgar as etapas do Calendário do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC:

§1º Na disciplina Pesquisa Educacional em Teatro, 6º período, o(a) aluno(a) orientando(a) desenvolverá seu Projeto de TCC e escolherá o(a) orientador(a), de acordo com o objeto de sua pesquisa;

§2º O (a) aluno(a) orientando(a) deverá apresentar o Projeto de TCC e o Termo de Compromisso ao seu(sua) orientador(a);

§3º O(a) aluno(a) orientando(a) deverá devolver uma cópia do Projeto de TCC ao(à) Coordenador(a) de TCC, bem como o Termo de Compromisso devidamente assinado por orientando(a) e orientador(a), no início do 7º período;

§4º O(a) aluno(a) orientando(a) deverá desenvolver o TCC em, no mínimo, 30 páginas de elementos textuais, da Introdução até a Conclusão;

§5º O(a) orientando(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias antes da defesa para a entrega dos exemplares da Monografia para a Banca Examinadora;

§6º O(a) orientador(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias antes da defesa para informar para a coordenação de TCC: autor(a), título, data de defesa e constituição da Banca Examinadora, que será composta pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e por mais 2 (dois) membros, sendo um, obrigatoriamente, do curso de Licenciatura em Teatro;

§7º O(a) aluno(a) terá um prazo de 30 (trinta) dias para reformulação da monografia, caso necessário. A reformulação será indicada pela banca examinadora e acatado(a) pelo(a) orientador(a);

§8º VIII- O professor(a) orientador(a) só solicitará a inserção da nota após a entrega da versão final do TCC.

IV. DAS COMPETÊNCIAS DO (A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

Art. 19º. Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pelo Coordenador(a) de TCC.

Art. 20º. Avaliar o Projeto de potenciais orientandos(as), sugerindo ou não ajustes.

Art. 21º. Assinar e Carimbar o Termo de Compromisso.



Art. 22º. Atender seus(suas) orientandos(as) em horário previamente fixado; prevendo a quantidade mínima de três encontros de orientação por semestre.

Art. 23º. Registrar as orientações em formulário próprio a serem encaminhados no final de cada semestre à coordenação de TCC.

Art. 24º. Apresentar, ao(à) coordenador(a) de TCC, por meio de justificativa, o desligamento de orientando(a), até a última reunião do 7º semestre.

Art. 25º. Verificar as 30 páginas mínimas de elementos textuais exigidas para o TCC de Licenciatura em Teatro.

Art. 26º. Contatar a banca examinadora que será composta por 2 (dois/duas) professores(as) examinadores(as), dos quais um(a) deles(as) deverá ser do quadro docente do Curso de Licenciatura em Teatro.

Art. 27º. Informar ao coordenador de TCC as datas, os horários e os locais de defesa de TCC, além da composição da banca e tema de pesquisa, com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 28º. Informar aos dois membros da banca o dia, o horário, e o local da defesa da Monografia.

Art. 29º. Entregar ao (à) discente cópia da ATA de Apresentação do TCC, que será anexada à versão final da Monografia.

Art. 30º. Receber do(a) orientando (a), 1 (uma) cópia da versão final da Monografia. A monografia deverá seguir as Normas ABNT vigentes, bem como o padrão UFAL de Normalização, e necessitará ser encadernada em capa dura de cor azul escuro com letras prateadas.

Art. 31º. Encaminhar ao (à) Coordenador(a) do TCC 1 (uma) cópia em Capa dura azul escura e letras prateadas da Monografia para acervo do curso.

Art. 32º. Se certificar de que a nota será inserida no sistema Acadêmico só após a entrega da versão final de TCC.

V. DAS COMPETÊNCIAS DO(A) ALUNO(A) ORIENTANDO(A):

Art. 33º. Escolher o(a) Professor(a) Orientador(a) conforme Linha de Pesquisa e formalizar o convite com o Termo de Compromisso entregue pelo(a) Coordenador(a) de TCC no 6º semestre.



Art. 34°. Apresentar, ao(à) Professor(a) Orientador(a) pretendido o Pré-Projeto de TCC contendo os seguintes itens:

- I. Capa
- II. Tema
- III. Delimitação de tema
- IV. Introdução
- V. Justificativa
- VI. Revisão de literatura
- VII. Objetivos: Geral e Específicos
- VIII. Metodologia
- IX. Cronograma
- X. Referências Bibliográficas
- XI. Anexos (caso necessário)

Art. 35°. Entregar ao(à) Coordenador(a) de TCC uma cópia do Pré-Projeto de TCC e o Termo de Compromisso assinado pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e pelo(a) discente, nas primeiras semanas do 7º período.

Art. 36°. Participar de todas as reuniões e atividades convocadas pelo(a) professor(a) orientador(a).

Art. 37°. Participar de, no mínimo, cinco defesas de TCC ao longo do curso, devidamente comprovadas através de lista de frequência;

Art. 38°. Apresentar relatório de atividades ao(à) orientador(a) de TCC contendo: atividades de pesquisa desenvolvidas (participação em congressos, seminários, apresentações artísticas, apresentações de TCC), bem como cronograma de desenvolvimento de seu Projeto de TCC, ao final de cada semestre;

Art. 39°. Entregar ao(à) orientador(a) de TCC três cópias encadernadas do seu Trabalho de Conclusão de Curso no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes da defesa, para serem distribuídas entre os membros da Banca Examinadora;

Art. 40°. Comparecer no dia, horário e local determinado pelo(a) Orientador(a) de TCC, para apresentar e defender sua Monografia perante a Banca Examinadora.

Art. 41°. Entregar ao(à) Professor(a) Orientador(a) 1 (uma) cópia da versão final da Monografia, obedecendo as Normas da ABNT e o Padrão UFAL de Normalização. Encadernar a monografia em capa dura de cor azul escuro com letras prateadas.



Disponibilizar uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da UFAL/RIUFAL.

Art. 42º. Depositar a versão final da Monografia, com as correções sugeridas pela banca (caso necessário), até o prazo de 30 (trinta) dias depois da defesa.

VI. DAS COMPETÊNCIAS DA BANCA DE AVALIAÇÃO DE TCC:

Art. 43º Receber do(a) Professor(a) Orientador(a) as cópias da Monografia, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da banca de defesa.

Art. 44º. Avaliar os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, considerando os seguintes aspectos:

- I. Escolha do Tema (Significado, Relevância e Aderência ao curso);
- II. Desenvolvimento do Tema;
- III. Redação;
- IV. Estrutura e Apresentação do Trabalho;
- V. Referências Bibliográficas.

Art. 45º. Estar presente no local da apresentação pública da monografia no horário estipulado pelo(a) Professor(a) Orientador(a).

Art. 46º. Levar em consideração, no seu julgamento, o texto escrito, a exposição oral e a defesa do(a) aluno(a) durante a arguição e os esclarecimentos finais.

Art. 47º. Ler, analisar, tecer considerações, e arguir o(a) aluno(a) para fornecer parecer com as seguintes notas:

- I. Nota de 7,0 a 10,0 (sete inteiros a dez inteiros) para aceitação da Monografia, condicionada ou não a correções;
- II. Nota abaixo de 7,0 (sete inteiros) para não aceitação da Monografia.

Art. 48º. Sugerir, por maioria dos membros, a reformulação e/ou ajuste da Monografia.

Art. 49º. A Avaliação final da Banca Examinadora deve estar registrada na ATA anexada à versão final do TCC, seguindo o Padrão UFAL de Normalização.

VII. DOS PROCEDIMENTOS DA BANCA EXAMINADORA, DO ORIENTADOR E DO ORIENTANDO NA DEFESA PÚBLICA:

Art. 50º. A sessão será presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a).



Art. 51º. A sessão será registrada em ATA pelo Professor(a) Orientador(a).

Art. 52º. Na defesa de sua Monografia o(a) aluno(a) disporá de até 20 (vinte minutos) para apresentação.

Art. 53º. Cada membro da Banca Examinadora disporá de 20 (vinte minutos) para fazer suas arguições e comentários.

Art. 54º. O(a) aluno(a) usará 10(dez) minutos, após a arguição de cada membro da Banca Examinadora, para responder eventuais questões não esclarecidas.

Art. 55º. O resultado será proclamado pela Banca Examinadora após as respostas e esclarecimentos do(a) aluno(a).

Art. 56º. Em caso de reprovação fica estabelecido o critério do(a) aluno(a) continuar ou não com o mesmo Tema da Monografia e com o(a) mesmo(a) Professor(a) Orientador(a).

Art. 57º. Caso seja reprovado(a), o(a) aluno(a) que tenha completado a Carga Horária Fixa e a Carga Horária Eletiva deverá solicitar sua matrícula vínculo em TCC à coordenação do curso no período de ajuste de matrículas.

VIII. DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO:

Art. 58º. Interpretar os dispositivos desse regulamento.

Art. 59º. Aprovar ou não alterações nesse regulamento.

Art. 60º. Aprovar mudanças de orientadores(as) e orientandos(as).

Art. 61º. Atender a convocação de reunião proposta pelo Coordenador de TCC.

Maceió, 23 de agosto de 2018.

Membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro